



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS IV
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE



JULIANA MOTA LIMA

**DIÁLOGO INTERSETORIAL, EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
SOBRE A QUEIXA ESCOLAR NA REDE MUNICIPAL DE SERROLÂNDIA - BA**

JACOBINA – BA
2020

JULIANA MOTA LIMA

**DIÁLOGO INTERSETORIAL, EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
SOBRE A QUEIXA ESCOLAR NA REDE MUNICIPAL DE SERROLÂNDIA - BA**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Educação e Diversidade – MPED da Universidade do Estado da Bahia – UNEB Campus IV, como requisito para a obtenção do título de Mestra.

Orientadora: Prof. Dra. Juliana Cristina Salvadori.

Linha de Pesquisa 2: Cultura escolar, docência e diversidade.

JACOBINA – BA
2020

DEDICATÓRIA

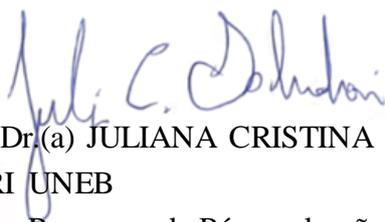
*A tia Lu e vovó Edesia minhas maiores referências e motivação para inclusão educacional.
A vovô Zeca (in memoriam), por demonstrar a relevância da dedicação ao trabalho de
qualidade e por representar todas as pessoas e famílias que enfrentaram a COVID-19.*

FOLHA DE APROVAÇÃO

"DIÁLOGO INTERSETORIAL EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
SOBRE A QUEIXA ESCOLAR NA REDE MUNICIPAL DE SERROLÂNDIA-
BA"

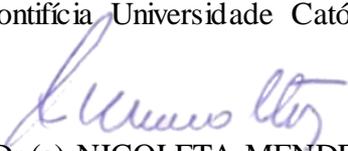
JULIANA MOTA LIMA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Diversidade – MPED, em 29 de outubro de 2020, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em Educação e Diversidade pela Universidade do Estado da Bahia, conforme avaliação da Banca Examinadora:



Professor(a) Dr.(a) JULIANA CRISTINA
SALVADORI UNEB

Doutorado em Programa de Pós-graduação em Letras e
Linguística Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais



Professor(a) Dr.(a) NICOLETA MENDES DE
MATTOS UNEB

Doutorado em Educação e
Contemporaneidade Universidade do
Estado da Bahia



Professor(a) Dr.(a) SUSANA COUTO PIMENTEL
Ufrib – UFRB

Doutorado em
Educação
Universidade
Federal da Bahia

FICHA CATALOGRÁFICA
Sistema de Bibliotecas da UNEB
Ficha Catalográfica Elaborada pelo Bibliotecário:
João Paulo Santos de Sousa CRB-5/1463

Lima, Juliana Mota

L732d Diálogo intersetorial, educação, saúde e assistência social sobre a queixa escolar na rede municipal de Serrolândia – Ba / Juliana Mota Lima
Jacobina - BA
118 f.

Dissertação (conclusão do curso de pós-graduação Strictu Senso / Programa de pós-graduação em educação e diversidade da Universidade do Estado da Bahia, MPED, Departamento de ciências humanas – Campus IV). Universidade do Estado da Bahia, 2020.

Orientadora: Prof. Dra. Juliana Cristina Salvadori.

1. Queixa escolar. 2. Inclusão Educacional. 3. Intersetorialidade. 4. Juliana Cristina Salvadori. I. Título.

CDD – 370.1523

AGRADECIMENTOS

Considero a gratidão uma grande virtude, ao contemplar esse processo percebo o quanto preciso agradecer, inicialmente agradeço a Deus pelo seu infinito amor, graça e misericórdia, me concedendo sabedoria, saúde e força durante todos os momentos. Sou grata a toda minha família pelo amor e apoio que me sustentam, em especial aos meus pais, Eliane e Etevaldo por acreditarem em mim e incentivarem os meus estudos desde a infância. Também agradeço a minha irmã, Alice, pela união incondicional, nossa parceria me auxilia imensamente. Vocês são a minha fortaleza para não desistir diante das adversidades, sempre me motivando na realização dos meus sonhos.

Aos meus avós maternos Edesia e Hermínio e paternos Nair e Zeca (*in memoriam*) por tudo o que representam na minha vida. Aos meus primos Joseane e Reuelio que sempre incentivaram meus estudos, inclusive abrindo as portas das suas casas de forma tão acolhedora para que isso se tornasse possível.

Agradeço profundamente à minha orientadora, Profa. Dra. Juliana Cristina Salvadori, por proporcionar uma orientação tão humanizada e acolhedora, admiro muito sua inteligência e competência para potencializar de forma tão significativa esse trabalho com tantas contribuições relevantes. Obrigada por sempre despertar a nossa criticidade enquanto pesquisadores engajados e por se expressar com tamanha coerência acerca de temáticas tão diversas, tudo isso contribui para o nosso crescimento pessoal e profissional!

Sou grata às professoras Dra. Susana Couto Pimentel e Dra. Nicoleta Mendes de Mattos, por aceitarem participar da banca de qualificação e defesa, enriquecendo a qualidade deste trabalho, pelo olhar sensível, cuidadoso e ético.

Agradeço à UNEB e aos professores do MPED que fazem a diferença na educação pública de qualidade. Ao GEEDICE, grupo que me inspira e que sinto orgulho de fazer parte, ao DIFEBA e todos os seus representantes.

Às minhas veteranas Elciana, Inglis e Juliana Barbosa que são referência para mim e que me receberam no GEEDICE de forma tão afetuosa, o vínculo que estabelecemos vai além do MPED. À Gerlane e Larissa que caminharam comigo desde o início desse processo, pelas trocas colaborativas.

Aos meus amigos pelo incentivo, em especial Ubiratan, Bruna e Eliene, por representarem grandes amigas ao longo dos anos e por se apresentarem como referencial de experiência na caminhada acadêmica.

Também sou grata a minha querida turma do MPED, por todo afeto e trocas de experiência, cada uma em sua singularidade fez toda a diferença nessa caminhada. Destaco a minha gratidão à Euza, por tamanha atenção e cuidado. Também agradeço de forma especial à Adailce, Florência e Vanessa.

Agradeço a Prefeitura Municipal de Serrolândia, aos profissionais da rede intersetorial, educação, saúde e assistência social que foram solícitos participando da pesquisa, pelo diálogo intersetorial e trocas de experiências no decorrer desses anos, contribuindo significativamente para o meu crescimento profissional. Meu agradecimento também aos alunos e suas respectivas famílias.

Expresso minha gratidão a Dulcilene por acreditar no meu potencial e me proporcionar essa grande oportunidade de desenvolver meu trabalho. À Suzana Sampaio, por ser uma professora querida desde o meu ensino fundamental, por estimular tanto a escrita de textos e por anos depois, na minha prática profissional, se mostrar disponível e atenta para me instruir. E à Poliana pela parceria respeitosa e incentivadora desenvolvida.

Agradeço pelas infinitas contribuições que possibilitaram a realização dessa grande conquista!

RESUMO

Esta pesquisa vincula-se à linha de pesquisa Cultura escolar, docência e diversidade, do Mestrado Profissional em Educação e Diversidade (MPED), da Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas, Campus IV. As queixas escolares apresentam-se como demandas frequentes na área da Psicologia Escolar e englobam problemas comportamentais, emocionais e familiares. A literatura sobre o tema e a experiência profissional destacam, entre encaminhamentos para queixa, práticas clínicas, embasadas na lógica da medicalização, para superar os problemas existentes no contexto escolar. Deste modo, levantou-se a questão: Como as queixas escolares se apresentam na rede municipal (educação, saúde e assistência social) de Serrolândia-BA e quais têm sido os encaminhamentos? Dentre os objetivos, delineou-se: Identificar os desafios enfrentados com os discentes que apresentam queixa escolar; Analisar as fragilidades e potencialidades do modelo de atendimento às queixas escolares desenvolvido pelos profissionais da escola; Propor a construção de oficinas formativas para abordar concepções inclusivas para lidar com as demandas referentes a queixa escolar. A metodologia dessa pesquisa caracteriza-se pela abordagem qualitativa (CRESWELL, 2010) e tem como método o Estudo de Caso, a partir de YIN (2014), e a Análise de Conteúdo, com base em Bardin (2016) para tratar os dados de campo. Com o intuito de compreender a queixa escolar em diferentes perspectivas, os participantes foram professores da rede educacional que atuam no ensino fundamental I, gestores (coordenador, diretor e vice diretor), além dos profissionais da equipe multiprofissional, que atuam no Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), considerando que estes acompanham os alunos da rede municipal de educação, saúde e assistência social, tendo como critério para inclusão a livre adesão dos mesmos. Para a construção de dados, foram propostos como dispositivos a Entrevista semiestruturada e Diário de Campo. Verifica-se que os objetivos propostos foram alcançados através dos dispositivos utilizados e a análise dos dados em campo foi embasada nas seguintes categorias: Queixa escolar, Inclusão educacional e Intersetorialidade. A discussão dos dados pautada na inclusão educacional contribuiu para problematizar as diferenças, considerando os preconceitos vivenciados pelos alunos que não se enquadram nos padrões de normatividade valorizados, o que foi destacado nas intervenções que aconteceram no ambiente escolar. Os resultados dessa pesquisa apontam que ao serem questionados sobre a queixa escolar, indicando os desafios que indicam a necessidade de auxílio de outros profissionais, os colaboradores da educação sinalizaram: indisciplina/problemas de comportamento, dificuldade de aprendizagem e problemas familiares, o que corrobora com os dados apresentados na literatura referentes aos motivos frequentes de encaminhamentos. E ao falar sobre os desafios para lidar com a queixa escolar os profissionais da saúde e assistência social apontam a quantidade insuficiente de profissionais e o modelo biomédico, o que contribui para a discussão de acordo com a intersectorialidade, através da discussão histórica da valorização do modelo biomédico com ênfase na doença e da avaliação fragmentada do indivíduo.

Palavras-Chave: Queixa escolar; Inclusão Educacional; Intersetorialidade.

ABSTRACT

This research is linked with the research line 'Cultura escolar, docência e diversidade' from the Mestrado Profissional em Educação e Diversidade, from the Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas, Campus IV. The school complaints present themselves as frequent demands in School Psychology area and encompass behavior, emotional and familiar problems. The literature about the topic and the professional experience highlight, among referral to complaint, clinic practices, based on the logic of medicalization, for overcoming the existent problems in the school context. Thus, was raised the question: How the school complaints present themselves in the municipal network (education, health and social support) from Serrolândia-BA and What have been the referrals? Among the objectives, were outlined: Identify the challenges faced with the students who present school complaint; Analyze the fragilities and potentialities of the attendance model to the school complaints developed by the professionals of the school. Propose the construction of formative workshops to approach the inclusive conceptions to handle the demands regarding to the school complaint. The methodology of this research characterizes itself by the qualitative approach (CRESWELL, 2010) and adopts as method the Case Study, from Yin (2014), and Content analysis, based on Bardin (2016) to treat field data. In order to understand the school complaint in different perspectives, the participants were teachers from the educational network who work in elementary school, managers (coordinator, principal and vice principal), in addition to professionals from the multi-professional team that work in the educational Núcleo de Apoio à Saude da Família (NASF), Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) and Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), considering that these follow the students from the municipal education, health and social support network, having as criterion for inclusion their free adhesion. For the data construction, were proposed as instruments the Semi-Structured interview and Field diary. The objectives proposed were reached through the instruments and the data analysis in field was based on the following characteristics: School complaint, Educational inclusion and Intersectoriality. The data discussion guided by the educational inclusion contributed to problematize the differences, considering the prejudices experimented by the students who do not comply with the valued patterns of normativity, what was highlighted in the interventions developed in the school environment. The results of this research indicate that when asked about the school complaint, quoting the challenges that indicate the necessity for support from other professionals, the education collaborators reported: indiscipline/problem of behavior, learning difficulties, and familiar problems, what corroborate with the presented data in the literature regarding to the frequent reasons for referrals. And, when talking about the challenges for dealing with the school complaint, the health and social support professionals indicated the insufficient quantity of professionals and the biomedical model, which contribute to the discussion according to the intersectoriality, though the historic discussion about the valorization of the biomedical model with emphasis on the illness and on the fragmented evaluation of the individual.

Keywords: School complaint; Educational Inclusion; Intersectoriality.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Descritores utilizados na revisão sistemática.....	20
Quadro 2: Descritores utilizados na revisão sistemática de acordo com o ano de publicação.....	20
Quadro 3: Revisão Sistemática – Trabalhos selecionados após leitura.....	21
Quadro 4: Roteiro de entrevista sobre diálogo com equipe multiprofissional/ intersetorial.....	29
Quadro 5: Roteiro de entrevista sobre atuação e trajetória na educação.....	30
Quadro 6: Etapas da pesquisa e adaptações realizadas.....	31
Quadro 7: Objetivo, questão e dispositivo de pesquisa.....	32
Quadro 8: Informações referentes a quantidade de alunos por escola.....	47
Quadro 9: Os Serviços de Convivência e Fortalecimento de vínculos.....	49
Quadro 10: Critérios de inclusão de participantes.....	52
Quadro 11: Caracterização do perfil dos colaboradores.....	73
Quadro 12: Desafios da prática profissional – Educação.....	74
Quadro 13: Diálogo com equipe multiprofissional – Dificuldades que indicam auxílio de outro profissional.....	76
Quadro 14: Profissionais da saúde e assistência lidando com a queixa escolar.....	77
Quadro 15: Desafios da prática profissional – saúde e assistência social.....	78
Quadro 16: Categorias teóricas.....	80
Quadro 17: Encontros formativos GEEDICE.....	98

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	Atividade Complementar
ACP	Abordagem Centrada na Pessoa
AEE	Atendimento Educacional Especializado
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CES	Colégio Estadual de Serrolândia
CID	Classificação Internacional de Doenças
CNS	Conselho Nacional de Saúde
COMAGS	Colégio Municipal Arionete Guimarães de Sousa
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
DIFEBA	Diversidade, Formação, Educação Básica e Discursos
DSM	Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ESF	Estratégia de Saúde da Família
GEEDICE	Grupo de Estudos em Educação Inclusiva e Especial
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MPED	Mestrado Profissional em Educação e Diversidade
NASF	Núcleo de Apoio à Saúde da Família
NUCA	Núcleo de Cidadania de Adolescentes e Jovens
OMS	Organização Mundial da Saúde
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PNEE	Política Nacional de Educação Especial
PPP	Projeto Político Pedagógico
PSE	Programa Saúde na Escola
PSF	Programa Saúde da Família
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TDAH	Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade

TEA	Transtorno do Espectro Autista
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UPT	Universidade para Todos

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 PERCURSO METODOLÓGICO	209
2.1 Queixa escolar: uma revisão sistemática	209
2.2 O método	27
2.2.1 Dispositivos	29
2.2.1.1 Validação dos dispositivos.....	33
2.2.1.2 Diário de campo: a escrita, a escritora, o escrever.....	35
2.2.2 Locus	45
2.2.3 Participantes	53
3 CATEGORIAS TEÓRICAS E DE ANÁLISE: QUEIXA ESCOLAR, INCLUSÃO EDUCACIONAL E INTERSETORIALIDADE	55
3.1 Queixa escolar.....	54
3.2 Inclusão educacional.....	60
3.3 Intersetorialidade.....	67
4 SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS EM CAMPO.....	72
5 INTERVENÇÃO.....	81
6 CONSIDERAÇÕES	73
REFERÊNCIAS	107
APÊNDICES	112
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS PARA OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	112
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS PARA A EQUIPE MULTIPROFISSIONAL (SAÚDE)	113
APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS PARA A EQUIPE MULTIPROFISSIONAL (ASSISTENCIA SOCIAL).....	114
APÊNDICE D – OFICINAS FORMATIVAS	115
APÊNDICE E – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	115

1 INTRODUÇÃO

Ao buscar compreender minha implicação pessoal com a temática queixa escolar, recordo-me da minha trajetória enquanto estudante e percebo que fui uma aluna que se encaixava nos padrões preestabelecidos no ambiente escolar, apresentando desempenho satisfatório, comportamento adequado e apoio familiar. Porém, nesse contexto educacional, muitos são os desafios apresentados, de modo que atingir o sucesso não é uma tarefa fácil. O tempo de aprendizagem entre os alunos é diferente. A motivação intrínseca e extrínseca acerca dos conteúdos estudados é variável. O nível de dificuldade das atividades propostas aumenta com o decorrer do tempo, o que pode ser um fator de ansiedade. Percebo que sempre fui uma aluna mais tímida, quieta e obediente, sendo este outro fator para me adequar as normas, por não provocar desordem nem conflitos.

Pensar no ambiente escolar remete a ideia de diversidade, porém, embora o ambiente escolar seja heterogêneo, é possível visualizar estratégias de ensino homogêneas nesse contexto. Ao considerar a lógica da integração, verifica-se que é o aluno quem precisa se adequar à cultura escolar, e muitas vezes a escola não se reconfigura para inclusão, não atentando para as especificidades do seu público, deste modo alguns apresentam mais dificuldade para se adaptar.

Recordei da minha tia que tem Síndrome de Down e que concluiu o ensino médio, estudando em escola regular. Na 5ª série do ensino fundamental, devido ao excesso de disciplinas e a maior quantidade de alunos nas turmas..., apresentou algumas dificuldades e então parou de estudar naquele ano, mas devido à importância atribuída aos estudos, à interação social, minha avó resolveu voltar a estudar para acompanhá-la. De modo que uma ajudou a outra, e então concluíram o ensino médio juntas, uma com 27 anos e a outra com 70 anos, tendo o respeito e admiração de muitas pessoas, pelo fato de não se limitarem ou se envergonharem, mas por buscarem dignidade e aperfeiçoamento de suas competências. Porém, diante das adversidades vivenciados nesse contexto, muitos desistem. Nessa perspectiva é interessante questionar, diante de tantos desafios e condições reais com carga horária extensiva de trabalho, com diversas atribuições na vida pessoal e profissional, quais mães realmente tem condições de frequentar o ambiente escolar com os filhos? Além disso, a família tem o papel de estar nas escolas acompanhando os filhos diariamente para que os mesmos sejam incluídos no contexto escolar?

A motivação para realização da pesquisa está relacionada a diversas inquietações acerca da temática, a qual pode ser percebida em fases distintas da minha vida, mas que me

despertam o interesse para compreender a queixa escolar, considerando que embora a educação seja um direito de todos, na prática percebe-se que a escola ainda enfrenta diversos desafios para lidar com as diferenças, o que pode ser percebido através de discursos que rotulam os alunos que não se enquadram no padrão de normatividade.

Ao realizar toda essa reflexão, considero que o interesse por essa temática surgiu através da minha experiência durante a graduação em Psicologia, na qual fiz parte de um grupo de pesquisa na Universidade Federal da Bahia (UFBA) sobre “Efeitos de Interação entre as Variáveis do Ambiente Familiar, Comportamento e Inteligência sobre o Desempenho Escolar de Crianças entre 6 e 11 anos”, no qual realizei uma pesquisa sobre “Comparação entre perfil clínico e não clínico a partir de padrões de comportamento internalizante e externalizante de crianças em idade escolar”.

Desse modo, desde o início da minha trajetória acadêmica me dediquei ao estudo de variáveis relacionadas ao desempenho acadêmico de crianças do ensino fundamental I. Posteriormente, na minha prática profissional, na cidade Serrolândia-BA, desenvolvendo um trabalho psicossocial de fortalecimento de vínculos entre família e escola, identifiquei que muitas das queixas apresentadas em relação aos alunos, referem-se a problemas de comportamento e dificuldade de aprendizagem. Nesse sentido, é possível visualizar profissionais da educação insatisfeitos tanto com comportamentos que consideram inadequados dos alunos, relativos à indisciplina e também ao desempenho escolar insatisfatório dos mesmos. Então, é comum atribuir expectativas a profissionais da saúde e/ou assistência social para lidar com os mesmos. Despertando-me o interesse de compreender quais estratégias o professor utiliza antes de encaminhar os alunos com queixas escolares para outros profissionais e quais expectativas quanto ao atendimento destes.

Ao lidar diretamente com a queixa escolar, através de encaminhamentos enviados pelas escolas referentes aos alunos, indicando problemas comportamentais e dificuldades de aprendizagem, passei a questionar de que forma a Psicologia poderia contribuir eficazmente diante dessas demandas, identificando os grupos focais com pais e professores para dialogar sobre práticas parentais positivas como uma estratégia interessante, para abordar questões relacionadas a habilidades sociais, possibilitando uma aproximação entre família e escola.

Embora o trabalho colaborativo através de intervenções para dialogar sobre comportamento, desenvolvimento infantil e habilidades sociais tenha se apresentado como uma alternativa plausível na prática profissional, percebe-se que apenas esta não foi suficiente para lidar com as queixas escolares. Além disso, foram realizadas visitas domiciliares para algumas famílias para compreender melhor a realidade da criança. No

decorrer desse processo, foi possível visualizar que a equipe escolar se encontrava insatisfeita com a proposta de trabalho, pois estava com uma compreensão da Psicologia voltada para atuação clínica, sinalizando a necessidade de laudos e diagnósticos para lidar com determinados alunos.

Durante esse período de tensionamentos, visualizei no Mestrado Profissional em Educação e Diversidade (MPED), na linha de pesquisa 2: Cultura escolar, docência e diversidade, pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), a possibilidade de formação continuada, proporcionando a oportunidade de me aprofundar nos estudos referentes a queixa escolar, com a qual lido diariamente. Desse modo, esta pesquisa pode contribuir para acrescentar dados sobre o tema proposto, facilitando a compreensão dos fatores que interferem a produção da queixa escolar e favorecendo maior inclusão e aceitação das diversidades nesse contexto.

Vale destacar que essa pesquisa foi atravessada pela pandemia da COVID-19, de modo que os impactos da mesma repercutiram em todo processo investigativo, alterando procedimentos, interferindo na minha vida pessoal e profissional, e conseqüentemente, nos resultados. Nesse percurso, estudando sobre queixa escolar, trabalhando diretamente com queixa escolar, me percebi como uma aluna/pesquisadora/profissional com queixas escolares. Essa experiência me pareceu muitas vezes estranha e incongruente, mas consegui encontrar sentido em meio aos desafios e fragilidades, pois consegui me perceber como humana. Uma pessoa cheia de fragilidades, dúvidas e incertezas, que durante esse caminho enfrenta cansaço físico, emocional, problemas pessoais, familiares, profissionais, luto... porém, em meio aos desafios busca constantemente o equilíbrio, embora reconheça que o mesmo não é tão fácil como aparenta.

A partir de então, passei a refletir sobre os alunos que são considerados como “alunos problema”, os que apresentam queixas escolares, geralmente por não se enquadrarem no padrão de normatividade exigido e almejado pela escola e sociedade. Assim, passei a perceber que o fenômeno queixa escolar é mais amplo do que podia imaginar, vai além de rotular um aluno com dificuldade de aprendizagem ou problema de comportamento, por não apresentar o desempenho escolar esperado e por não se comportar da maneira valorizada socialmente.

Temos a tendência de buscar compreender as coisas em uma relação de causa e efeito, geralmente procurando justificar que encontramos as respostas para nossas hipóteses. Desse modo, é comum associar a queixa do aluno a problemas familiares, ou seja, são associações que percebo frequentemente no ambiente de trabalho e que também são

sinalizadas na literatura. Quando ampliamos a compreensão, percebemos que a queixa é envolvida por questões mais complexas, abrangendo fatores sociais, políticos e institucionais. Mas diante de tudo isso, percebi que geralmente somos tendenciosos a encontrar os culpados, a atribuir rótulos e o quanto isso é injusto, desrespeitoso e se configura como um ato de violência.

Nessa perspectiva, levanta-se o seguinte questionamento: Como as queixas escolares se apresentam na rede municipal (educação, saúde e assistência social) de Serrolândia-BA e quais tem sido os encaminhamentos dados? O objetivo geral dessa pesquisa consiste em investigar como a queixa escolar tem sido constituída e encaminhada na rede municipal (educação, saúde e assistência social) de Serrolândia-BA, e os objetivos específicos: Identificar os desafios com os discentes que apresentam queixa escolar; Analisar as fragilidades e potencialidades do modelo de atendimento às queixas escolares desenvolvido pelos profissionais da escola; Propor a construção de oficinas formativas para abordar concepções inclusivas para lidar com as demandas referentes a queixa escolar.

O processo de pesquisa é estimulado pela inquietação do indivíduo diante da realidade observada, evidenciando a necessidade do conhecimento científico para compreensão de fenômenos que atravessam as relações sociais (GATTI, 2007). O delineamento metodológico selecionado foi o estudo de caso, visando a realização de uma pesquisa social, embasada empiricamente para compreender e descrever a realidade pesquisada, ou seja, a queixa escolar e seus encaminhamentos na rede municipal (educação, saúde e assistência social) de Serrolândia-BA.

Ghedin e Franco (2011) ressaltam que o método sinaliza a direção que irá trilhar, porém, apenas depois do trajeto poderá apresentar uma descrição detalhada do processo investigativo. Nesta pesquisa sobre queixa escolar na rede municipal (educação, saúde e assistência social) de Serrolândia, utilizou-se a abordagem qualitativa para condução do olhar em relação ao objeto de estudo, considerando que esta tem se destacado nas pesquisas em educação por atentar para os fenômenos presentes nas relações sociais de forma contextualizada.

De acordo com Ivenicki e Canen (2016), a metodologia da pesquisa envolve um conjunto de procedimentos, os quais se relacionam a questões subjetivas do pesquisador diante dos problemas sociais, culturais e educacionais. Esta pesquisa propõe a produção de conhecimento, apresentando aspectos conceituais e teóricos, além da utilização de dispositivos como revisão sistemática, diário de campo e entrevista semiestruturada acerca da queixa escolar.

Assim, o primeiro capítulo apresenta a introdução com as questões motivacionais relacionadas ao objeto de estudo e a trajetória investigativa de acordo com os objetivos da pesquisa. Desse modo, expõe a justificativa pessoal, profissional e social, enfatizando a relevância do estudo sobre a queixa escolar através de reflexões e indagações realizadas referente a mesma.

O segundo capítulo evidencia o percurso metodológico através de uma revisão sistemática sobre queixa escolar, com recorte temporal entre 2013 a 2018, destacando as contribuições de pesquisas de pós-graduação com essa temática, encontradas na base de dados da CAPES. Também apresenta de forma contextualizada o processo investigativo com a abordagem qualitativa de acordo com Creswell (2010), estudo de caso (YIN, 2005) e análise de conteúdo embasada em Bardin (2016).

Posteriormente, o terceiro capítulo propõe uma reflexão contextualizada sobre as categorias teóricas: Queixa Escolar, Inclusão Educacional e Intersetorialidade com a finalidade de compreender o processo de medicalização e patologização com ênfase no diagnóstico, abordando os estereótipos do aluno que apresenta dificuldades escolares. Além de discutir sobre o processo de inclusão nas escolas brasileiras, dialogando sobre a valorização histórica do saber médico e sua repercussão, inclusive nos encaminhamentos das queixas escolares. Nessa perspectiva é abordada a relevância do trabalho interdisciplinar para lidar com essas demandas, de acordo com a especificidade de cada profissão.

O quarto capítulo apresenta a sistematização e análise dos dados em campo, de acordo com a análise de conteúdo fundamentada em Bardin (2016). Nessa perspectiva os resultados da entrevista semiestruturada aplicada com os profissionais da educação, saúde e assistência social são analisados com as categorias teóricas emergentes.

O quinto capítulo refere-se à intervenção, nesse sentido, as oficinas formativas se constituíram enquanto instrumento de intervenção dessa pesquisa, se apresentando como o produto do trabalho. É importante destacar que a proposta inicial visava a realização de encontros presencialmente com os profissionais da educação, saúde e assistência social para facilitar a troca de experiências e abordar estratégias inclusivas para lidar com as demandas referentes a queixa escolar. Porém, o primeiro desafio consistiu em encontrar um horário em que os profissionais tivessem disponibilidade para participar, então foi pensada a estratégia de agendar no horário de trabalho dos professores, estendendo a discussão de inclusão educacional para os alunos. Logo em seguida, fomos fortemente impactados pela pandemia, e então precisamos adaptar as intervenções para as mediações digitais. Dessa forma, evidenciou-se a potência do Grupo de Estudos em Educação Inclusiva e Especial

(GEEDICE) com a realização de oficinas realizadas na modalidade *online* via *Instagram*, *Youtube* e *Google Meet*. De modo, que possibilitou tanto um diálogo intersetorial como intermunicipal através das redes sociais. É válido destacar que essas oficinas formativas irão continuar na fase posterior a pesquisa, referente ao acompanhamento de campo.

E o sexto capítulo apresenta as considerações, através de uma reflexão contextualizada sobre a queixa escolar, inclusão educacional e intersetorialidade, evidenciando todo o processo investigativo e ressaltando as contribuições dessa pesquisa ao ampliar o conceito de diversidade e da heterogeneidade constitutiva da escola, da compreensão do conceito de inclusão educacional como dimensão da inclusão social e o amadurecimento da compreensão da pesquisadora sobre a queixa escolar em uma perspectiva crítica.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

Neste capítulo apresentamos o percurso metodológico utilizado na pesquisa. Iniciaremos pela revisão sistemática, apresentando as contribuições de investigações em âmbito de pós-graduação *stricto sensu* sobre a queixa escolar, a partir de teses e dissertações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). O mapeamento destas produções nacionais almejou identificar contribuições da literatura para o objeto desta pesquisa, queixa escolar, bem como explorar aportes para essa pesquisa. Em seguida, detalhamos o método, os dispositivos utilizados na construção dos dados, o lócus, os participantes, o processo de intervenção e a proposta de acompanhamento.

De acordo com Sampaio e Mancini (2007), a revisão sistemática caracteriza-se como pesquisa que utiliza dados da literatura acerca de alguma temática, evidenciando resultados de pesquisas que estimulam o desenvolvimento de novos estudos, pois podem sinalizar implicações tanto de concordância quanto de divergência acerca do tema.

Percebe-se a relevância da revisão sistemática para identificar informações de estudos referentes a queixa escolar para o direcionamento dessa pesquisa. Desse modo, o objetivo da revisão sistemática consiste em ampliar a compreensão do objeto de estudo, identificando as contribuições de diversos trabalhos e selecionando os que mais se aproximam da proposta desta pesquisa

2.1 Queixa escolar: uma revisão sistemática

Realizou-se uma revisão sistemática no Banco de Teses e Dissertações da CAPES com a temática queixa escolar, com o objetivo de ampliar a compreensão sobre o assunto e corroborar com as investigações e discussões através das perspectivas de autores diferentes. Desse modo, foi estabelecido um recorte temporal para seleção de trabalhos, no período que abrange a digitalização na base de dados entre 2013 a 2018.

O quadro 1 apresenta os descritores utilizados na revisão sistemática, sinalizando que inicialmente foi utilizado o descritor “queixa escolar”, de modo que foram encontrados 68 trabalhos que abordavam essa temática. Posteriormente foi utilizado o filtro: título e “queixa escolar”, então 34 trabalhos foram identificados. Após a leitura inicial dos mesmos 13 foram selecionados.

Quadro 1: Descritores utilizados na revisão sistemática

DESCRITOR	TOTAL
“queixa escolar”	68
Título e “queixa escolar”	34
Trabalhos selecionados após leitura	13

Fonte: Banco de Teses e Dissertações – CAPES.

O quadro 2 indica uma organização cronológica da revisão sistemática de acordo com o ano de publicação, especificando o total de publicações e as categorias das mesmas, sendo estas teses e dissertações. Foram selecionados 34 trabalhos com os descritores título e “queixa escolar”, dentre estes 12 teses e 22 dissertações. Sendo que o ano 2015 destaca-se pela publicação de 7 dissertações, enquanto ressalta o maior número de publicações de teses nos anos 2014 e 2017.

Quadro 2: Descritores utilizados na revisão sistemática de acordo com o ano de publicação

DESCRITOR	TESES	DISSERTAÇÕES	TOTAL
Título “queixa escolar” 2013	1	2	3
Título “queixa escolar” 2014	4	0	4
Título “queixa escolar” 2015	2	7	9
Título “queixa escolar” 2016	1	5	6
Título “queixa escolar” 2017	4	4	8
Título “queixa escolar” 2018	0	4	4
TOTAL: Título e “queixa escolar”	12	22	34

Fonte: Banco de Teses e Dissertações – CAPES.

Ao pesquisar o descritor “queixa escolar” foram encontrados 68 trabalhos, ao colocar o filtro título e selecionar “queixa escolar” foram encontrados 34. Com o objetivo de obter resultados mais específicos, visualizando as produções desses trabalhos, foi estabelecido o filtro por cada um desses seis anos do recorte temporal. Desse modo, no ano 2013 foram encontrados 3 trabalhos, destes documentos, uma tese e duas dissertações. Utilizando o mesmo descritor e especificando o ano 2014 apareceram 4 teses. Em relação ao ano 2015 foram localizados 9 trabalhos, sendo 7 dissertações e 2 teses. Dando seguimento a pesquisa, foi possível identificar 6 trabalhos no ano de 2016, sendo 5 dissertações e 1 tese. No ano 2017 foram encontrados 8 trabalhos sobre a temática “queixa escolar”, com 4 dissertações e 4 teses. E para finalizar o recorte temporal, no ano 2018 foram identificados 4 trabalhos, todos na categoria dissertação. Após a leitura das teses e dissertações, foi dada ênfase aos 13 autores que mais se relacionavam com a proposta dessa pesquisa.

Ao realizar a revisão sistemática foi perceptível que a temática queixa escolar vem despertando interesse de pesquisadores na área da Educação e da Psicologia. Após a realização da leitura do resumo das teses e dissertações foram estabelecidos como critérios de inclusão e exclusão para seleção dos trabalhos apresentados no quadro 3: ser tese ou dissertação disponível no Banco de Dados da CAPES; e prioritariamente deveriam dialogar com a proposta da pesquisa, ou seja, indicando maior aproximação com os objetivos desta investigação.

Quadro 3: Revisão Sistemática – Trabalhos selecionados após leitura

Ano	Autor/a	Título da Pesquisa	Nível da Pesquisa
2013	SOUZA, Simone Vieira de.	O estudante (in)visível na queixa escolar visível	Tese
2013	SILVA, Francisca Bonfim de Matos Rodrigues.	A criatividade do pedagogo diante das queixas escolares	Dissertação
2013	LOPES, Luiz Fernando.	Medicalização de crianças com queixa escolar e o núcleo de apoio à saúde da família (NASF): uma análise crítica	Dissertação
2014	BERGAMI, Nancy Benedita Berruezo.	A promoção da saúde e a (des)construção da queixa escolar	Tese
2014	LESSA, Patrícia Vaz de.	O processo de escolarização e a constituição das funções psicológicas superiores: subsídios para uma proposta de avaliação psicológica	Tese
2015	CHECCHIA, Ana Karina Amorim.	Contribuições da psicologia escolar para formação de professores: um estudo sobre a disciplina psicologia da educação nas licenciaturas	Tese
2015	TERRA-CANDIDO, Bruna Mares.	Não-aprender-na-escola: a busca pelo diagnóstico nos (des)encontros entre saúde e educação	Dissertação
2015	SANTOS, Caio Cesar Portella.	Medicalização na educação: sentidos de professoras e de uma psicóloga que atua na área educacional	Dissertação
2016	CORREIA, Marcius Vinicius Gonçalves.	Diálogo intersetorial educação-saúde no atendimento público municipal à demanda de queixa escolar: um estudo de caso no município de São Paulo	Tese
2016	LOBO, Fernanda Senna.	Quem cuida, quem ensina, quem aprende: campo e interações entre atenção primária e escola na produção da queixa escolar	Dissertação
2017	BRAGA PANI, Sabrina Gasparetti.	De medicações a mediações: avaliação-intervenção psicológica de queixas escolares em casos de diagnóstico de TDAH	Tese
2018	ANDRADE, Jéssica Magalhães.	Queixa escolar e o público infante juvenil: práticas contemporâneas de Psicologia nos serviços de saúde	Dissertação
2018	FAVARIN, Rafael da Nova.	Queixa escolar: de que (quem) se trata? Uma proposta de intervenção do psicólogo escolar com coordenadores pedagógicos	Dissertação

Fonte: Banco de Teses e Dissertações – CAPES.

A temática da queixa escolar tem possibilitado um diálogo entre a Psicologia e a Pedagogia em busca de benefícios na qualidade da educação. As queixas geralmente são formalizadas à medida que os professores registram e solicitam apoio pedagógico para tentar entender quais fatores dificultam a aprendizagem dos seus respectivos alunos. Tais queixas podem contribuir para manutenção da cultura de fracasso escolar, à medida que as dificuldades dos alunos são evidenciadas. Silva (2013) ressalta a necessidade de práticas pedagógicas criativas, ao considerar as dimensões envolvidas no processo de ensino visando a superação das dificuldades de aprendizagem.

Considerando que o processo de constituição do indivíduo é influenciado por mediações, as quais podem potencializar ou restringir o desenvolvimento, Souza (2013) utiliza os pressupostos da Psicologia Escolar Crítica para apresentar os sentidos produzidos pelo estudante com queixa escolar. Desse modo, evidencia a produção de sofrimento no processo de escolarização para alunos que não atingem o almejado sucesso nesse contexto, os quais podem vivenciar, inclusive, experiências de exclusão, humilhação e medicalização. Além disso, ressalta a possibilidade de alunos ressignificarem suas vivências, atribuindo novos sentidos a sua história escolar, sobretudo quando contam com cenários sociais que validam a sua potência e lidam de forma acolhedora com as diferenças.

Souza (2013) destaca que as práticas utilizadas no ambiente educacional são pautadas na normatização, classificando os alunos com critérios estabelecidos previamente. Dessa forma, estudantes que não se adequam a esse sistema tendem a ser encaminhados, na perspectiva de se adequarem as normas. Além disso, salienta que geralmente a tríade que caracteriza os encaminhamentos consistem em problemas de aprendizagem, comportamentais e emocionais, justificando que é no ambiente escolar que eles se manifestam.

Lopes (2013) propõe uma reflexão sobre a medicalização diante do atendimento das queixas escolares, analisando criticamente a questão do biopoder e da biopolítica, que de forma sutil exerce o controle, inclusive no âmbito educacional, identificando patologias individuais como justificativa para os problemas de aprendizagem, e ignorando fatores político pedagógicos no processo de escolarização. Nessa perspectiva, o autor ressalta o poder simbólico-resolutivo dos psicofármacos na visão dos educadores e usuários dos serviços de saúde, e assim demonstra a necessidade de uma prática interdisciplinar entre Saúde-Educação para romper com o modelo de educação medicalizada.

Lessa (2014) analisa o processo de escolarização de alunos com queixas escolares e o desenvolvimento das Funções Psicológicas Superiores, e dessa forma propõe uma Avaliação Psicológica, embasada na Psicologia Histórico Cultural. Então ressalta a atuação do psicólogo em uma perspectiva crítica, demonstrando que os laudos, pareceres e diagnósticos geralmente surgem representando uma solução quando as crianças não aprendem nem se comportam da maneira que é imposta. Nesse sentido, evidencia a mediação, enquanto instrumento de transformação dos processos educacionais, indicando que apenas focar no indivíduo e seu desempenho escolar, não dá conta de compreender a complexidade da rede de relações que constitui a queixa escolar.

Almejando o entendimento da construção da queixa escolar, Bergami (2014) desenvolveu uma pesquisa através do Programa de Promoção da Saúde na Escola, com a participação de professores, diretora, pedagogas, pais e/ou responsáveis pelos alunos para verificar se haveria mudanças na percepção dos mesmos sobre as queixas escolares. Desse modo, após a participação no Programa, a equipe escolar ampliou a visão sobre o assunto, deixando de culpabilizar a família ou identificar o problema como responsabilidade do aluno. Além disso, os pais e responsáveis perceberam que têm recursos para lidar com as queixas, e a possibilidade de ações integradas entre família e escola para resolutividade dessas demandas.

Trazendo contribuições para abordar essa temática, Santos (2015) investigou os sentidos sobre o processo de medicalização de crianças, atribuídos por professores do ensino fundamental de uma escola pública e uma psicóloga que atua na área educacional. Constatou-se mais uma vez que a maioria dos encaminhamentos e avaliações ocorre por suspeitas de transtornos escolares/problemas de aprendizagem. Verificou-se também que ao enfatizar aspectos biológicos nas demandas escolares, os medicamentos psicotrópicos podem aparecer como a resposta necessária para lidar com as mesmas, à medida que outras dimensões que resultam no fracasso escolar acabam não sendo consideradas, ou seja, o espaço pedagógico acaba ganhando um viés clínico.

Terra-Candido (2015) busca compreender as dificuldades no processo de escolarização, em um contexto caracterizado pelo aumento de diagnósticos e medicalização de crianças. Embasada na Psicologia Histórico-Cultural, demonstra que ao buscar os motivos pelo não-aprender do aluno, a queixa torna-se individualizada, pois as respostas geralmente estão relacionadas a história de vida do mesmo. Desse modo, começa a busca pelo diagnóstico, como geralmente não é possível realizar o diagnóstico na escola, a resolutividade para as queixas escolares é procurada na área da saúde, através de

reencaminhamentos. Considerando que historicamente a Psicologia contribuiu para uma visão da queixa escolar individualizante embasada no diagnóstico, a autora propõe novos significados para queixa escolar potencializando as ações da escola diante dessas demandas.

Checchia (2015) investiga as contribuições da Psicologia Escolar para formação inicial de professores, em uma perspectiva crítica. Desse modo, propõe discussões que contemplam a complexidade do processo de escolarização, atentando para as relações constituídas historicamente entre os sujeitos no cotidiano escolar, as quais são legitimadas por preconceitos e estereótipos. Nesse sentido, ressalta a Psicologia Escolar como aliada na luta pela humanização das relações escolares e pela educação pública de qualidade.

Ao analisar a saúde escolar através de uma perspectiva histórica, visando compreender a produção da queixa escolar, seu encaminhamento e acolhida pela área da saúde, Lobo (2016) sinaliza as interações entre Escola e Saúde relacionadas ao fracasso escolar. Nessa perspectiva, ressalta a necessidade de considerar os fatores que interferem na queixa escolar e atentar que apenas realizar o encaminhamento não é suficiente para lidar com essas demandas. Além disso, discute que tanto o sucesso como o fracasso compõem um discurso institucional, o qual pode facilitar e inviabilizar determinadas propostas nesse contexto, considerando que as ações intersetoriais são compartilhadas entre os serviços.

Correia (2016) apresenta uma proposta de atendimento às demandas escolares nos serviços de saúde pública visando estratégias não medicalizantes, mas incentivando uma percepção crítica em relação ao atendimento da queixa escolar. Desse modo, o autor ressalta a relevância de um diálogo intersetorial entre educação-saúde visando a promoção da Saúde Escolar através do comprometimento destes setores e de uma visão integral do processo de escolarização.

Braga Pani (2017) aborda a avaliação psicológica no campo da escolarização, com o objetivo de compreender a queixa escolar em sua multideterminação visando transformação. Então salienta a temática que envolve a medicalização, à qual é historicamente produzida por um modelo que utiliza critérios reducionistas e biologicistas para realização do diagnóstico. Desse modo, a autora destaca a necessidade da atuação de uma psicologia crítica, visando a transformação das queixas e promovendo o desenvolvimento psíquico de todas as pessoas contempladas pelos atendimentos. Nessa perspectiva evidencia que as avaliações-intervenções são relevantes para concretizar a atuação da Psicologia na Educação, cuja finalidade consiste em contribuir para escola cumprir o seu papel de socialização do saber e formação crítica, facilitando processos de humanização nesse contexto e auxiliando na remoção de barreiras que dificultem esse processo.

Andrade (2018) chama atenção para a grande quantidade de encaminhamentos aos serviços de saúde mental referentes a crianças com dificuldades no ambiente escolar, ressaltando um perfil padronizado desse público, no qual predomina sujeitos do sexo masculino com faixa etária referente ao ensino fundamental I com queixas de problemas comportamentais. Além disso, destaca a escola e a unidade básica de saúde como fontes de encaminhamentos de demandas infanto juvenis, ressaltando a influência do saber médico tanto nas condutas escolares como nas compreensões sociais.

Considerando a quantidade de encaminhamentos recebidos pelo serviço de psicologia enviados pela escola solicitando ajuda para os alunos, Favarin (2018) compreende que a rotina do ambiente escolar agrega tensionamentos sociais. Desse modo, salienta a relação da queixa escolar com aspectos da história social e cultural, evidenciando a tradição medicalizada e estigmatizada para lidar com as dificuldades que emergem nesse contexto. Nesse sentido, compreende a relevância da atuação do psicólogo escolar na promoção de mudanças de concepções e práticas voltadas à promoção do desenvolvimento nos encontros formativos com a equipe escolar.

Ao avaliar o número crescente de trabalhos sobre o tema, verifica-se uma prevalência de pesquisas referentes a queixa escolar em âmbito de pós-graduação no Brasil na região sudeste, indicando a relevância de aprofundar o conhecimento sobre essa temática na região nordeste em uma cidade do interior da Bahia. Os trabalhos selecionados apresentam como pontos de convergência os pressupostos da Psicologia Escolar Crítica para compreender a produção da queixa escolar, demonstrando o quanto o ambiente educacional caracteriza-se por práticas que priorizam a normatização de acordo com um padrão pré-estabelecido, no qual os alunos que não atendem ao critério tendem a ser considerados como “problema”, e assim realizam encaminhamentos sinalizando a necessidade do apoio de profissionais da área da saúde para lidar com os mesmos.

Essa revisão sistemática contribui para aprofundar a compreensão sobre as produções nacionais que dialogam sobre a queixa escolar em uma perspectiva crítica, além de evidenciar que essa temática tem chamado atenção de pesquisadores tanto na área da Educação como da Psicologia. Vale ressaltar a contribuição dessa pesquisa, através do diálogo intersetorial (educação, saúde e assistência social) para o município no interior da Bahia, relacionando a queixa escolar com a intersetorialidade e inclusão educacional, contextualizando essas perspectivas com a realidade local.

2.2 O método

Esta proposta de investigação está embasada na abordagem qualitativa, através do método estudo de caso e propõe para análise dos dados a análise de conteúdo. Creswell (2010) indica que a pesquisa qualitativa possibilita a exploração e compreensão dos significados atribuídos a problemas sociais ou humanos. A abordagem qualitativa tem se destacado nas pesquisas da área da Educação pelas suas contribuições para uma prática educativa contextualizada, de acordo com as diversas possibilidades de pesquisa social.

Quanto ao método de pesquisa, vale destacar que embora anteriormente estivesse previsto a utilização do método pesquisa-ação, considerando as dificuldades e impasses no decorrer do processo investigativo, fortemente marcado pela pandemia, a mesma não foi desenvolvida. Desse modo, foi necessário realizar uma série de adaptações, sendo utilizado o método estudo de caso, revelando uma pesquisa qualitativa de caráter descritivo.

Ao descrever as características da pesquisa qualitativa, Creswell (2010) evidencia que essa abordagem apresenta uma perspectiva naturalística e interpretativa do mundo. Desse modo, os pesquisadores qualitativos buscam compreender e interpretar os fenômenos de forma contextualizada, de acordo com os significados atribuídos pelos indivíduos, ou seja, as vozes dos participantes aparecem, além de considerar o impacto da pesquisa para transformação social.

A pesquisa qualitativa começa com pressupostos e o uso de estruturas interpretativas/teóricas que informam o estudo dos problemas da pesquisa, abordando os significados que os indivíduos ou grupos atribuem a um problema social ou humano. Para estudar esse problema, os pesquisadores qualitativos usam uma abordagem qualitativa da investigação, a coleta de dados em um contexto natural sensível às pessoas e aos lugares em estudo e a análise dos dados que é tanto indutiva quanto dedutiva e estabelece padrões ou temas (CRESWELL, 2010. P. 50).

Na pesquisa qualitativa é realizada uma descrição e interpretação detalhada do problema, objetivando contribuir para o tema proposto na literatura ou chamando à mudança. Creswell (2010) sinaliza as características da pesquisa qualitativa, demonstrando que a coleta de dados é realizada em campo, alguns instrumentos como entrevistas, análise de documentos e observação comportamental são utilizados, os dados são organizados na perspectiva de compreender o significado dos mesmos. Além disso, os pesquisadores precisam apresentar habilidades de pensamentos indutivo-dedutivo para lidar com a complexidade do processo de pesquisa, o qual precisa ser flexível considerando os diversos fatores envolvidos em determinada situação.

De acordo com Creswell (2010), a pesquisa qualitativa é indicada para exploração de uma questão, possibilitando a compreensão detalhada da mesma, de forma contextualizada. Para isso, é necessário estudar um grupo ou população, permitindo que os indivíduos se expressem e compartilhem suas histórias, atentando para singularidade destes, em relação ao problema de pesquisa.

Dentre as possibilidades apresentadas pela abordagem qualitativa, o estudo de caso foi o método escolhido para realização desta pesquisa. O estudo de caso é uma investigação empírica, ou seja, um método caracterizado por contemplar diversos aspectos como planejamento, técnicas de coleta de dados e análise dos mesmos. Desse modo, apresenta-se como estratégia que propõe a investigação de fenômenos contemporâneos visando a descrição de acordo com a realidade de forma concreta e contextualizada (YIN, 2005).

Ao abordar o método estudo de caso, André (2005) o descreve em quatro grupos, sendo estes: etnográfico, avaliativo, educacional e ação. O etnográfico caracteriza-se pela imersão do pesquisador através da observação participante; o avaliativo destaca-se por oferecer informações relevantes para os atores educacionais relacionados a questões institucionais. O educativo é identificado quando o pesquisador busca compreender a ação educativa, enquanto o estudo de caso ação almeja contribuir para o caso através do feedback. Vale ressaltar que embora André apresente essa subdivisão, Yin (2005) considera o estudo de caso como único e múltiplo.

Considerando a perspectiva apresentada por Yin (2005), essa pesquisa propõe a investigação do diálogo intersetorial, educação, saúde e assistência social no município de Serrolândia-BA, ou seja, investigando o fenômeno dentro do seu contexto.

Ao utilizar o método estudo de caso, Yin (2005) caracteriza a sua abrangência por envolver planejamento, técnicas de coleta e análises de dados. Então sinaliza que os dados obtidos durante a coleta não devem ser registrados de forma mecânica, indicando que as informações coletadas devem ser interpretadas de forma criteriosa.

O dispositivo de análise escolhido para esta pesquisa foi a análise de conteúdo. A análise de conteúdo tem o intuito de fornecer técnicas precisas e objetivas que sejam suficientes para garantir a descoberta do verdadeiro significado com o objetivo de captar um saber que está por trás da superfície textual. Nessa perspectiva existe um distanciamento na relação entre o pesquisador e o objeto de estudo visando a neutralidade (ROCHA E DEUSDARÁ, 2005).

Durante o processo da pesquisa, Bardin (2016) ressalta diferentes fases da análise de conteúdo, como a pré-análise, exploração do material e o tratamento dos resultados obtidos

e interpretação. Na pré-análise é possível identificar a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das *hipóteses* e dos *objetivos* e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final. Esse processo de organização caracteriza-se por algumas etapas como: leitura flutuante, escolha dos documentos, de modo que deve-se atentar para regras referentes a exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência dos mesmos.

A segunda fase relacionada a exploração do material apresentada por Bardin (2016, p. 131) refere-se a operações de codificação, desconto ou enumeração, em função de regras previamente formuladas. Enquanto a terceira fase caracteriza-se pelo tratamento dos resultados obtidos e interpretação, ou seja, os resultados brutos são tratados de maneira a serem *significativos* e válidos.

Para organização da análise é importante considerar a possibilidade de flexibilização durante o processo, sendo necessário sistematizar e operacionalizar as ideias de acordo com os objetivos e referencial teórico da pesquisa. Dessa forma, propõe-se a utilização dos seguintes dispositivos de pesquisa: revisão sistemática, análise documental, entrevista semiestruturada e oficinas formativas.

2.2.1 Dispositivos

A seguir serão apresentados e discutidos os dispositivos de construção de dados, incluindo os instrumentos e roteiros que foram utilizados para aprofundamento do levantamento de dados no decorrer do trabalho.

Bardin (2016) aborda a entrevista como um método de investigação, ressaltando que há maneiras diferentes para realização da mesma, a partir do seu grau de diretividade. Nesta pesquisa, foram utilizadas entrevistas semidiretivas, ou seja, semiestruturadas. Vale ressaltar a necessidade da transcrição fidedigna das entrevistas, as quais evidenciam questões muito subjetivas na fala dos entrevistados, referentes aos seus pensamentos, emoções, crenças, valores e processos cognitivos.

Ao falar sobre entrevista, Bardin (2016, p. 98) chama atenção para o processo de decifração estrutural, sinalizando que além de ler, é preciso compreender o que está sendo dito em cada entrevista. Então, sugere a possibilidade de utilizar perguntas para auxiliar na compreensão do que cada entrevistado está dizendo. Além disso, destaca que a leitura é tanto sintagmática, indicando que segue o encadeamento por sucessão de palavras, frases e sequência, como também paradigmática, pois tem em mente o universo dos possíveis, se

referindo ao que não foi dito, mas poderia, ou então foi dito de forma efetiva em outra entrevista.

Considerando o período da pandemia da COVID-19, as entrevistas foram adaptadas para a modalidade *online* para garantir a segurança dos colaboradores como também sua familiaridade com aplicativos e plataformas. Nesse sentido, o aplicativo *WhatsApp Messenger* tem se destacado nas relações de comunicação pela agilidade para compartilhar mensagem, vídeos, imagens, áudios, se configurando desse modo, como espaço de ensino, aprendizagem e formação (PORTO, OLIVEIRA, CHAGAS, 2017).

Lapa e Girardelo (2017) chamam atenção para a forma que o *WhatsApp Messenger* aproxima os grupos, inclusive quebrando os “muros” da escola e ampliando as possibilidades de interação através desse espaço que permite trocas tão rápidas e acessíveis. Nesse sentido, ressaltam o potencial das mídias digitais na educação e a apropriação das mesmas enquanto espaços de articulações, inclusive no contexto de pesquisa.

Apresentamos os roteiros com as questões elaboradas para os profissionais da educação, saúde e assistência social - as entrevistas encontram-se na íntegra nos anexos. Os roteiros contemplam questões referentes a formação inicial e continuada, atuação e trajetória profissional na escola e na rede, além de compreender o diálogo com a equipe intersetorial. As questões iniciais contemplam o perfil dos sujeitos da pesquisa (idade, sexo, nível de escolaridade) e são seguidas por questões referentes à formação inicial e continuada bem como atuação profissional (função que ocupam na escola enquanto professor e/ou gestor, e dos profissionais da equipe multiprofissional no setor em que atuam).

As questões sobre o diálogo com a equipe multiprofissional, de acordo com a perspectiva do professor, gestor e equipe intersetorial, buscam responder o objetivo geral da pesquisa, “investigar como a queixa escolar tem sido constituída e encaminhada na rede municipal (educação, saúde e assistência social) de Serrolândia-BA”, apresentado às participantes no próprio roteiro:

Quadro 4 – Roteiro de entrevista sobre diálogo com equipe multiprofissional/ intersetorial

OBJETIVO GERAL	Investigar como a queixa escolar tem sido constituída e encaminhada na rede municipal (educação, saúde e assistência social) de Serrolândia-BA.
DIÁLOGO COM EQUIPE MULTIPROFISSIONAL (EDUCAÇÃO)	
Que tipo de dificuldade indicam necessidade de auxílio de outros profissionais?	
Quais expectativas quanto ao acompanhamento de outros profissionais?	
Quais profissionais deveriam ser implicados no processo de acompanhamento?	

Como você considera a articulação da rede para lidar com as demandas referentes a queixa escolar?
DIÁLOGO INTERSERIORAL (SAÚDE/ ASSISTÊNCIA SOCIAL)
Que tipos de queixas escolares estão presentes nos encaminhamentos?
Como você considera a articulação da rede para lidar com as demandas referentes a queixa escolar?
Quais são os desafios que você vivencia na sua prática profissional para lidar com essas demandas?

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

As questões que envolvem a atuação e trajetória profissional na rede e na escola, buscam responder o seguinte objetivo específico, “identificar as estratégias pedagógicas utilizadas com os discentes que apresentam queixa escolar”:

Quadro 5 – Roteiro de entrevista sobre atuação e trajetória profissional na Educação

OBJETIVO ESPECÍFICO	Identificar os desafios enfrentados com os discentes que apresentam queixa escolar;
ATUAÇÃO E TRAJETÓRIA PROFISSIONAL NA EDUCAÇÃO	
Tempo de serviço na área de educação	
Quais são os desafios que você vivencia na sua prática profissional?	

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

O percurso metodológico da pesquisa pode ser compreendido em etapas, de modo que inicialmente foi realizada a etapa exploratória, a qual foi dedicada ao aprofundamento teórico da temática, aproximação do lócus para apresentação da pesquisa, além da validação do dispositivo e entrevista semiestruturada.

A segunda etapa foi dedicada a construção de dados, na qual foi estabelecido contato via *WhatsApp* com o público alvo, apresentando a proposta da pesquisa e fazendo o convite para participar da mesma, sinalizando que se a pessoa demonstrasse interesse, seria enviado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) detalhando a proposta da pesquisa, e seria combinado a realização da entrevista na modalidade *online* de acordo com a preferência do participante, ou seja, poderia acontecer via chamada de vídeo, áudio, mensagem de texto ou e-mail. Vale destacar que essa adaptação durante a aplicação da entrevista foi realizada por conta da pandemia, considerando as normas de segurança de distanciamento social, recomendadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Dessa forma, as entrevistas aconteceram via *WhatsApp*, por chamada de vídeo ou digitadas, de acordo com a preferência sinalizada pelos colaboradores. Desse modo, a interação foi realizada através de áudios, mensagens de texto e ligações. Além disso, as questões referentes

a entrevista e o TCLE também foram enviados por e-mail para os participantes. Inclusive, alguns participantes optaram por apresentar as respostas pelo *WhatsApp* e outros por e-mail, ou pelos dois. Esse período também foi dedicado a construção do diário de campo, utilizado enquanto dispositivo nessa pesquisa. E realização das oficinas formativas.

Na terceira etapa foi realizada a análise e triangulação de dados, embasada na análise de conteúdo. Posteriormente, a quarta etapa apresenta os produtos da pesquisa, ou seja, os resultados encontrados e sistematizados na dissertação. Enquanto a quinta etapa consiste na etapa de acompanhamento, com a realização de oficinas formativas.

Vale ressaltar que além das entrevistas, essa pesquisa propôs a realização de oficinas formativas, embasadas em Candau (1995), como instrumento de intervenção, visando um espaço de construção coletiva e troca de experiências para abordar estratégias inclusivas para lidar com as demandas referentes a queixa escolar. A proposta inicial visava enquanto público alvo profissionais da educação, saúde e assistência social, agendando os encontros presencialmente, de acordo com a disponibilidade dos participantes. Desse modo, aconteceram intervenções nas escolas contemplando alunos e professores para abordar essa temática. Além disso, considerando os desafios enfrentados no campo relacionados a pandemia, algumas adaptações precisaram ser realizadas, inclusive para mediações digitais. Então, parte das oficinas aconteceram na modalidade *online* via *Instagram*, *Youtube* e *Google Meet*, através do Grupo de Estudos em Educação Inclusiva e Especial (GEEDICE). Durante a fase de acompanhamento do campo, visualiza-se a possibilidade de continuar as oficinas nessa modalidade.

O quadro 6 mostra as etapas da pesquisa, o planejamento inicial para construção de dados e as adaptações realizadas no decorrer do processo, as quais estão relacionadas com a demora para aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP); a pandemia (escolas fechadas), rede intersetorial (educação, saúde e assistência social) funcionando em horário reduzido com restrição de profissionais; e o distanciamento social, o que impossibilitou a realização das entrevistas pessoalmente.

Quadro 6: Etapas da Pesquisa e Adaptações Realizadas

Etapas da Pesquisa	Planejamento	Adaptações Necessárias
1. Etapa exploratória	- Aprofundamento teórico - Apresentação da proposta de pesquisa para os participantes - Validação do dispositivo	- Validação do dispositivo aconteceu <i>online</i>

2. Etapa de construção de dados	- Apresentação do TCLE - Aplicação dos dispositivos (entrevistas semiestruturadas) - Construção do diário de campo	- Entrevistas aconteceram <i>online</i>
3. Análise de dados	- Triangulação dos dados - Utilização da análise de conteúdo para interpretar os dados	- Aconteceu conforme planejamento
4. Produtos da pesquisa	- Dissertação - Oficinas formativas	- A dissertação foi fortemente marcada pela pandemia, por isso, constantemente foram realizadas adaptações para atender as necessidades emergentes; - As oficinas formativas precisaram ampliar o público alvo para os alunos, visando contemplar os professores no horário de trabalho; E a outra parte das oficinas formativas aconteceram <i>online</i> através do <i>Instagram, Youtube e Google Meet</i> , por conta da pandemia
5. Acompanhamento	- Oficinas formativas	- Pretende-se dar continuidade as oficinas formativas na modalidade <i>online</i> durante o acompanhamento

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

O quadro 7 apresenta de forma sintetizada o objetivo geral e específicos da pesquisa, posteriormente indica algumas questões que foram levantadas acerca de cada objetivo e finaliza destacando os dispositivos utilizados no decorrer da pesquisa.

Quadro 7: Objetivo, questão e dispositivo de pesquisa

Objetivo	Questão	Dispositivo de Pesquisa
Investigar como a queixa escolar tem sido constituída e encaminhada	Como a queixa escolar tem se constituído na rede	Entrevista semiestruturada

na rede municipal (educação, saúde e assistência social) de Serrolândia-BA	municipal de Serrolândia-BA?	
Identificar os desafios enfrentados com os discentes que apresentam queixa escolar	Como os professores descrevem os desafios enfrentados em relação a queixa escolar?	Entrevista semiestruturada
Analisar as fragilidades e potencialidades do modelo de atendimento às queixas escolares desenvolvido pelos profissionais da escola	Como os profissionais da escola lidam com a queixa escolar?	Entrevista semiestruturada Diário de campo
Propor a construção de oficinas formativas para abordar concepções inclusivas para lidar com as demandas referentes a queixa escolar	De que forma concepções inclusivas podem auxiliar para lidar com as queixas escolares?	Oficinas formativas

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

2.2.1.1 Validação do dispositivo

Dentre os dispositivos utilizados nessa pesquisa na fase exploratória, destaca-se a entrevista semiestruturada com o intuito de identificar os significados atribuídos pelos profissionais da área da educação, saúde e assistência social sobre a articulação da rede intersetorial. Destaca-se que essa técnica foi escolhida considerando as vantagens que apresenta, possibilitando flexibilizações no decorrer do percurso.

Nesse sentido, será apresentada a descrição do processo de validação deste dispositivo. Inicialmente foi estabelecido contato com profissionais que atuassem nas áreas de educação, saúde e assistência social para que a entrevista semiestruturada fosse aplicada e os ajustes necessários fossem realizados previamente, além de identificar as pré-categorias emergentes.

Vale destacar que foi fácil fazer contato com profissionais da área da educação para participarem da entrevista, de modo que dois professores que não atuam na rede municipal aceitaram colaborar. Porém, foi desafiador contatar com profissionais da área da saúde e assistência social, considerando que o município dispõe de poucos profissionais dessas áreas e os mesmos já atuam na rede, sendo que o foco era aplicar a entrevista com os profissionais que atuam no município apenas após a validação do dispositivo. Então, depois de um longo

período foi possível realizar as entrevistas com três profissionais da saúde e assistência social que atuam em outros municípios enquanto psicólogo, cirurgião dentista e assistente social.

Vale ressaltar que a flexibilidade possibilitada pela entrevista semiestruturada foi fundamental para essa pesquisa, considerando que até no processo de validação foi necessário estabelecer contatos via meios digitais com colaboradores de outros municípios para apresentar a proposta da pesquisa, o termo de consentimento e o roteiro da entrevista, dialogando com os mesmos sobre as questões norteadoras.

Ao realizar pesquisas com seres humanos percebemos que precisamos lidar constantemente com a imprevisibilidade, sendo necessário nos ajustar as demandas circunstanciais. Nesse sentido, as entrevistas com os profissionais da educação foram realizadas presencialmente, porém foi necessário realizar alguns ajustes para obter as informações necessárias com os profissionais da saúde e assistência social. Então foi estabelecido contato prévio via *Whatsapp* com os possíveis participantes para apresentar a proposta da pesquisa e realizar o convite para colaborarem respondendo a entrevista semiestruturada que estava em processo de validação. Após demonstrarem que estavam disponíveis para participar foi enviado via *e-mail* o TCLE e a entrevista. Nesse período enquanto estavam com a entrevista foram estabelecidos contatos com os mesmos, os quais apresentaram o feedback com as respostas.

Foi elaborado um roteiro de entrevista tanto para os profissionais da educação, como da saúde e assistência social. As perguntas iniciais eram referentes a formação inicial e continuada dos profissionais com o objetivo de conhecer melhor o perfil dos mesmos em relação à faixa etária, sexo e nível de escolaridade.

Posteriormente as perguntas estavam relacionadas a atuação e trajetória profissional, com o objetivo de falarem sobre a sua experiência trabalhando naquela área e os desafios vivenciados em sua prática profissional.

E no terceiro momento foram feitas perguntas mais direcionadas para os profissionais da educação questionando sobre quais dificuldades indicam necessidades de outros profissionais, quais as expectativas em relação ao acompanhamento dos mesmos, quais profissionais acreditam que deveriam estar implicados nesse processo e como consideram a articulação da rede para lidar com as queixas escolares.

Para os profissionais da saúde e assistência social, esse último bloco de perguntas questionava sobre os tipos de queixas escolares presentes nos encaminhamentos, como consideram a articulação da rede para lidar com as demandas e os desafios que vivenciam na prática profissional para lidar com essas demandas.

Em relação as perguntas da entrevista, verificou-se que as mesmas estavam apresentadas com clareza, o que facilitou a visualização do perfil dos colaboradores e sua trajetória profissional. Considerando que estamos no processo de pandemia e que não há a possibilidade de realizar as entrevistas presencialmente com o público alvo da pesquisa, esse momento de validação foi fundamental para avaliar o dispositivo e realizar as alterações necessárias.

Os resultados encontrados a partir da validação do dispositivo auxiliaram na escolha das categorias teóricas e no planejamento das intervenções em campo. Atentando para os significados referentes a queixa escolar atribuídos pelos colaboradores, verificou-se que apareceram diversas respostas sobre a valorização do modelo biomédico, tanto na fala dos profissionais da educação, demonstrando expectativa de respostas ou diagnósticos que os auxiliassem para trabalhar com os alunos, quanto no relato dos profissionais da saúde e assistência social mencionando sobrecargas de demandas pelo fato de não compreenderem exatamente a sua função.

Também foi identificado que os motivos de encaminhamentos geralmente referem-se a falta de motivação dos alunos e problemas de comportamento, de acordo com os profissionais da saúde e assistência social. Além disso, foi sinalizado por todos os profissionais que participaram do processo de validação do dispositivo a necessidade de melhorar a articulação da rede intersetorial para que as demandas sejam atendidas de maneira mais eficaz.

Vale ressaltar que os resultados encontrados na validação do dispositivo, dialogaram com os dados que emergiram no campo com os profissionais da rede intersetorial, educação, saúde e assistência social do município de Serrolândia-BA.

2.2.1.2 Diário de campo: a escrita, a escritora e o escrever

O diário de campo também foi um dos dispositivos utilizados durante a pesquisa, o qual foi primordial para potencializar e ressignificar muitas experiências. Desse modo, realizei uma recordação aprofundada do significado da escrita ao longo da minha história de vida, com o intuito de analisar os caminhos percorridos e auxiliar no processo de conhecimento pessoal, profissional e enquanto pesquisadora, consequentemente identificando minha motivação e implicação com a temática queixa escolar ao longo dessa trajetória.

Desde criança sempre gostei muito de escrever. Costumava escrever cartas para pessoas da minha família, também gostava de escrever nos diários de recordações da minha irmã, primas e amigas. Segundo relato da minha mãe, no início do meu processo de escolarização, quando estava aprendendo escrever frases nas tarefas escolares, eu escrevia frases tão grandes que não cabiam nas linhas. Então, ela tentava me convencer a resumir e escrever de forma mais objetiva, porém eu optava por diminuir o tamanho da letra e conseguir escrever a frase completa. Inclusive, ao observar meus cadernos e agendas da escola, geralmente aparecem elogios dos professores em relação ao desempenho e observações para aumentar o tamanho da letra. De modo que nesse período eu acabei utilizando um caderno de caligrafia para escrever com as letras maiores. Voltando para minha análise sobre a escrita desse diário de campo, percebo que a escrita sempre me marcou de forma significativa, tanto na vida pessoal como na vida escolar/acadêmica.

Em relação a vida pessoal, sempre tive o costume de escrever em diários, de modo que a adolescência foi a fase que mais me dediquei nesse sentido, inclusive criando códigos e escrevendo diariamente com os mesmos. Depois de algum tempo continuei escrevendo diariamente, mas em português. Acredito que escrever é uma forma de expressar em palavras o que pensamos e sentimos, e de certa forma ressignificar as situações que vivenciamos.

Com o passar dos anos, passei a me dedicar mais a escrita técnica, ou seja, a que é obrigatória e solicitada no colégio, graduação e pós-graduação. Mas ao escrever esse diário, me dei conta de como minha formação foi permeada por professores que estimulam essa escrita que relaciona os conteúdos estudados com o impacto dos mesmos na nossa auto formação, sem desconsiderar nossa subjetividade.

No decorrer dos processos seletivos de vestibular e Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), considerando toda ansiedade que os mesmos provocam, sempre ficava insegura com as provas referentes as ciências exatas e mais confiante com as ciências humanas, com maior expectativa na redação.

Ao fazer o vestibular para Psicologia na UFBA, o processo seletivo apresentava duas fases. A primeira com provas objetivas, com questões somatórias em que precisava fazer a soma das assertivas e colocar o número referente as mesmas, representando um imenso desafio para mim. Enquanto na segunda fase as questões eram totalmente abertas, ou seja, sendo novamente estimulada a escrever.

Durante toda graduação fui marcada por alguns professores que também solicitaram uma escrita com a qual a gente se colocasse no texto. Desse modo, decidi buscar esses

trabalhos que realizei anteriormente, com a perspectiva de compreender meu percurso formativo.

Desde o primeiro semestre da Psicologia em 2012, tive a possibilidade de escrever um relato de experiência. Ao conhecer os princípios da Abordagem Centrada na Pessoa (ACP) de Carl Rogers, me chamou bastante atenção os conceitos apresentados pelo mesmo, demonstrando que a empatia deve estar presente na relação entre terapeuta e paciente, consiste em colocar-se no lugar do outro, neste momento deve haver uma suspensão dos próprios valores, para compreender plenamente o que o outro está sentindo. A congruência é caracterizada pela autenticidade do facilitador em expressar-se, o objetivo é que o outro também assuma seus sentimentos, para que haja acolhimento entre ambos, ressaltando sempre que aquilo não deve ser imposto como verdade absoluta. A aceitação incondicional positiva se estabelece ao aceitar realmente a pessoa, demonstrando uma consideração positiva por ela, até porque aceitar não significa concordar. Entretanto, é fundamental apontar que o objetivo é promover o crescimento pessoal do sujeito, respeitando suas idiossincrasias. Desta forma, caso o terapeuta não consiga fazer total suspensão das suas “verdades”, este deve ser ético ao ponto de assumir suas limitações e realizar o encaminhamento adequado para não prejudicar o paciente.

Ao recordar dessa fase, na qual estava começando a aprender os princípios da Psicologia que focam nas condições essenciais apresentadas por Carl Rogers como a empatia, congruência e aceitação incondicional positiva, de acordo com a Psicologia humanista e a Abordagem Centrada na Pessoa (ACP), percebo que no estudo das queixas escolares esses princípios se aplicam perfeitamente, pois demonstram a importância de respeitar as idiossincrasias, ou seja, não presumir que todos se enquadrem em um padrão.

No segundo semestre da graduação tivemos a oportunidade de descrever no relatório final de estágio básico II, a proposta de observação utilizando a versão de sentidos, ou seja, descrevendo não apenas os comportamentos apresentados pelos sujeitos de forma objetiva, mas incluindo também o relato de sentido encontrado para nós. Nesse trabalho realizado em 2013 já tive uma maior aproximação com o contexto educacional, pois a observação aconteceu em uma escola. Recordo que fiquei feliz pela inclusão que observei naquela escola, pois me lembrei da minha tia que tem Síndrome de Down e que concluiu o ensino médio, estudando em escola regular. Então percebi que desde aquela época já estava sensível e atenta para inclusão educacional.

Os estágios básicos aconteciam de maneira progressiva, de modo que a cada semestre os discentes deveriam articular os conhecimentos referentes ao foco do mesmo e desenvolver

um projeto de trabalho. O foco do quarto semestre foi a constituição do sujeito: “Normal X Patológico”, através de atividades que problematizavam esta questão relacionada à atuação do psicólogo, utilizou-se o método fenomenológico para as observações realizadas na prática possibilitando o desenvolvimento da habilidade de ouvir, a partir do treinamento da escuta, que aconteceu no Vale do Capão-BA.

A equipe de profissionais e a comunidade tem uma percepção diferente do processo saúde-doença, pois leva em consideração o sujeito e o seu contexto, o que os diferenciam de outras realidades, pois estabelecem um contato mais próximo com cada usuário conhecendo a sua realidade e buscando intervir de modo efetivo para proporcionar o bem-estar. Percebe-se que os princípios norteadores do Sistema Único de Saúde (SUS), estão sendo aplicados de forma coerente. Entretanto há uma necessidade de investimentos estruturais, e até mesmo de uma equipe multidisciplinar mais completa, para assim satisfazer as demandas, considerando cada indivíduo como um ser biopsicossocial.

Esta experiência foi enriquecedora, pois tivemos a oportunidade de conhecer uma realidade em que os profissionais de saúde são próximos dos usuários, realizando um trabalho que se caracteriza pelo cuidado, atenção e responsabilidade com cada caso específico, o discurso e atitudes da comunidade também demonstraram satisfação com o atendimento recebido, o que é proporcionado pelo modelo horizontal do cuidado à saúde.

No quinto semestre na disciplina Técnicas de Intervenções Grupais também fomos estimulados a escrever alguns ensaios vividos, sobre nossa experiência na disciplina, então percebi que a família é um grupo primário que serve de referência para nós, exercendo grande significância no processo de desenvolvimento, é a partir da nossa família que aprendemos a perceber o mundo. Entretanto, é importante refletir e considerar as diferenças existentes entre as famílias, e conseqüentemente sua interferência no comportamento de cada membro, o qual está associado, inclusive a maneira destes expressarem suas emoções.

A partir dessa reflexão percebo o quanto é importante nos perceber enquanto seres sociais, atentando sobretudo para as relações estabelecidas tanto nos grupos familiares como também em outros ambientes de socialização, como a escola. Nessa perspectiva, percebe-se que tanto influenciemos, como somos influenciáveis.

A família se configura como o primeiro ambiente de socialização, no qual existe uma transmissão contínua de ideologias, as quais são transmitidas cotidianamente, propagando os modelos valorizados em cada segmento social. Compreendo as influências socioculturais na construção da família e o quanto esta é diversificada, também considero a sua significância nas relações sociais e na vida emocional. Percebo a necessidade de analisá-

la em um contexto histórico e social para assim visualizar de forma mais abrangente as mudanças ocorridas no decorrer dos anos.

A família apresenta-se como essencial para a construção do sujeito, ao analisar os diferentes tipos de apego, percebo como a reciprocidade deste vínculo é importante e o quanto reflete na infância e nas experiências posteriores, interferindo, por exemplo, na auto percepção, nos relacionamentos sociais e afetivos com os pares. Isso significa que as relações formadas nas famílias interferem nas crenças e comportamentos de cada membro. Existem diferenças entre as famílias relacionadas a crenças, costumes e valores. À medida que a pessoa passa pelo processo de socialização é necessário considerar as diversidades e respeitá-las, não julgando uma como superior a outra.

Reconheço a importância da minha família na minha construção enquanto indivíduo, pois estabeleci bons relacionamentos pautados na confiança e incentivo para desenvolver potencialidades através de uma comunicação intergeracional clara e organizada. Acredito que isto influenciou positivamente inclusive para a escolha do curso de Psicologia e do mestrado profissional em educação, visualizo na atuação do psicólogo a capacidade de considerar o ser humano em uma dimensão biopsicossocial e promover o bem-estar do mesmo e percebo o quanto o MPED tem contribuído para a empatia e o respeito a diversidade, atentando para o indivíduo de forma integral.

Desse modo, voltando para as queixas escolares, percebe-se uma tendência de culpabilizar a família, pelos comportamentos considerados inadequados, então é necessário analisar as queixas de forma mais abrangente, rompendo com esse discurso da culpabilização.

Ainda no quinto semestre, o estágio aconteceu em uma creche para avaliar questões referentes ao desenvolvimento infantil, encontrei no relatório de estágio um parágrafo no qual utilizei literalmente o termo queixas escolares, e me surpreendi ao encontra-lo. Esse termo foi utilizado após preenchermos os protocolos acerca de questões referentes ao desenvolvimento, no intuito de subsidiar o processo de construção de um currículo de educação infantil. Com a expansão das áreas de atuação dos psicólogos, as demandas que surgiram dentro do contexto educacional não se referem apenas a queixa que as escolas têm em relação aos alunos, mas também a atenção que devemos dar as relações existentes do cotidiano escolar.

No sétimo semestre através da disciplina Psicoterapia I, novamente fui desafiada a escrever, dessa vez um diário de campo, no qual tive a oportunidade de relatar a minha história de vida, incluindo o meu percurso na Psicologia. A iniciação científica foi

fundamental para a minha formação, pois a mesma me apresenta vários desafios e oportunidades de crescimento. Nesse período aprendi que escrever e publicar fazem parte do processo investigativo e precisam ser realizados de maneira criteriosa.

Percebo que a nossa formação está muito além dos conteúdos aprendidos na sala de aula, porque sinceramente, com essas experiências eu vivenciei diversas situações que estão além daquilo que os livros apresentam, até porque a Psicologia trabalha com pessoas, e embora algumas situações sejam parecidas, sempre precisamos considerar as singularidades de cada caso.

Percebe-se que o pesquisador sempre é desafiado a sair da zona de conforto, e essa experiência que vivencio durante a pesquisa do mestrado já foi vivenciada de forma semelhante anteriormente. Para lidar com as demandas que emergem, precisamos pensar constantemente em estratégias. Acredito no sucesso de um trabalho que abrange o cuidado com a criança e a participação da família e escola, e foi exatamente isso que percebi no relato de experiência de alguns pais. É perceptível a importância da atenção dos pais na vida dos filhos, a qual auxilia na orientação e crescimento emocional dos mesmos, os quais tendem a se sentir amados e valorizados, e isso repercute em todos os ambientes de socialização deste indivíduo.

O facilitador de grupos deve compreender o contexto vivenciado pelo grupo para posicionar-se adequadamente, com uma percepção que considere as idiossincrasias dos integrantes do grupo de acordo com o contexto sócio histórico. Dessa forma, os grupos devem facilitar a elaboração das crenças, sentimentos e comportamentos dos indivíduos, possibilitando que os mesmos identifiquem a ligação da sua singularidade com a sociedade na qual estão inseridos, ou seja, que compreendam que existem pessoas com demandas semelhantes, e também visualizem que as distinções entre os mesmos contribuem para o crescimento do grupo.

A última atividade avaliativa do décimo semestre foi o memorial de formação, como objetivo de compreender como a minha história de vida influenciou na escolha do curso de Psicologia e observar as transformações ocorridas a partir do conhecimento dessa ciência. A partir desse registro tanto nas memórias como também nos detalhes registrados na escrita é possível visualizar meu processo de crescimento no decorrer desses anos e dar prosseguimento a essa história escrevendo sobre as oportunidades que surgiram após minha formação.

Concluí a graduação, mas o estímulo para me posicionar se tornou ainda mais desafiador e evidente no MPED, desde a primeira etapa da seleção com a prova escrita, até a

análise do pré-projeto e entrevista. No decorrer desse processo minha pesquisa mudou bastante, em todos os sentidos. Eu também mudei minha compreensão e ampliei meu senso crítico. Pesquisar sobre queixa escolar envolve constantes posicionamentos, exposição do lugar de fala e contínua implicação com o processo.

Hoje, percebo que um mestrado profissional é muito mais complexo do que parece. Eu, que já enfrentei vários desafios em projeto de pesquisa com abordagem qualitativa e quantitativa, análises estatísticas em programas como o SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*), e que ao longo dos anos me identifiquei e tive facilidade com as palavras, inúmeras vezes nesse processo enquanto pesquisadora, precisei lidar com o desafio da insuficiência de palavras, ou seja, quando precisei escrever, produzir, cumprir prazos, mas ainda assim a almejada produtividade não emergia. Mesmo estabelecendo metas de curto e longo prazo pessoais para alcançar os objetivos, mas precisando lidar constantemente com frustrações, as quais geram culpa e ansiedade.

Muitas vezes me percebi como a aluna com queixa escolar, a que encontra desafios para utilizar a Plataforma Brasil, a que demorou para conseguir a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), pois o status situação se encontrava em apreciação ética há meses. Porém mesmo com o estresse e a ansiedade envolvidos, a maturidade nos faz perceber que é mais um processo burocrático e isso faz parte da vida. Com resiliência recordamos de outros desafios que conseguimos dar conta e isso nos faz prosseguir.

Ao mesmo tempo tento me colocar no lugar dos alunos com queixas escolares, os quais tendem a ser rotulados de maneira negativa no ambiente escolar. Acredito que esses rótulos e estigmas impactam na sua autoestima, contribuindo para que muitas vezes não acreditem no seu potencial, com frequência esses alunos podem sofrer *bullying* e ainda com pouca idade e inexperiência precisam lidar com todas essas questões, sendo que os mesmos podem não perceber efetivamente a função social da escola em suas vidas, o que deixa a situação ainda mais complexa.

Em relação ao processo da minha pesquisa, considero o momento da qualificação como o mais significativo, pois foi extremamente enriquecedor, tive a oportunidade de compreender o potencial do meu trabalho. Compreendi através de um *feedback* positivo a dimensão do meu crescimento pessoal, profissional e enquanto pesquisadora. Sou muito grata a minha orientadora, Juliana Salvadori por contribuir tanto com a minha pesquisa e por ser um referencial tão grande de ética e comprometimento com a pesquisa educacional engajada, além de ampliar tanto minha visão sobre a educação inclusiva, demonstrando na prática como fazer a diferença. Também sou muito grata a banca avaliadora com Nicoleta

Mendes e Suzana Pimentel pelo olhar sensível, cuidadoso e ético com minha pesquisa. Dentre tantas coisas que falaram, recordo-me que ressaltaram a minha coragem para realizar essa pesquisa, isso me chamou atenção naquele dia, mas apenas a partir de então, aos poucos, à medida que surgiam os desafios ao me aproximar do campo, compreendi de fato a coragem que se referiam.

Por diversas vezes, percebi que a vida não para por conta da pesquisa, mas nós precisamos nos adaptar com os desafios diários e prosseguir pesquisando. O paradoxo é que embora tenhamos que prosseguir nessa desafiadora posição de pesquisadores, acontecem situações que de certo modo nos paralisam, como no meu caso o desemprego por alguns meses no final do ano, a dúvida se o contrato seria renovado, a dúvida se as novas equipes intersetoriais iriam aceitar participar da pesquisa, o luto por pessoas da família e amigos próximos e para completar o inimaginável, uma pandemia que paralisou e modificou rapidamente a rotina mundial.

Estamos paralisados em nossas casas como estratégia responsável de sobrevivência e mais uma vez consigo fazer a associação de todas essas situações que estamos vivenciando com a queixa escolar, pois todas essas variáveis nos impactam e influenciam no nosso comportamento, se apresentando também enquanto demandas que precisam ser solucionadas. O COVID-19 também nos mostra a relevância de um trabalho intersetorial, que o trabalho colaborativo dos diversos setores com a sociedade pode fazer efetivamente a diferença, porém nem todos têm essa responsabilidade coletiva. Além disso, é angustiante perceber que alguns fatores sociais, políticos e institucionais em nosso país agravam ainda mais a queixa.

Durante as aulas do MPED e as discussões do grupo de pesquisa, sempre foi discutido sobre os desafios que o campo apresenta, e que por mais que a gente pense nos imprevistos e nos prepare para lidar com estes, a prática efetivamente nos mostra que nunca estaremos preparados e que o campo sempre pode nos surpreender.

A aprovação Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) foi meu grande anseio por muitos meses, essa espera me causou ansiedade pela demora e medo de atrasar muito a entrada em campo. Me surpreendi como esse tempo de espera me deixou insegura, de modo havia considerado até então, o maior imprevisto e entrave para a pesquisa. Finalmente no dia 26/03/2020 obtive o parecer liberado, CAEE: 23380619.5.0000.0057.

Nunca imaginei que iria vivenciar uma pandemia, então logo após a aprovação, estava com a expectativa de começar as entrevistas presenciais com os profissionais da rede intersetorial do município e dar continuidade as intervenções sobre inclusão educacional nas

demais escolas conforme estava agendado. Porém, de repente as aulas presenciais foram suspensas, as atividades escolares tiveram uma pausa por tempo indeterminado e por questões de sobrevivência, precisamos ficar em casa, reforçando as medidas de isolamento social, fazendo higienização das mãos e materiais de consumo. Ao acompanhar as notícias, percebíamos à proporção que o vírus estava tomando, a quantidade de pessoas infectadas e a probabilidade cada vez mais próxima de chegar na nossa região e conseqüentemente no nosso município.

Inicialmente foi realizado um cronograma para o funcionamento da secretaria de educação, para que esta funcionasse por um turno, com apenas um funcionário. Nessa escala foram retirados os profissionais do grupo de risco. No segundo momento foi realizada uma reunião com diversos funcionários da área de educação para dar suporte aos profissionais da saúde, trabalhando no combate ao COVID 19. De modo que fomos escalados para iniciar a distribuição de máscaras e orientações na feira livre e posteriormente atuando na barreira sanitária. Diante de todas essas solicitações, me coloquei disponível, pois acredito que tudo isso faz parte do trabalho colaborativo em rede.

A pandemia provoca ansiedade, atrelado ao medo de ficar doente, de que as pessoas da família adoeçam e/ou morram, ainda mais para quem tem familiares trabalhando na linha de frente na área da saúde ou nos serviços essenciais com o público. Em meio ao caos, percebi que o diálogo intersetorial que havia proposto era diferente, porém essa era a demanda momentânea, então comecei a desenvolver esses trabalhos.

Nesse período também fui convidada para participar de uma reunião no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) no dia 12/05/2020 com as psicólogas e assistentes sociais da área de saúde e assistência social para planejar as ações do dia 18 de maio: Dia D contra o abuso, violência e exploração sexual de crianças e adolescentes. Vale ressaltar que foi este o momento em que tive contato pessoalmente com a nova equipe desses setores, pois nessas instituições é comum haver mudanças de profissionais no início do ano. Nessa reunião foram levantadas discussões e pautas para a *live* que aconteceu no *Instagram* @prefeituraserrolandia, porém por questões de segurança, para evitar aglomeração, nem todos entraram pelo Instagram da prefeitura, mas todos participaram *online*, alguns através dos seus perfis pessoais. Além disso, considerando a relevância dessa temática, fiz um curso online de 140h, sobre “Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes”, sugerido pelo moderador do Selo UNICEF no município.

Os meses foram se passando e os casos positivos do COVID no município aumentando, então novas estratégias foram estabelecidas. No dia 16/06/2020 foi realizada

uma reunião na secretária de saúde com a equipe da vigilância sanitária e demais profissionais da educação que estavam trabalhando na barreira sanitária. A partir daquele momento fomos convocados para realizar um trabalho de orientação no comércio, fiscalizando e reforçando as medidas de segurança no combate ao COVID 19, de acordo com os decretos municipais, evidenciando mais uma vez a articulação da rede intersetorial.

No decorrer da pesquisa, tive a oportunidade de vivenciar experiências diferentes das quais havia imaginado para esse movimento no campo. Me surpreendi com a proporção da pandemia, assim como com as potencialidades das mídias digitais para nos auxiliar nesse momento tão delicado. Em alguns momentos percebi fragilidades na articulação da rede, porém em outros momentos o engajamento de tantos profissionais para fazer o trabalho de qualidade, diante de todos os desafios. Tive a oportunidade de estabelecer um diálogo intersetorial com tantos profissionais diferentes e perceber a generosidade dos mesmos para colaborar com essa pesquisa, participando das entrevistas e disponibilizando as orientações e informações necessárias.

Desse modo, verifico o quanto o diário de campo foi um dispositivo essencial para a pesquisa, o qual foi escrito no decorrer do processo, revelando desafios e potencialidades do campo. Revelando o que foi proposto, o que foi adaptado e como tudo foi realizado. Além disso, possibilitou um aprofundamento da minha narrativa e trajetória como pesquisadora, contribuindo para o enriquecimento dos dados, por evidenciar a minha implicação com a pesquisa.

2.2.2 *Lócus*

O lócus desta pesquisa foi a rede intersetorial (educação, saúde e assistência social) no município de Serrolândia, localizado na região norte do estado da Bahia, no Piemonte da Chapada Diamantina, o qual se encontra à 320 km da capital Salvador-BA. Serrolândia foi emancipada em 1962, a população é estimada em 13.774 habitantes.

Com a perspectiva de rememorar e compartilhar a história de Serrolândia, Reis (2010) apresenta diversas informações relevantes sobre o município, indicando que o mesmo faz limites com os seguintes municípios: Ao Norte - Jacobina, ao Sul – Várzea da Roça, ao Leste - Quixabeira, ao Oeste – Várzea do Poço e Miguel Calmon.

Em relação a características climáticas da cidade, o clima é semiárido, a vegetação predominante é a caatinga, o licuri ou oricuri (*Syagrus Coronata*) se destaca no extrativismo vegetal do município. Ao observar as atividades econômicas, verifica-se na agricultura o cultivo de mandioca, feijão e milho. Na pecuária predomina a criação de gado bovino. O desenvolvimento industrial e econômico da cidade está diretamente relacionado às fábricas de bolsas e brindes existentes que são exportados em diversos estados brasileiros (REIS, 2010).

De acordo com Marques (2014), a extração do licuri (*Syagrus Coronata*) caracterizava-se como uma atividade econômica relevante para o município de Serrolândia, se destacando principalmente no período entre 1940 a 1990. O extrativismo de licuri era praticado sobretudo por mulheres, de modo que as hastes eram utilizadas no artesanato e o coco para o cardápio, fabricação de sabão, cosméticos e produtos farmacêuticos.

Serrolândia passou por transformações socioeconômicas, a partir da década de 1990 com a implantação das fábricas de bolsas, as quais se ampliaram no decorrer dos anos. A indústria das bolsas do município contribuiu de forma significativa para o desenvolvimento local sustentável, além de se destacar na economia como fonte de renda e geração de emprego (SANTOS, 2014).

Em relação à Educação, Serrolândia apresenta oito escolas públicas, sendo que sete integram a rede municipal e uma a rede estadual, sendo este o Colégio Estadual de Serrolândia (CES), responsável pelo ensino médio. O município também apresenta a Creche Municipal Anita Menezes, responsável pela educação infantil, localizada na sede e a creche Edneide Cordeiro Araújo.

As escolas do ensino fundamental I localizadas na sede são as seguintes: Escola Professora Deniolmar Alves Silva Lima, Grupo Escolar Eunice Barbosa dos Reis e Escola Municipal João Bispo Vieira. O Colégio Municipal Arionete Guimarães de Sousa (COMAGS) é responsável pelo ensino fundamental II.

Enquanto nos povoados existem as seguintes escolas: Centro Educacional Bernardina Ferreira da Silva no Maracujá e o Colégio Edneide Cordeiro Araujo no Salamim. Também existe a Escola Municipal Paulo Freire, a qual surgiu após um projeto de nucleação no município, sendo organizada em uma sede e quatro anexos. A sede localiza-se no Assentamento Caiçara, uma comunidade localizada a 20km do município, já os anexos localizam-se no povoado Novolândia, e nas fazendas Algodão e Várzea Bonita, localizados a 04km, 10km e 15km de Serrolândia respectivamente.

Além disso, o município se destaca por oferecer aulas de pré-vestibular na Universidade para Todos (UPT), e também pela quantidade de alunos que cursam ensino superior em Jacobina na UNEB e em outras instituições em Jacobina, Capim Grosso, Feira de Santana e Salvador.

Quadro 8: Informações referentes a quantidade de alunos por escolas

ESCOLA	OFERTA	LOCALIZAÇÃO	QUANTIDADE DE ALUNOS
Escola Professora Deniolmar Alves Silva Lima	Fundamental I e EJA	Sede	452
Grupo Escolar Eunice Maria Barbosa dos Reis	Fundamental I e EJA	Sede	307
Escola Municipal João Bispo Vieira	Fundamental I	Sede	91
Colégio Municipal Arionete Guimarães de Sousa	Fundamental II e EJA	Sede	783
Centro Educacional Bernardina Ferreira da Silva	Fundamental I, II e EJA	Povoado Maracujá	178
Colégio Edneide Cordeiro Araujo	Fundamental I e II	Povoado Salamim	110
Escola Municipal Paulo Freire	Fundamental I e EJA	Povoado: Novolândia Campo: Assentamento Caiçara, Algodão e Várzea Bonita	228
Creche Municipal Anita Meneses	Ensino infantil	Sede	286
Creche Edneide Cordeiro Araujo	Ensino infantil	Povoado Maracujá/Salamim	96
TOTAL	Educação	Rede municipal	2.531

Fonte: Censo escolar, 2020.

Vale destacar também o trabalho da assistência social desenvolvido no município pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) através de ações preventivas, protetivas e proativas. Desse modo, os serviços visam a prevenção de situações de riscos sociais, estimulando o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Dentre os serviços ofertados, destaca-se o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), o qual objetiva fortalecer a função protetiva das famílias, prevenindo a ruptura de vínculos, favorecendo a garantia de direitos e potencializando a qualidade de vida por meio desse trabalho social de caráter continuado. Além de promover o protagonismo e

autonomia das famílias e comunidades, oferece espaços coletivos para escuta e trocas de experiências.

Dessa forma, no PAIF são desenvolvidas ações de acolhida, oficinas com famílias, ações comunitárias, ações particularizadas e encaminhamentos. Inicialmente é realizado o acolhimento do indivíduo ou família com o intuito de escutar as demandas e apresentar os serviços da rede socioassistencial e demais políticas públicas. Também são realizadas oficinas com as famílias, as quais são conduzidas por algum técnico de nível superior do CRAS. Essas oficinas são organizadas com um público alvo que vivenciem situações em comum, atentando para as vulnerabilidades compartilhadas, então são levantadas discussões sobre as demandas, atentando para o acesso dos direitos dos mesmos.

É importante descrever as ações comunitárias, as quais abrangem um número maior de participantes do território, podendo ser desenvolvidas através de palestras, campanhas e eventos comunitários, destacando-se na divulgação e promoção do acesso aos direitos. Além disso, são realizadas ações particularizadas, ou seja, quando a equipe técnica do CRAS realiza o atendimento de forma individualizada, o qual pode acontecer tanto pela indicação do técnico como pela solicitação da família. É válido ressaltar que encaminhamentos também são realizados, à medida que as famílias ou algum de seus integrantes são direcionados para serviços e/ou benefícios socioassistenciais de outros setores.

O município também dispõe do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), um serviço da Proteção Social Básica do SUAS (Lei nº12.435/2011) referenciado ao Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), sendo este complementar ao trabalho desenvolvido pelo PAIF. O SCFV é ofertado continuamente através da organização de grupos por faixa etária, ou seja, atentando para a fase do desenvolvimento dos usuários. Este serviço destaca-se por realizar uma intervenção social que visa o sentimento de pertença e identidade, através da realização de atividades artísticas, culturais, de lazer e esportivas. Nesse sentido, estimula tanto o desenvolvimento de potencialidades dos usuários como o enfrentamento das vulnerabilidades sociais.

O quadro 9 descreve o trabalho contínuo desenvolvido pelo SCFV no município, especificando o nome do grupo, a frequência dos encontros, o endereço, o status, a faixa etária e caráter intergeracional. Percebe-se a importância da organização dos grupos de acordo com a fase do desenvolvimento humano, pois isso facilita as trocas e engajamento dos usuários nas atividades sociais propostas, as quais variam entre artísticas, culturais, de lazer e esportivas.

Quadro 9: Os Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV

Nome do Grupo	Endereço do Grupo	Status	Faixa Etária	Intergeracional
SEDE - Matutino (1 turma)	Avenida Manoel Roque Rodrigues Centro S/N	Ativo	06 a 17	SIM
SEDE - Vespertino (2 turmas)	Avenida Manoel Roque Rodrigues Centro S/N	Ativo	06 a 18	SIM
SEDE - Grupo de bem com a vida idosos (as). Vespertino (Quarta-feira)	Avenida Manoel Roque Rodrigues Centro S/N	Ativo	18 a 59 Mais de 60	SIM
MARACUJÁ Matutino (1 turma) Vespertino (2 turmas)	Rua Calumbi Povoado Do Maracujá S/N	Ativo	06 a 17	SIM
MARACUJÁ - Grupo de bem com a vida idosos (as) Vespertino (Quinzenalmente)	Povoado Maracujá S/N	Ativo	18 a 59 Mais de 60	SIM
ROÇADINHO - Grupo de bem com a vida idosos (as) Vespertino (Quinta-feira)	Povoado Roçadinho 11	Ativo	18 a 59 Mais de 60	SIM
ROÇADINHO - Matutino (1 turma)	Povoado Roçadinho 11	Ativo	06 a 17	SIM
SALAMIM - Vespertino (1 turma)	Povoado Salamim S/N	Ativo	06 a 17	NÃO
VARZEA DO URUÇU - Matutino (1 turma)	Povoado Várzea do Uruçu S/N	Ativo	06 a 17	NÃO

Fonte: Informações disponibilizadas pelo CRAS

Também é importante destacar os serviços ofertados pela Secretaria de saúde, através do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) e Centro de Atenção Psicossocial (CAPS).

O NASF oferece os seguintes serviços: apoio às Equipes de Saúde da Família; educação permanente; matriciamento; visitas domiciliares, atendimento compartilhado com as equipes de Atenção Básica, discussão de casos clínicos, construção conjunta de projetos terapêuticos singulares; atendimentos individuais em menor proporção; intervenções no território e na saúde de grupos populacionais e da coletividade, ações intersetoriais, ações de prevenção e promoção da saúde, discussão do processo de trabalho das equipes e etc.

A equipe do NASF Serrolândia é composta pelos seguintes profissionais: nutricionista, fisioterapeuta, educador físico, assistente social e psicólogo. O NASF é uma equipe composta por profissionais de diferentes áreas de conhecimento, que devem atuar de maneira integrada e apoiando os profissionais das Equipes Saúde da Família, das Equipes de Atenção Básica para populações específicas, compartilhando as práticas e saberes em saúde nos territórios sob responsabilidade destas equipes.

Portanto, o público alvo do NASF são as Equipes de Saúde de Família, com objetivo de ampliar o escopo de ações realizadas pelas equipes e aumentar a resolutividade, através da ampliação da clínica, auxiliando no aumento da capacidade de análise e de intervenção sobre problemas e necessidades de saúde, tanto em termos clínicos quanto sanitários e ambientais dentro dos territórios.

Além disso, o município oferece atendimentos no CAPS, o qual fica localizado na Rua Gerolino dos Santos Lima. A equipe do CAPS de Serrolândia é composta pelos seguintes profissionais: Médico psiquiatra, psicólogo, enfermeiro e assistente social. O público alvo abrange toda a população com transtornos mentais graves e persistentes. Desse modo, oferece atendimento a todas as faixas etárias, para transtornos mentais graves e persistentes, inclusive pelo uso de substâncias psicoativas.

Vale ressaltar que o município de Serrolândia também participa da edição 2017-2020 do Selo UNICEF, esta edição evidencia a relevância da participação de adolescentes para que estes conheçam seus direitos e exerçam a democracia. Neste sentido, o mobilizador auxilia para que os meninos e meninas expressem suas demandas, além de facilitar o diálogo com os gestores de políticas públicas, líderes comunitários, professores e familiares.

O Selo UNICEF apresenta desafios temáticos para os municípios, visando a redução das desigualdades, desse modo, são implementadas ações referentes aos desafios, as quais contribuem para alcançar os resultados sistêmicos almejados. Dentre estes é válido destacar alguns resultados sistêmicos: 2: Programa de busca ativa, inclusão e acompanhamento de crianças e adolescentes na escola; 8: Estratégia para redução da distorção idade-série; 12:

Acesso ao esporte educacional, seguro e inclusivo garantindo à totalidade de crianças e adolescentes do município.

Para que os objetivos do Selo UNICEF sejam alcançados, o mobilizador de adolescentes e jovens tem um papel fundamental, o qual deve estar vinculado a gestão municipal, além de apresentar habilidades para dialogar com o público alvo tanto presencialmente como virtualmente. O articulador também destaca-se pela realização do trabalho intersetorial, facilitando a comunicação entre as secretarias de educação, saúde e assistência social, considerando as demandas apresentadas pelos adolescentes do município.

O Núcleo de Cidadania de Adolescentes e Jovens (NUCA) é composto por adolescentes diversos, com idades entre 12 a 17 anos, que estejam organizados em rede para dialogar sobre pautas relevantes para seu desenvolvimento, além de implementar ações e realizar reivindicações à gestão pública municipal.

O Selo UNICEF apresenta 8 desafios para os municípios, sendo estes: 1- Promover o direito ao esporte seguro e inclusivo; 2- Promover a alimentação saudável e prevenir a obesidade; 3- Conhecer e divulgar a Lei da Aprendizagem para criar oportunidades de conciliar aprendizagem no emprego e permanência na escola; 4- Promover o direito à inclusão digital e ao uso seguro da internet; 5- Promover a educação para cidadania democrática #PartiuMudar; 6- Promover a inclusão escolar e a troca de saberes – Fora da Escola Não Pode!; 7-Promover o direito à saúde sexual e reprodutiva; 8-Promover práticas de enfrentamento ao racismo. Desse modo, o *Guia do(a) mobilizador(a) de adolescentes e jovens* descreve as ações que devem ser desenvolvidas, sendo que as atividades podem ser articuladas com as que já acontecem no município. Inclusive, estas atividades contribuem para o engajamento dos adolescentes e pontuação do município no Selo UNICEF.

Considerando o desafio 6, verifica-se a obrigatoriedade de crianças e adolescentes entre 4 e 17 anos de idade estarem matriculadas e estudando, porém, o UNICEF chama atenção que a exclusão educacional no Brasil ainda é muito grande, ou seja, existe uma quantidade de crianças e adolescentes nessa faixa etária fora da escola, com os direitos à educação violados. Nesse sentido, destaca-se que os municípios são estimulados a realizar ações voltadas para mudar esse cenário marcado por exclusões, desse modo, no município são realizadas ações de busca ativa escolar, esse trabalho é desenvolvido de forma intersetorial educação, saúde e assistência social, além da contribuição de instituições, governo, sociedade civil para que os alunos permaneçam na escola, atentando que os desafios para essa exclusão educacional são diversos. Então compreende-se que para superar essas

barreiras é necessário o comprometimento de todas as pessoas, realizando diálogos e pensando ações conjuntas.

2.2.3 Participantes

De acordo com o objetivo da pesquisa, foi realizada um estudo de caso sobre a queixa escolar na rede municipal (educação, saúde e assistência social) de Serrolândia-BA. Desse modo, participaram: professores do ensino fundamental I, gestores, ou seja, coordenador, diretor e vice-diretor, além dos profissionais da equipe multiprofissional que atuam na área da saúde e assistência social e acompanham os alunos da rede municipal com o intuito de compreender a queixa escolar em diferentes perspectivas, tendo como critério para inclusão a livre adesão dos mesmos. Desse modo, o perfil dos colaboradores da pesquisa caracterizou-se por 15 participantes, 14 do sexo feminino e 1 do sexo masculino, com idades variando entre 23 a 57 anos, e o tempo de serviço na área de atuação variando entre 6 meses a 37 anos.

A escolha dos participantes foi pensada considerando a compreensão e vivências dos professores e gestores escolares, acerca da cultura escolar. Além disso, foi considerada a possibilidade de contribuição da equipe multiprofissional, como psicólogos e assistentes sociais do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) pelo fato das demandas relacionadas à queixa escolar não se limitarem ao ambiente escolar, mas envolverem toda a rede municipal no processo para buscar alternativas para lidar com essas demandas.

Quadro 10: Critérios de Inclusão de Participantes

CRITÉRIOS DE INCLUSÃO DE PARTICIPANTES	
Educação	<ul style="list-style-type: none">- Ser professor/a efetivo da rede municipal de Serrolândia no ensino fundamental I- Ter experiência de mais de seis meses com a docência no ensino fundamental I- Ter experiência como diretor, vice-diretor ou coordenador pedagógico por no mínimo seis meses no ensino fundamental I
Equipe multiprofissional	<ul style="list-style-type: none">- Atuar como psicólogo ou assistente social na rede municipal (educação, saúde, assistência social) de Serrolândia por no mínimo seis meses.

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Vale ressaltar a necessidade dos procedimentos éticos e rigor metodológico no decorrer de toda a pesquisa conforme Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS), nº 510 de 7 de abril de 2016, com a finalidade de resguardar os direitos dos colaboradores no

decorrer da mesma. Essa pesquisa foi aprovada pelo Comitê de ética da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), sob número do parecer: 3.937.134; CAEE 23380619.5.0000.0057. Dessa forma, foi apresentado para os participantes os objetivos da pesquisa e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o qual é utilizado em pesquisas que envolvem seres humanos, enfatizando a possibilidade de desistência durante o desenvolvimento do estudo. Dentre os benefícios previstos destaca-se: os resultados deste estudo serão divulgados em âmbito acadêmico e científico, através de publicação em meios científicos (revista, livro, entre outros) e/ou apresentação em evento, mantendo sempre sigilo e anonimato dos participantes; o estudo trará assim contribuições para os envolvidos direta ou indiretamente na pesquisa e para a comunidade na qual está inserido através de discussões relativas a queixa escolar visando a promoção de práticas inclusivas para lidar com essas demandas. Vale ressaltar que o TCLE encontra-se em Apêndice.

3 CATEGORIAS TEÓRICAS E DE ANÁLISE: QUEIXA ESCOLAR, INCLUSÃO EDUCACIONAL E INTERSETORIALIDADE

Neste capítulo será apresentada de forma contextualizada uma discussão sobre queixa escolar, inclusão educacional e intersetorialidade, considerando que os dados foram discutidos a partir dessas categorias teóricas.

3.2 Queixa escolar

A queixa escolar refere-se as demandas formuladas referentes a dificuldades apresentadas pelos alunos nesse contexto, as quais são sinalizadas pela equipe da escola ou pela família. Essas queixas geralmente referem-se a dificuldades de aprendizagem ou problemas de comportamento (DAZZANI et al., 2014).

Verifica-se que as queixas escolares apresentam-se como demandas frequentes na área da Psicologia, sobretudo relacionadas a problemas de comportamento e aprendizagem. Desse modo, Da Silva e Rodrigues (2014) apresentam discussões sobre as possibilidades de atuação do psicólogo diante das frequentes queixas escolares, em uma perspectiva que atenta para prevenção e promoção de saúde.

A queixa dos professores, em relação aos alunos, demonstra a compreensão dos docentes sobre a falta de motivação dos discentes, que é perceptível pela pouca participação nas aulas e atividades. Considerando que a atenção é um pré-requisito importante no processo de aprendizagem, o desempenho desses alunos que não conseguem manter o foco atencional pode ser prejudicado, o que pode influenciar, também, comportamentos de indisciplina nesse contexto (DA SILVA e RODRIGUES, 2014).

Na perspectiva de compreender as questões referentes a queixa escolar, verifica-se um processo de patologização, no qual muitas vezes a causa da queixa escolar é atribuída a criança, considerando que os problemas de comportamento ou dificuldades de aprendizagem estão atrelados a razões orgânicas ou intrapsíquicas. Além disso, é comum associar essas queixas as relações familiares, o que também envolve aspectos socioeconômicos. Desse modo, verifica-se que se mantém o discurso institucionalizado que relaciona o fracasso escolar com a atuação direta da família e as características psicológicas do aluno (DAZZANI et al., 2014).

Souza (2006) evidencia a necessidade de ampliar a compreensão da queixa escolar, pois frequentemente toda a responsabilidade é atribuída para o indivíduo e sua família, desconsiderando a interferência da escola nesse processo. Desse modo, a autora verifica o

peso das políticas educacionais na produção das queixas escolares e ressalta a impossibilidade de pensar a queixa escolar separada das questões sociais que a envolvem.

Considerando a diversidade que caracteriza o ambiente escolar, Santos (2015) atenta para as contradições sociais vivenciadas nas relações cotidianas, demonstrando que os alunos que não se enquadram são estigmatizados nesse contexto como problemáticos, a exemplo dos estudantes com TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade). Desse modo, o autor sinaliza que esse discurso pode interferir na construção da subjetividade desses alunos.

O discurso da escola fala da ordem, do padrão de normalidade, de homogeneização, de comportamento, de produção de sentidos e de subjetividades, pois é também no contexto da escola que subjetividades são constituídas. É através dessas subjetividades que os indivíduos se formam, se posicionam, se alienam, se entendem e agem no mundo. Neste sentido, a escola passa a ser um espaço de produção de subjetividades que, numa proposta de homogeneização, não tolera o diferente e a diferença, o considerando incapaz e indisciplinado (SANTOS, 2015. P. 10-11).

Ao abordar a temática da queixa escolar, Dazzani et al., (2014), sinalizam que este é um fenômeno complexo e apontam a relevância de considerar diversas dimensões para compreendê-lo. Desse modo, indicam a necessidade de atentar para o perfil dos alunos identificados com demandas de queixa escolar, embasados na compreensão que as queixas são produzidas numa rede de relações, que envolvem questões históricas e socioculturais na qual a criança, a escola e a família estão inseridos.

Na perspectiva de identificar os mecanismos de produção, encaminhamento e atendimento à queixa escolar, Zibetti, Souza e Queiroz (2010), verificaram que se mantém forte a crença de que a dificuldade de aprendizagem está relacionada a questões individuais da criança e da família, ou seja, as práticas escolares continuam inspiradas em modelos estigmatizantes que culpabilizam o aluno pelo seu insucesso.

As queixas escolares, principalmente relacionadas a problemas de aprendizagem e comportamentos, apresentam-se como causas frequentes de encaminhamentos de crianças e adolescentes para os psicólogos no Brasil. Neves e Marinho-Araujo (2006) discutem que o atendimento psicológico realizado com os alunos que apresentam queixas de problemas escolares não deve tratar a dificuldade como fenômeno individual, porém precisa considerar o contexto e a diversidade de variáveis envolvidas e inter-relacionadas na produção dessa dificuldade, as quais podem ser físicas, biológicas e sociais.

A medida que ocorre uma patologização da queixa escolar, na qual a causa do problema frequentemente encontra-se no aluno, também é identificada a necessidade de uma

intervenção dos serviços de saúde para lidar com essas demandas. Dessa forma, são realizados encaminhamentos desses alunos para diversos profissionais como psicólogos, fonoaudiólogos, psiquiatras, neurologistas para atender esses casos. Nessa perspectiva, pode ocorrer uma terceirização do cuidado, no qual o trabalho é destinado para os profissionais de saúde e a escola deixa de reformular suas práticas pedagógicas e questões referentes a instituição de ensino (DAZZANI et al., 2014).

Caldas (2005) ressalta a relevância de discutir o contexto em que a queixa escolar está inserida. Desse modo, propõe um olhar ampliado acerca da produção do fracasso escolar, o qual não deve simplesmente responsabilizar a criança e a família pelas dificuldades que apresenta no processo de aprendizagem. Segundo a autora, tanto a escola como vários psicólogos, comumente atribuem a causa do fracasso escolar a questões intelectuais ou emocionais referentes ao indivíduo, sem considerar o que a escola produz nos alunos que não tem êxito nesse ambiente. Nessa perspectiva, demonstra que é necessário atentar para a rede de agentes produtores da incapacidade.

Ao discutir sobre queixa escolar, Caldas (2005) atenta para o olhar patologizador dos profissionais das instituições de ensino. Desse modo, enfatiza que geralmente os alunos que não correspondem às expectativas dos professores em relação à aprendizagem tendem a ser impulsionados ao fracasso escolar. Além disso, muitos dos alunos que não atendem as exigências preestabelecidas nesse contexto, apresentam sentimentos de desvalor, pois se consideram menos capazes que os demais que estão de acordo com a norma. Consequentemente, diante de uma avaliação psicológica em decorrência da queixa escolar, muitos desses alunos acabam recebendo laudos que indicam por exemplo, desatenção, baixa atenção concentrada, dificuldade de memorização.

De acordo com Zibetti, Souza e Queiroz (2010), as escolas solicitam a intervenção do Conselho Tutelar ou realizam encaminhamentos para médicos e/ou psicólogos, por considerarem seus próprios recursos insuficientes para lidar com os alunos que não correspondem aos pré-requisitos solicitados para cada etapa do processo de escolarização. As autoras ressaltam que a medida que a escola encaminha determinados alunos para os profissionais da saúde ou Conselho Tutelar, a mesma isenta-se da responsabilidade sobre os mesmos, o que contribui para manutenção do fracasso escolar, e ainda reforça as práticas excludentes e estigmatizantes.

Percebe-se que a escola vivencia desafios relacionados ao processo de escolarização dos alunos, e com frequência a queixa escolar apresenta-se como responsabilidade do próprio estudante. Patto (1999) rompe com esse modelo de atribuição de culpa, ao falar sobre

fracasso escolar em uma perspectiva crítica, que abrange fatores estruturais e funcionais do sistema educacional, ou seja, atentando para aspectos sociais, políticos e institucionais. Vale ressaltar que esse movimento crítico acerca da concepção de Psicologia Escolar, destacou-se no país no final da década de 1970, ganhando mais visibilidade no início dos anos 1980.

Patto (1984) propõe uma análise crítica sobre a Psicologia Escolar no Brasil, sinalizando o caráter ideológico presente no contexto educacional e questionando o reducionismo de fenômenos educativos, no qual questões como o fracasso escolar, passam a ser considerados de forma individualizada, deixando de atentar para fatores sociais produzidos historicamente, que influenciam a produção e manutenção do mesmo. Ao analisar o contexto histórico, Lessa (2014) evidencia a influência da Medicina na avaliação psicológica, do mesmo modo que aponta a influência da Psicometria na área da Psicologia e Educação.

Segundo Patto (1984), a atuação inicial dos psicólogos no contexto escolar visava a mensuração e classificação de crianças, de acordo com as suas habilidades e capacidade de aprendizagem. Nesse sentido, é possível perceber que historicamente os indivíduos são responsabilizados pelo seu desempenho, o qual indicará o sucesso ou fracasso no ambiente educacional. Desse modo, questões sociais passam a ser consideradas a nível individual com naturalidade.

De acordo com Checchia (2015), a concepção da Psicologia Escolar, acerca do fracasso escolar, ao nível individual, também está presente na percepção dos profissionais de Saúde e Educação. Sendo assim, verificam-se interpretações reducionistas, na qual a origem da queixa é atribuída ao próprio aluno, por questões biológicas ou orgânicas. Nesse contexto é possível identificar o processo frequente de medicalização da educação.

De acordo com Souza (2009), na década de 1980 no Brasil emergiram uma série de críticas em relação à atuação do psicólogo na área da educação. De modo que essas discussões repercutiram nas décadas seguintes na Psicologia Escolar e Educacional, possibilitando avanços teórico-metodológicos voltados para o diálogo do psicólogo com a educação. Nesse sentido, atentando para as queixas escolares, demonstra a necessidade de compreendê-la enquanto fruto das relações escolares, atentando tanto para o processo de escolarização como da constituição dos indivíduos, o que pode ser efetivo à medida que o processo de diagnóstico e seus instrumentos de avaliação forem revistos.

A construção de uma *práxis* psicológica frente à queixa escolar deverá considerar como fundamentais: a) a demanda escolar/educacional com o ponto de partida de uma ação na escola/instituição educativa que precisa ser compartilhada; b) o

trabalho participativo com todos os setores do processo educativo; c) o fortalecimento do trabalho do professor/educador; d) a análise coletiva dos diferentes discursos presentes na escola/instituição educativa e nos processos escolares/educacionais em busca do enfrentamento dos desafios produzidos pela demanda escolar/educativa (SOUZA, 2009. P. 180).

Nesse sentido, ao considerar as relações entre psicologia e educação no Brasil, Antunes (2008) sinaliza que estas são mutuamente constituintes. Desse modo, ao dialogar sobre Psicologia Educacional e Psicologia Escolar, é importante destacar que ambas estão intrinsecamente relacionadas, porém a primeira destaca-se enquanto área de conhecimento e a segunda se apresenta como campo de atuação profissional.

É necessário, pois, que se considere que o processo educativo ocorre no âmbito do sujeito; assim, a dimensão psicológica não pode ser negada, mas incorporada na apreensão do fenômeno em sua totalidade, condição fundamental para a produção de conhecimento nesse campo, responsabilidade da psicologia educacional. Esta, por sua vez, deve fundamentar, naquilo que lhe cabe, a compreensão do fenômeno educativo e dar base para o estabelecimento de processos efetivos de intervenção, que poderiam constituir-se na matriz de atuação do psicólogo escolar (ANTUNES, 2008. P.473).

Considerando o fenômeno da medicalização da educação, Brambilla (2017) evidencia a construção social do mesmo, indicando a valorização da homogeneidade no ambiente escolar, influenciada por ideias higienistas. Luengo (2010) dialoga sobre as questões relativas à disciplinaridade preconizadas no movimento da higienização e que se mantêm na escola atualmente, através de métodos classificatórios, que buscam a homogeneização. À medida que os alunos que não se adequam aos critérios de normalidade tendem a ser estigmatizados e considerados como os alunos que se enquadram no fracasso escolar.

Terra-Candido (2015) busca compreender quais motivos influenciam a busca pelo diagnóstico dos alunos que apresentam dificuldades escolares, considerando a crescente demanda de avaliação psicológica. Desse modo, sinaliza a importância de entender tanto a motivação dos profissionais da educação na realização do encaminhamento como os critérios diagnósticos utilizados na realização dos laudos e conseqüentemente na prescrição de medicamentos. Nesse sentido evidencia a Abordagem Histórico Cultural para facilitar a compreensão da Psicologia da Educação com uma visão crítica que questiona o modelo reducionista focado no biológico, mas considera a relação dialética do indivíduo com o ambiente.

De acordo com Terra-Cândido (2015) é necessário atentar que a medida que são realizados encaminhamentos de queixas escolares para os profissionais da área da saúde, reduzem as discussões político-pedagógicas, enquanto as mesmas passam a ser avaliadas

sobretudo na perspectiva médica. Os diagnósticos são elaborados através de critérios apresentados em manuais diagnósticos como a Classificação Internacional de Doenças (CID) e o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), de acordo com os sintomas apresentados pelos pacientes. Considerando a questão dos diagnósticos, a autora enfatiza que os mesmos contribuem para realização de práticas classificatórias que legitimam a anormalidade da criança que apresenta alguma dificuldade escolar em comparação com as demais.

Ao considerar o processo de medicalização no qual questões sociais e políticas são transformadas em questões médicas, através de uma abordagem biológica e organicista, Collares e Moysés (1994) discutem sobre a expansão da medicalização na Educação e sobre o fenômeno da patologização, o qual é mais abrangente por envolver a concepção de diversos profissionais da saúde. Através da patologização, o fracasso escolar tende a ser justificado pela existência de distúrbios de aprendizagem. As autoras indicam o desejo e a aceitação do diagnóstico, por parte dos professores e instituição escolar, por mudar o foco da atenção do coletivo para o indivíduo, ou seja, deixa-se de pensar mudanças pedagógicas para rotular e justificar o não aprender da criança que apresenta alguma patologia.

O fracasso escolar no Brasil é um tema que precisa ser discutido, considerando que o mesmo apresenta-se como um grave problema social. Desse modo, é relevante analisar o processo de ensino-aprendizagem enquanto processo relacional, ou seja, influenciado tanto pelo professor quanto pelo aluno. Nessa perspectiva, Neves e Marinho-Araujo (2006) apontam que a Psicologia Escolar pode contribuir no atendimento psicopedagógico dos alunos, possibilitando um espaço de escuta e interlocução com os professores, ou seja, considerando o professor como co-participante do trabalho junto ao aluno, o que pode possibilitar um espaço de interlocução que favoreça a reflexão crítica sobre a sua prática profissional, contribuindo para ampliação de competências para lidar no processo educacional de seus alunos.

Percebe-se que frequentemente o aluno é culpabilizado pelo não-aprender, sem questionar outros fatores que podem contribuir para as dificuldades apresentadas pelos mesmos no contexto escolar. Sendo os alunos encaminhados para o setor de saúde, tende a aumentar a quantidade de diagnósticos e tratamentos medicamentosos. Vale ressaltar a relevância de um diagnóstico realizado de forma criteriosa, com a finalidade de auxiliar a intervenção precoce, de acordo com a demanda. Porém, é imprescindível identificar a valorização do modelo biomédico centrado na doença, assim como o processo de medicalização e patologização de forma acentuada no ambiente escolar, analisando de forma

crítica e contextualizada sobre os prejuízos que um diagnóstico realizado de forma indevida pode causar no estudante, o qual tende a ser rotulado e estigmatizado em detrimento disso. Considerando os prejuízos emocionais que podem ser provocados na autoestima desse estudante, verifica-se a relevância de compreender e problematizar ainda mais esses assuntos que emergem de forma significativa no ambiente escolar, identificando a relevância da equipe intersetorial nesse processo para trabalhar a queixa escolar de forma eficaz e facilitar o processo de inclusão educacional, de acordo com a heterogeneidade da instituição escolar.

3.2 Inclusão educacional

A sociedade é organizada de forma que os indivíduos considerados desviantes geralmente são afastados de ambientes de socialização. Nesse contexto, muitas vezes a responsabilidade do cuidado contínuo é atribuído às respectivas famílias. Desse modo, percebe-se a necessidade de problematizar os mecanismos para manutenção da exclusão social e escolar dos historicamente excluídos, como as pessoas com deficiência, e compreender o processo de inclusão educacional em relação a queixa escolar, atentando para concepções da diferença e seu impacto nas práticas pedagógicas.

De acordo com Pimentel e Nascimento (2011), historicamente as instituições de ensino apresentam modelos de aprendizagem nos quais os alunos precisam se moldar/formatar. Nesse sentido, os alunos que não estão de acordo com o modelo instituído, tendem a ser rotulados e estigmatizados.

Pimentel e Nascimento (2011) chamam a atenção para os rótulos e estigmas atribuídos à pessoa com deficiência, o que é perceptível por crenças culturalmente cristalizadas, que se manifestam no discurso escolar, influenciando na construção da identidade dos alunos.

Dentre os desafios para inclusão das pessoas com deficiência, Pimentel e Nascimento (2011) percebem a dificuldade de a sociedade lidar com as diferenças, ou seja, existem “modelos idealizados” como “normais”, os quais correspondem a pessoas sem limitações sensoriais, físicas e mentais. Dessa forma, os indivíduos que estão fora desse padrão valorizado, geralmente sofrem discriminação e preconceito, atrelados aos estereótipos sociais. Além disso, evidenciam que a crença institucionalizada da inferioridade e incapacidade da pessoa com deficiência, contribui para que a exclusão das mesmas seja vista como algo ‘natural’.

Ao atentar para o ambiente escolar enquanto espaço de produção de subjetividades, Pimentel (2008) destaca a identidade da ‘pessoa com deficiência nesse contexto’, considerando que o discurso escolar valoriza a normalização, a qual envolve o processo de adaptação as normas institucionais, através da hegemonização discursiva e comportamental. Nesse sentido, o sistema educacional apresenta práticas seletivas, as quais legitimam a exclusão das identidades não hegemônicas. Dessa forma, sinaliza a necessidade de ampliar essa discussão e romper com ideias de uniformidade, de modo que a escola possibilite espaço para conviver com a diferença.

De acordo com Mattos e Benevides (2009), percebe-se a necessidade de problematizar as diferenças, em uma perspectiva que considere a discriminação vivenciada pelas pessoas com deficiência no decorrer da história, ou seja, atentando para o contexto que apresenta padrões de normalidade para que as pessoas se adequem. Nesse sentido, destacam a concepção social da deficiência, evidenciando o movimento da inclusão social, em que a responsabilidade de incluir é da sociedade, para que essas pessoas excluídas no decorrer dos anos tenham a possibilidade de acesso à educação, trabalho e lazer.

É interessante considerar a discussão de Amaral (1998) sobre a anormalidade enquanto manifestação da diversidade da natureza e condição humana, ou seja, essa perspectiva considera deficiência para além de uma patologia individual ou social. De acordo com Amaral (1998), as barreiras atitudinais que fundam os comportamentos preconceituosos se manifestam através de predisposições psíquicas que estão atreladas a conteúdos que envolvem percepção e emoção, concretizando o preconceito através do estereótipo e do estigma e impactando as práticas pedagógicas nos ambientes escolares e o próprio processo de inclusão educacional.

Santos e Bartalotti (2002), atentando para essa questão, embora reconheçam os desafios nesse contexto em que a padronização é valorizada, identificam que culpas são atribuídas aos que se apresentam diferentes do modelo socialmente valorizado. Então, sinalizam a necessidade de entender as implicações psicossociais dessa diferença, além de contribuir através de uma reflexão e prática que contemple os diferentes.

Moysés e Collares (2013) chamam a atenção para o conceito de normalidade caracterizado pela distinção entre normal e patológico, realizada de forma padronizada e classificatória. Verifica-se nos espaços escolares a busca e a valorização de avaliações e diagnósticos médico-psicológicos, porém é necessário destacar que as dificuldades relativas ao processo de escolarização dos “alunos problema” devem ser consideradas de maneira contextualizada (FREITAS e JUNIOR, 2014).

Ribeiro (2014) apresenta uma reflexão interessante sobre o processo de medicalização da educação, através da educação e psicologia escolar crítica, considerando que a lógica medicalizante ocorre quando questões sociais são tratadas como médicas ou biológicas, ou seja, a queixa escolar e os encaminhamentos dos estudantes são produzidos indicando a necessidade de profissionais da área da saúde para lidar com as mesmas. Nessa perspectiva emergem diagnósticos que normatizam e institucionalizam os sujeitos, a exemplo dos transtornos comportamentais e de aprendizagem tão frequentes no ambiente escolar.

De acordo com Collares e Moysés (1994), existe uma associação entre o termo medicalização com a biologização da Educação, o qual inicialmente estava relacionado a prática médica para lidar com demandas escolares. Porém, considerando que outros profissionais passaram a trabalhar na mesma perspectiva biologizante, deixando de ser uma prática utilizada apenas por médicos, o conceito ampliou, podendo ser utilizado o termo patologização.

O termo *medicalização* refere-se ao processo de transformar questões não-médicas, eminentemente de origem social e política, em questões médicas, isto é, tentar encontrar no campo médico as causas e soluções para problemas dessa natureza. A medicalização ocorre segundo uma concepção de ciência médica que discute o processo saúde-doença como centrado no indivíduo, privilegiando a abordagem biológica, organicista. Daí as questões medicalizadas serem apresentadas como problemas individuais, perdendo sua determinação coletiva. Omite-se que o processo saúde-doença é determinado pela inserção social do indivíduo, sendo, ao mesmo tempo, a expressão do individual e do coletivo (COLLARES e MOYSÉS, 1994, p. 25).

Percebe-se que existe a ideia de que tanto a aprendizagem como a não aprendizagem são consideradas como algo misterioso, ou seja, que o professor não tem acesso pelo fato de ser algo subjetivo para cada aluno (COLLARES E MOYSÉS, 1994).

De acordo com Ribeiro (2014) o número de diagnósticos relacionados a dificuldades de escolarização tem aumentado, sendo considerados como desviantes os alunos que não correspondem ao padrão de normalidade. Desse modo, a autora problematiza essa lógica que culpabiliza o estudante, ressaltando o papel da escola enquanto instituição responsável por acolher a diversidade e proporcionar estratégias que possibilitem o processo de ensino e aprendizagem de forma satisfatória.

Considerando os pontos e contrapontos das políticas de inclusão de alunos com a deficiência e avaliação do desempenho, Duboc (2012) evidencia que o sistema educacional não contempla todos os alunos da mesma forma. Na escola é possível identificar práticas que estimulam a comparação e competitividade, sem considerar as peculiaridades dos estudantes. Percebe-se que o aluno é responsabilizado pelo seu desempenho nas avaliações, de modo que quando o mesmo apresenta um desempenho satisfatório é valorizado nesse contexto,

enquanto os que não se adequam ao modelo avaliativo são rotulados negativamente, o que contribui para exclusão dos mesmos.

Ao abordar a tensão entre igualdade e diferença em relação aos direitos humanos, Candau (2012) ressalta a necessidade de promover processos educativos que considerem as especificidades dos sujeitos, fortalecendo processos democráticos que os contemplem. A partir da Constituição de 1988, nomeada Constituição Cidadã, o Estado tem atentado para políticas públicas voltadas para os direitos humanos, porém na prática alguns direitos são violados. Visando resultados mais eficazes em relação a essa temática, a autora aponta que além de elaborar o arcabouço jurídico referente aos direitos humanos, é necessário internalizá-los no imaginário social de forma sistemática e consistente para que de fato seja possível visualizar a sua efetividade na sociedade.

Ao analisar a dialética entre igualdade e diferença, indicando a necessidade de superar as desigualdades, mas também de valorizar a diversidade, fica perceptível que existem interrelações referentes ao direito à educação e à educação em direitos humanos (CANDAU, 2012). Considerando a educação enquanto direito humano e social, percebe-se a relevância de compreender o direito à educação sem reduzi-lo apenas a escolarização, mas analisá-lo de forma mais abrangente.

Nesse sentido, Candau (2012) ressalta que no Brasil houve tanto a expansão da escolarização como a construção de uma educação comum a todos, voltada para igualdade. Desse modo, identifica-se que com essa expansão houve também a presença de diversos grupos sociais e culturais no ambiente escolar, evidenciando a heterogeneidade nesse contexto. Porém, com essa percepção de igualdade, buscou-se garantir uma escola igual para todos, ou seja, com currículos padronizados, indicando a homogeneização e uniformização do sistema.

Santos (2015) chama atenção para o discurso da homogeneização, predominante no ambiente escolar, evidenciando que a escola não está preparada para lidar com as diferenças, o que pode ser percebido tanto em aspectos físicos como simbólicos, relacionados a organização arquitetônica e práticas pedagógicas. Nesse sentido, percebe-se que a educação é para todos, porém a permanência dos “diferentes” não é garantida nesse espaço, ou seja, além de reproduzir o discurso da tolerância ao diferente, é necessária uma educação que respeite as diferenças.

De acordo com Mendes (2006), a história da educação especial no Brasil inicia no século XVI com a participação de médicos e pedagogos que acreditavam no potencial de aprendizagem dos indivíduos vistos como ineducáveis, ou seja, rompendo com a crença

predominante na época, na qual era evidente a segregação social em asilos e manicômios dos considerados desviantes ou “anormais”, com o argumento de oferecer maior cuidado para os mesmos e proteger a sociedade.

Posteriormente, no século XIX, surgem as classes especiais nas escolas regulares para contemplar esses alunos encaminhados por apresentar alguma dificuldade, ou seja, funcionava como um sistema paralelo. Na década de 1960, influenciados pelos movimentos sociais que lutavam contra a segregação, destaca-se a proposta da unificação. Ao contextualizar esse período, Mendes (2006) destaca que historicamente, o acesso ao sistema educacional de pessoas com deficiência ocorre de forma desigual ao restante da população, pois as oportunidades educacionais são distintas.

No Brasil, o sistema educacional até 1988 era dividido entre educação regular e educação especial, a primeira referente aos alunos regulares e a segunda aos alunos com deficiência. A inserção dos alunos com deficiência nas escolas regulares aconteceu a partir do final do século XX, embasado na Constituição de 1988, com a universalização da educação (MATTOS, 2017).

Mattos (2017) destaca que formalmente deixou de existir a distinção entre educação regular e especial em 1996, com a publicação da LDB N° 9394 (Lei n.º 9.394, 1996), em que deve existir uma modalidade de educação para todos, o que dialoga com a Declaração de Salamanca em 1994.

Vale destacar que Mattos (2017) contextualiza e pontua os movimentos que marcaram esse período, ou seja, inicialmente ocorreu a proposta de integração educacional em que os alunos com deficiência foram inseridos na escola regular, o qual estava atrelado a ideia de normalização, em que os alunos precisariam se adaptar ao ambiente escolar. Posteriormente surgiu o movimento de inclusão educacional, o qual propunha mudanças estruturais na escola e na sociedade para contemplar as diferenças de todos os alunos.

Fagliari (2012) dialoga sobre o desafio da educação inclusiva no país, considerando o processo de democratização do ensino e a diversidade do público alvo, ressaltando a educação especial nesse contexto. As políticas educacionais brasileiras estão embasadas na Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva (PNEE-EI/08), as quais ganharam bastante visibilidade a partir da década de 1990. Destaca-se que esse documento preconiza o acesso nas escolas regulares de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Embora a educação inclusiva proponha uma educação de qualidade para todos, percebe-se uma precariedade do acesso e atendimento para os alunos da educação especial. O que pode ser evidenciado a seguir:

Entretanto, seria ingênuo pensar que um instrumento legal por si só teria a capacidade de provocar alterações significativas no cenário educativo sem que antes os princípios inclusivos balizados por esse instrumento encontrem aplicação em escolas e sistemas de ensino e promovam novas reflexões para que as mudanças anunciadas, de fato, sejam concretizadas. Igualmente ingênuo seria acreditar que uma vez que uma política seja publicada que ela irá se materializar tal como foi idealizada, desconsiderando, contudo, a existência de fatores políticos, econômicos e sociais que podem gerar interferências em seu processo de implementação (ALVES e AGUILAR, 2018, p. 374).

Ao analisar a Política Nacional de Educação Especial na implantação do Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas escolas, são consideradas as dificuldades no processo de ensino-aprendizagem apresentada por alguns alunos, e assim elaboradas alternativas para lidar com as mesmas. Nessa perspectiva, o AEE propõe a autonomia e independência dos alunos, visando a qualidade de acesso e a permanência do aluno com necessidades especiais no ensino regular. Desse modo, Mendes, Silva e Pletsh (2011) ressaltam a necessidade de atentar para questões curriculares para efetivar a escola inclusiva, demonstrando que identificam a rigidez na estrutura do currículo escolar, o que favorece para legitimar a exclusão educacional, pois não atende as especificidades dos alunos.

Fruto da reconfiguração da escola à luz do paradigma inclusivo que se consolida no Brasil a partir dos anos 2000, verifica-se o aumento de alunos considerados público alvo da Educação Especial nas classes comuns, devido à implementação das políticas públicas em inclusão escolar. Tal fenômeno tem resultado na evidência de limitações e contradições do sistema educacional brasileiro. Visando assegurar os direitos educacionais das pessoas com deficiência, Matos e Mendes (2014) refletem sobre a proposta de inclusão escolar, verificando que a realidade atual do país se caracteriza por um dualismo, em que existe um assistencialismo filantrópico de instâncias do poder público, e também existe uma fragilidade na estrutura educacional.

Verifica-se que desde a última década do século XX, as discussões sobre inclusão das pessoas com deficiência têm avançado, se destacando por uma concepção que evidencia o respeito às diferenças. A legislação brasileira através da Constituição de 1988 indica o direito à educação de pessoas com deficiência na escola regular; a Lei nº 7 853/1989 aponta como crime a recusa, para realização da matrícula de uma pessoa por conta de sua deficiência; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9 394/1996 estabelece a oferta da educação especial, de preferência na rede regular de ensino; e a Lei Federal 8 213/1991, que em seu artigo 93, incisos I, II, III e IV sinaliza que as empresas que possuem mais de 100

funcionários, devem disponibilizar vagas para pessoas com deficiência (PIMENTEL e NASCIMENTO, 2011, p.12).

É importante destacar a formação de professores para a inclusão de pessoas com deficiência preconizada desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/96. Apesar disso, Pimentel (2012) sinaliza que os professores da escola básica se consideram despreparados para lidar com essas demandas no contexto escolar. Desse modo, acabam mantendo um currículo rígido e práticas avaliativas homogêneas, o que dificulta o processo de inclusão. A autora ressalta a necessidade de professores preparados para lidar com a diversidade, para que o processo de inclusão seja efetivo, os quais estejam atentos para as potencialidades dos seus alunos, mesmo com as diferenças, pois caso contrário haverá o fenômeno da pseudoinclusão, ou seja, o aluno estará matriculado na escola regular, mas não será contemplado em relação as atividades propostas nesse ambiente.

Pimentel (2013), portanto, propõe uma importante discussão sobre adaptações curriculares, para garantir de fato a inclusão na escola regular, verificando a necessidade de um currículo tanto adaptado quanto funcional. Além disso, demonstra que o processo de adaptação deve acontecer de forma colaborativa para atingir resultados mais satisfatórios; para isso, requer o envolvimento do professor, coordenador, pais/responsáveis, o próprio estudante, o professor da sala de recursos e demais profissionais que o acompanhem, mesmo fora do ambiente escolar.

Em relação as reflexões apresentadas sobre a inclusão educacional, verifica-se que existe uma forte influência social sobre a concepção da deficiência, nesse sentido, a partir do momento que a deficiência não for compreendida pelo viés das crenças estigmatizadores, relacionadas a inferioridade, as barreiras serão derrubadas. Nesse sentido, é necessário que a escola reconheça as diferenças para reduzir as desigualdades, ou seja, compreendendo que o processo de inclusão vai além da garantia de acesso a matrícula, mas envolve a atenção e respeito as singularidades dos alunos no processo de aprendizagem ((PIMENTEL e NASCIMENTO, 2011).

Floriani e Fernandes (2015) também discutem a flexibilização e adaptação curricular no contexto educacional inclusivo, ressaltando a necessidade da teoria e prática caminharem na mesma direção. Desse modo, indicam a perspectiva da inclusão educacional que atente para diversidade. Então, para contemplar as especificidades dos alunos inseridos na sala de aula, torna-se necessário fazer adaptações curriculares, rompendo com o modelo que trata os grupos que não se adequam aos padrões escolares como invisíveis.

Ao analisar os desafios vivenciados no contexto escolar em relação à educação de pessoas com deficiência, Matos e Mendes (2014) indicam a formação continuada de professores, a convivência com a diversidade e a relação família-escola como fatores primordiais para assegurar a acessibilidade para esses alunos. Nessa proposta inclusiva, demonstram a relevância da contribuição de outras áreas do conhecimento para dar conta desse processo, então indicam a possibilidade de a psicologia contribuir para compreensão do processo educativo, ressaltando a área de atuação da psicologia escolar para lidar com as demandas desse contexto referentes ao convívio e à aprendizagem na diversidade.

Verifica-se que o processo de inclusão educacional apresenta-se como um desafio, o que fica perceptível através das contribuições dos autores acima, ao dialogar sobre a produção das queixas escolares referentes aos considerados “alunos problemas”, ou seja, os que não se encontram dentro dos critérios de normalidade valorizados socialmente, de modo que os mesmos tendem a ser encaminhados para avaliação médica e psicológica em busca de um diagnóstico, priorizando a concepção medicalizante. Vale ressaltar que a discussão crítica acerca dessa temática vem crescendo, o que fica evidente através dos questionamentos acerca do processo de medicalização e homogeneização, desconstruindo o discurso dominante, porém ainda necessita ser consolidada na realidade escolar, pois é necessário reconhecer a diversidade enquanto condição humana, e favorecer concepções que reconheçam e respeitem as diferenças no ambiente escolar com práticas pedagógicas que acolham e estimulem o desenvolvimento das potencialidades dos sujeitos.

É imprescindível analisar criticamente o Decreto 10.502 editado em 30 de setembro de 2020, o qual viola o direito da pessoa com deficiência, evidenciando o retrocesso, retomando a proposta de segregação, a qual vai de encontro aos pressupostos da educação inclusiva. De acordo com esse decreto, as pessoas com deficiência devem ficar em ambientes especializados, o que contribui para reforçar estigmas, segregação e exclusão das pessoas com deficiência. Enquanto a educação inclusiva preconiza a articulação integral para o acesso as diversas políticas públicas e direitos sociais, esse decreto se caracteriza pelo desmonte das políticas sociais mediante negação dos investimentos necessários à sua implementação, negando os direitos e as conquistas democráticas dos brasileiros.

3.3 Intersetorialidade

De acordo com a Constituição Federativa do Brasil de 1988, também conhecida como “Constituição Cidadã”, a saúde é considerada um direito de todos e dever do Estado

(BRASIL, 2000). O Sistema Único de Saúde (SUS) foi regulamentado através da Lei 8.080 e propõe que as ações e serviços de saúde devem ser disponibilizados de maneira descentralizada e hierarquizada, ou seja, a nível Federal, Estadual e Municipal. Para compreender questões referentes ao funcionamento do SUS vale ressaltar a tríade que o caracteriza: universalidade, integralidade e equidade, com a perspectiva de garantia de saúde para todos, de forma integral e reduzindo as desigualdades (LOPES, 2013).

Ao falar sobre o SUS, Brambilla (2017) destaca que as ações e serviços são organizados de forma estratégica para contemplar a população. Ressalta-se que no decorrer da história, predominou no país o modelo biomédico focado na doença, o qual avalia o indivíduo de forma fragmentada. Diante desse cenário, a partir de 1994, surgiu a implantação do Programa Saúde da Família (PSF), com o objetivo de universalizar a assistência com uma percepção ampliada de saúde. Posteriormente em 2006, o PSF se transforma em Estratégia de Saúde da Família (ESF), visando a efetividade dos princípios do SUS, através de um serviço baseado na Intersetorialidade, enfatizando a relevância da prevenção, promoção e proteção da saúde.

Oliveira (2020) propõe reflexões sobre a construção de uma saúde mental inclusiva que dialoga com os direitos humanos e princípios do SUS. Então, destaca a complexidade da atenção psicossocial, contextualizando a saúde mental a partir da reforma psiquiátrica no Brasil. Dessa forma, evidencia que o movimento histórico influencia os conceitos e intervenções de saúde/doença mental.

A reforma psiquiátrica, na década de 1970 apresenta novas práticas de cuidado, rompendo com o modelo manicomial, focado na medicalização e na doença, e se destaca pela proposta tanto da desinstitucionalização como da inclusão social do “louco”. Nessa perspectiva, propõe mudanças teórico-conceituais, técnico assistenciais, no campo político jurídico e sociocultural. Evidenciando desse modo, as transformações que ocorreram relacionadas a compreensão da saúde-adoecimento-cuidado (OLIVEIRA, 2020).

Essa pesquisa considera a abrangência e significância do SUS para os cidadãos, enquanto sistema de saúde complexo que visa a inclusão social. Desse modo, esse capítulo propõe o aprofundamento sobre a Intersetorialidade, que é um dos seus princípios doutrinários:

Intersetorialidade é processo de construção compartilhada, em que os diversos setores envolvidos são tocados por saberes, linguagens e modos de fazer que não lhe são usuais, pois pertencem ou se localizam no núcleo da atividade de seus parceiros. A intersetorialidade implica a existência de algum grau de abertura em cada setor envolvido para dialogar, estabelecendo vínculos de co-responsabilidade

e co-gestão para melhoria da qualidade de vida da população (CAMPOS, BARROS, CASTRO, 2004. P. 747).

Nessa perspectiva, percebe-se que a intersetorialidade encontra-se no princípio da integralidade, pois considera a relevância da atuação de diversos profissionais através da articulação e planejamentos estratégicos para colaborar com atendimento integral à saúde. Essa troca de saberes entre profissionais da área da saúde e educação contribui para compreensão sócio histórica dos processos de adoecimento, além de possibilitar uma corresponsabilidade dos profissionais em relação as demandas apresentadas pelos alunos (CAMILO, 2014).

Correia (2016) discute sobre a política intersetorial Educação-Saúde atentando para as demandas escolares que aparecem frequentemente nos serviços públicos. Desse modo, o autor ressalta a relevância da corresponsabilidade social entre esses setores, visando a qualidade do atendimento referente a queixa escolar. Entretanto, sinaliza que percebe na prática profissional a predominância do modelo médico-assistencial privatista que favorece o processo de medicalização em detrimento do modelo assistencial de saúde pública para lidar com essas questões.

De acordo com Brambilla (2017) essa valorização do saber médico é construída historicamente. Desde o movimento do higienismo sanitário, no XIX, percebe-se a influência de ideias binárias como saúde-doença, normal-anormal, de modo que tais distinções se propagam no ideário social contribuindo para exclusão dos que são considerados desviantes. Nesse sentido, Luengo (2010) evidencia que a lógica da homogeneidade se mantém, e se apresenta inclusive nos espaços escolares, no qual indivíduos são estigmatizados quando diferem do padrão e são classificados com alguma patologia, as quais indicam a necessidade da utilização de psicofármacos, contribuindo para manutenção do processo de medicalização da aprendizagem.

Contextualizando historicamente a relação entre saúde e educação, verifica-se que desde o início do século XX no Brasil buscava-se na área da saúde soluções para problemas existentes no âmbito educacional o que pode ser evidenciado com a presença dos médicos higienistas nas escolas com a finalidade de solucionar problemas referentes a educação escolar com estratégias individualizantes. Nessa perspectiva, volta-se para o aluno, dando continuidade ao modelo de atendimento clínico, o qual está focado na investigação de sintomas e queixas, buscando o diagnóstico embasado em instrumentos como a Classificação Internacional de Doenças (CID) ou o Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais (DSM-IV) (SAPIA, 2013).

Mas entendemos que a medicalização dos problemas escolares atende também a outro propósito: ocultar as falhas do nosso sistema escolar, bem como a inexistência de políticas públicas efetivas que deem conta de atender a diversidade de demandas existentes no cotidiano escolar (SAPIA, 2013, p. 41).

O conceito de medicalização tem sido abordado de maneira crítica, pelo fato de restringir-se apenas a questões biológicas do indivíduo, desconsiderando uma série de aspectos que o envolvem. Desse modo, Luengo (2010) faz uma associação entre a influência do movimento higienista nas práticas da saúde e educação com o processo de medicalização da infância. Pato (1999) também chama atenção para existência da higiene mental escolar, pois na busca da normalidade, busca-se corrigir os desajustamentos infantis. Nessa concepção, Camilo (2014), destaca que a medida que os problemas de aprendizagem são analisados sob a ótica apenas biológica, outros fatores como a escola, a família e o contexto vivenciados pelo aluno, podem ser desconsiderados. Ressalta-se que a autora considera a existência de deficiências que comprometem questões cognitivas, porém torna-se necessário analisar se as crianças encaminhadas para os profissionais de saúde realmente apresentam algum comprometimento orgânico ou apenas não se adequam ao padrão de uniformidade.

Nessa perspectiva, destaca-se o Programa Saúde na Escola (PSE), enquanto uma política intersetorial, o qual foi criado através do decreto presidencial n. 6.286/2007, instituído pelo Ministério da Saúde e pelo Ministério da Educação. O PSE visa contemplar os educandos da rede pública municipal e estadual. Desse modo, equipes da Atenção Básica de Saúde, juntamente com profissionais da educação atuam no planejamento, execução e monitoramento de ações de prevenção, promoção e avaliação da saúde integral dos alunos. As ações do PSE são integradas no contexto escolar de acordo com o planejamento do Projeto Político Pedagógico (PPP) elaborado pelos profissionais (BRASIL, 2009).

Com a finalidade de promover saúde na escola, o PSE apresenta-se enquanto estratégia para articulação permanente das políticas e ações da educação em saúde. No ambiente escolar são utilizadas práticas didáticas pedagógicas relacionadas a promoção da saúde, o que pode ser visualizado na organização dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o ensino fundamental, em que a saúde é considerada um tema transversal. Verifica-se a necessidade de questionar as práticas higienistas e assistencialistas na saúde escolar, e ampliar a compreensão para o ser humano de forma integral e interdisciplinar (GRACIANO et al., 2015).

O PSE destaca-se pela Intersetorialidade, participação da comunidade e desenvolvimento de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde. Considerando que os

comportamentos, relativos à saúde, são influenciados pelo contexto social e cultural vivenciado pelos indivíduos, percebe-se o potencial da escola para facilitar a transformação social através de práticas pedagógicas utilizadas no processo de ensino e aprendizagem (GRACIANO et al., 2015).

De acordo com o exposto, verifica-se a relevância de tensionar a proposta da Intersetorialidade, compreendendo o indivíduo de forma ampla e contextualizada. Desse modo, fica evidente o quanto a articulação entre a rede de profissionais pode contribuir para oferecer um atendimento qualificado para os indivíduos e instituições. Ressalta-se que ao lidar com as frequentes queixas escolares, é necessário compreender os processos sociais de produção e manutenção da mesma, para romper com o discurso patologizante que culpabiliza o aluno, por analisar a queixa de forma individualizada, realizando encaminhamentos para os profissionais de saúde, por considerar a queixa de ordem biológica e valorizar o saber médico.

Desse modo, é interessante refletir que às vezes a instituição escolar deixa de pensar estratégias pedagógicas que contemplem as especificidades da turma, por visualizar o indivíduo de forma fragmentada e atribuir a responsabilidade do mesmo para terceiros. Nessa perspectiva, pretende-se chamar a atenção para a significância de cada profissional, de acordo com a sua área de conhecimento, além de legitimar e respeitar as singularidades, reconhecendo o potencial da diversidade no contexto escolar.

4 SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS EM CAMPO

Esse capítulo apresenta a sistematização e análise dos dados em campo, de acordo com a aplicação do dispositivo entrevista semiestruturada, com os colaboradores que atuam na educação, saúde e assistência social do município de Serrolândia-BA.

Desse modo, será relatada a fase de análise dos dados fundamentada na Análise de Conteúdo, de acordo com Bardin (2016). Também abordaremos as possibilidades de entrevista conforme o nível de diretividade, especificando que utilizamos a entrevista semiestruturada e detalharemos o processo de pré-análise; exploração do material e tratamento dos resultados obtidos em campo.

A análise dos dados foi fundamentada na Análise de Conteúdo, de acordo com Bardin (2016), a qual a descreve enquanto conjunto de técnicas de análise das comunicações. Dentre os objetivos desta análise, vale destacar a superação da incerteza e o enriquecimento da leitura, os quais estão relacionados ao rigor e a descoberta.

Segundo Bardin (2016), além das técnicas de análise de comunicação, a análise de conteúdo possibilita procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição dos conteúdos das mensagens. Nesse sentido, evidencia a inferência de conhecimentos relacionados as condições de produção, ou de recepção, a qual recorre a indicadores que podem ser quantitativos.

A análise de conteúdo pode ser uma análise dos “significados” (exemplo: a análise temática), embora possa ser também uma análise dos “significantes” (análise lexical, análise dos procedimentos (BARDIN, 2016, p. 41). Além disso, se destaca pela articulação entre a superfície dos textos descrita e analisada e pelos fatores que determinam essas características, deduzidos logicamente (BARDIN, 2016, p. 47).

Ao falar sobre entrevista enquanto método de investigação, Bardin (2016) destaca que existem diversas possibilidades para fazer entrevista, de acordo com o nível de diretividade, ou seja, existem entrevistas não diretas e semidiretas. Desse modo, ressalta que independentemente do tipo de entrevista, deve-se realizar a transcrição das mesmas, atentando para a subjetividade das falas dos entrevistados, a qual revela a complexidade e multidimensionalidade do material verbal.

De acordo com Bardin (2016) algumas categoriais podem ser utilizadas no processo de análise das entrevistas, sendo estas: a) Análise temática; b) Características associadas ao tema central; c) Análise sequencial; d) Análise das oposições; e) Análise da enunciação; f) O esqueleto da entrevista (estrutural e semântico).

Em relação a organização da análise de conteúdo, Bardin (2016) a caracteriza em três momentos: pré-análise; exploração do material; tratamento dos resultados. O primeiro envolve a leitura flutuante, escolha dos documentos, formulação das hipóteses e dos objetivos, referenciação dos índices e elaboração dos indicadores, além da preparação do material. O segundo momento abrange a exploração do material, enquanto o terceiro se refere ao tratamento dos resultados significativos, possibilitando inferências e interpretações dos mesmos.

O processo de análise das entrevistas aconteceu inicialmente pela leitura e escuta atenta das mesmas, considerando que estas foram realizadas na modalidade *online*, de acordo com a preferência dos colaboradores. Deste modo, algumas aconteceram via chamada de vídeo pelo *WhatsApp*, outras foram digitadas e enviadas por *e-mail* ou *WhatsApp* e algumas escritas e entregues pessoalmente. Esse momento foi caracterizado pela valorização das mídias sociais que possibilitaram a aproximação com os participantes no período da pandemia, e por muita atenção e cautela com os dados apresentados pelos mesmos.

Desse modo, após as entrevistas foi possível visualizar o perfil dos colaboradores da pesquisa, o qual abrange profissionais da rede de educação, saúde e assistência social do município de Serrolândia-BA. Verifica-se que a entrevista foi realizada com 15 pessoas, 14 do sexo feminino e 1 do sexo masculino, com idades entre 23 a 57 anos, cujo nível de escolaridade variava entre 10 com ensino superior e 5 com pós-graduação, além do tempo de serviço na área em atuação variando entre 6 meses a 37 anos, conforme quadro a seguir. Considerando os procedimentos éticos e rigor metodológico, não foi especificado o número de participantes por área de atuação, para resguardar os direitos dos colaboradores.

Quadro 11: Caracterização do Perfil dos Colaboradores

Entrevistados	15 pessoas
Idade	Entre 23 a 57 anos
Sexo	Feminino: 14 Masculino:1
Nível de Escolaridade	Nível superior: 10 Pós graduação: 5
Tempo de serviço na área	Entre 6 meses a 37 anos

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2020.

O processo de análise das entrevistas revelou a riqueza desse material. Desse modo, à medida que foi realizada a leitura das mesmas foi possível visualizar categorias emergentes.

As temáticas que se apresentavam na fala dos colaboradores foram sistematizadas utilizando o critério semântico, atentando para os sentidos e significados. O quadro a seguir destaca os relatos que emergiram em relação aos desafios da prática profissional dos colaboradores da educação.

Verifica-se a recorrência das seguintes categorias: Ausência da participação familiar, desinteresse dos alunos, relações interpessoais, novas práticas pedagógicas, falta de profissionais e indisciplina.

Quadro 12: Desafios da Prática Profissional - Educação

Vivências compartilhadas	Relatos
Ausência da participação familiar	<p><i>A precariedade do compromisso da família, onde não acompanha no processo de desenvolvimento cognitivo e emocional. (Participante 1)</i></p> <p><i>Constante necessidade de aproximar as famílias do processo de ensino-aprendizagem das crianças. (Participante 4)</i></p> <p><i>Falta de acompanhamento dos pais na vida escolar dos filhos. (Participante 6)</i></p> <p><i>Acompanhamento da família na vida escolar dos filhos. (Participante 7)</i></p> <p><i>Trabalho em parceria, com professores e responsáveis na formação dos alunos. (Participante 8)</i></p> <p><i>Pouca articulação entre família e escola. (Participante 9)</i></p>
Desinteresse dos alunos	<p><i>Buscar práticas pedagógicas que despertem o interesse dos estudantes pelo aprendizado. (Participante 2)</i></p> <p><i>Um dos maiores desafios no ambiente educacional é chamar a atenção do aluno, fazer que ele se sinta atraído pela aprendizagem, tornar o espaço atrativo de modo que ele aproveite de forma plena todo conhecimento lhe oferecido. (Participante 3)</i></p> <p><i>Falta de interesse por parte de alguns alunos. (Participante 7)</i></p> <p><i>A falta de interesse de muitos alunos e o acompanhamento da família. (Participante 10)</i></p>
	<p><i>As relações interpessoais também acabam afetando o bom desenvolvimento no trabalho. (Participante 3)</i></p>

Relações interpessoais	<i>Profissionais que estejam dispostos a mudanças para desenvolver um trabalho em grupo. (Participante 7)</i>
Novas práticas pedagógicas	<i>Resistência de alguns educadores em implantar novas práticas educativas. (Participante 4)</i> <i>Acompanhar o que propõe o sistema de ensino, no tocante ao uso das novas tecnologias pedagógica, uma vez que, a escola e também o aluno não possui o suporte necessário. (Participante 10)</i>
Falta de profissionais	<i>“...A falta do profissional capacitado para acompanhar todo o processo dessas deficiência supracitada.” (Participante 1)</i> <i>A carência de profissionais para auxiliar os alunos com dificuldade elevada de aprendizagem ou deficiência (Participante 4)</i> <i>A falta de profissionais para desenvolver todas as atividades necessárias em uma instituição educacional. (Participante 5)</i>
Indisciplina	<i>Destaco apenas quatro, os quais considero mais relevantes: Indisciplina; Alfabetizar na idade certa; Inclusão; Falta de acompanhamento dos pais na vida escolar dos filhos. (Participante 6)</i> <i>Evasão escolar... Indisciplina de alunos, violência. (Participante 7)</i> <i>A indisciplina e a postura agressiva de alguns. (Participante 10)</i>

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2020.

Segundo Da Silva e Rodrigues (2014), é comum os professores sinalizarem que percebem a falta de motivação dos discentes, pela pouca participação nas aulas e atividades, o que corrobora com os resultados encontrados nessa pesquisa como desafios vivenciados pelos profissionais da educação. A ausência da participação familiar citada pelos colaboradores também é apontada por Souza (2006).

De acordo com Dazzani et al (2014) que tratam da temática queixa escolar, geralmente os encaminhamentos realizados pelos profissionais da educação sinalizam alunos com problemas de comportamento, dificuldade de aprendizagem e falta de participação familiar, as participantes 1 e 7 citaram exatamente os três desafios ao serem questionadas sobre dificuldades que indicam necessidade de auxílio de outros profissionais: *Indisciplina, dificuldade de aprendizagem e desestrutura familiar. (Participante 1)*. *A indisciplina, dificuldade de aprendizagem, a falta de responsabilidade e compromisso por parte de*

algumas famílias. (Participante 7). Essa resposta também apareceu na fala dos demais entrevistados, corroborando os dados apresentados na literatura.

Quadro 13: Diálogo com equipe multiprofissional – Dificuldades que indicam necessidade de auxílio de outros profissionais

Indisciplina/Problemas de comportamento
<p><i>No geral a maior dificuldade é o comportamento agressivo dos estudantes na escola. (Participante 2)</i></p> <p><i>Indisciplina, sem dúvida. Lidar com aluno indisciplinado e às vezes agressivo exige paciência, sabedoria e a intervenção de outros profissionais. (Participante 6)</i></p> <p><i>Ações de bullying, violência. (Participante 7)</i></p> <p><i>Outras apresentam agressividade, desatenção, desinteresse, agitação e falta auto regulação. (Participante 10)</i></p>
Dificuldade de aprendizagem
<p><i>Alunos que demonstram dificuldades de aprendizagens devido a não socialização com professor, alunos e profissionais na escola, o mesmo não evolui na interação dentro e fora da sala e raramente fala. (Participante 3)</i></p> <p><i>Déficit de atenção, hiperatividade, autismo, dislexia, síndromes e principalmente casos de alunos com sintomas de depressão. (Participante 4)</i></p> <p><i>Distúrbio de aprendizagem: relacionados ao processo de aprendizagem estão entre as dificuldades de aprendizagem que o aluno pode manifestar, entretanto, correspondem a um padrão muito abaixo da expectativa em relação à capacidade cognitiva esperada para determinada etapa escolar. São eles: Dislexia, Disgrafia, Discalculia, Dislalia, Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). (Participante 5)</i></p> <p><i>Quando o aluno não desenvolve a escrita, a leitura na faixa etária e a distorção de idade e série. (Participante 8)</i></p> <p><i>São dificuldades de concentração, esquecimento constante, falta de atenção, sintomas de depressão e dificuldades de aprendizagem. (Participante 9)</i></p> <p><i>Muitas crianças têm demonstram dificuldade em assimilar conteúdo do seu cotidiano, esquecem com facilidade o que aprenderam, algumas com baixa autoestima e desânimo. (Participante 10)</i></p>
Problemas familiares
<p><i>Além daquelas crianças que deixam transparecer a falta de ajuda do responsável e também a difícil situação estrutural da família na qual ela está inserido. (Participante 10)</i></p>

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

De acordo com Souza (2013) geralmente os encaminhamentos de alunos são realizados na perspectiva de que estes se adequem as normas do ambiente educacional, chamando atenção para as seguintes demandas: problemas de aprendizagem, comportamentais e emocionais.

Segundo Terra-Candido (2015), geralmente a queixa escolar torna-se individualizada, à medida em que as respostas para as dificuldades apresentadas pelo aluno são procuradas em sua própria história de vida. Nesse sentido, busca-se o diagnóstico na área da saúde, almejando a resolutividade para as queixas que impactam no processo de escolarização.

Souza (2013) sinaliza o sofrimento vivenciado por alunos que não se adequam aos critérios estabelecidos para atingir o sucesso no contexto educacional, os quais podem vivenciar experiências de exclusão e medicalização. Santos (2015), ressalta a valorização do viés clínico no espaço pedagógico, demonstrando que os medicamentos psicotrópicos são vistos como resposta necessária para lidar com as queixas escolares. Nessa perspectiva, Lessa (2013) analisa criticamente a questão do biopoder e da biopolítica envolvida no processo de medicalização escolar, evidenciando a necessidade de uma prática interdisciplinar entre Saúde-Educação, pois os fatores políticos pedagógicos não podem ser ignorados nesse processo. Nesse sentido, Correia (2016) demonstra a importância de um diálogo intersetorial entre saúde-educação, visando estratégias não medicalizantes para promoção da saúde escolar, através do engajamento dos setores envolvidos com uma compreensão integral do processo de escolarização.

Ao analisar as falas dos profissionais que atuam na área de saúde e assistência social do município de Serrolândia em relação as queixas escolares presentes nos encaminhamentos que recebem, as categorias seguintes se destacaram: dificuldade de aprendizagem, falta de motivação dos alunos, problemas familiares e evasão escolar, o que evidencia o relato das dificuldades mencionados pelos profissionais da educação enquanto dificuldades que demandam o auxílio de outros profissionais.

Em relação aos desafios para lidar com as demandas de queixa escolar, os profissionais da saúde e assistência social destacam a quantidade insuficiente de profissionais e também chamam atenção para a concepção hegemônica do modelo biomédico.

Quadro 14: Profissionais da Saúde e Assistência social lidando com a queixa escolar

Desafios para lidar com	Relatos
--------------------------------	----------------

demandas de queixa escolar	
Quantidade insuficiente de profissionais	<p><i>Escassez de profissional para lidar com a demanda, principalmente em relação ao déficit de aprendizagem. (Participante 11)</i></p> <p><i>Às vezes me sinto como se estivesse com as mãos atadas, tenho sede de ver o resultado de imediato, mas, dependendo de outros tenho que aguardar, faço a minha parte até onde posso e torço para que tudo seja realizado de forma coerente e com eficiência. (Participante 12)</i></p> <p><i>O acesso ao usuário, espaço físico, no início não houve aceitação do projeto, falta de profissionais para encaminhamento. (Participante 13)</i></p>
Modelo biomédico	<p><i>A não observância do conjunto de situações que envolvem o aluno, ou seja, não é visto na sua integralidade; entendimento de muitos profissionais perante a demanda somente na perspectiva da medicalização. (Participante 11)</i></p> <p><i>A articulação de rede, referência e contrarefêrencia precisa de melhorias. (Participante 14)</i></p>

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Ao dialogar com os profissionais da saúde e assistência social sobre os desafios da prática profissional, os mesmos destacam a quantidade insuficiente de profissionais para lidar com as demandas, semelhante ao que foi sinalizado pelos profissionais da educação. Além disso destacam o desafio da efetividade das políticas públicas, valorização do modelo biomédico e necessidade de criar articulações inovadoras diante da atuação profissional na pandemia.

Considerando os desafios vivenciados pelos profissionais da rede para lidar com a queixa escolar, é válido atentar para a discussão proposta por Lobo (2016) ao especificar que apenas realizar o encaminhamento não é suficiente para lidar com essas demandas. Nessa perspectiva, é válido destacar a potencialidade de fortalecer o diálogo intersetorial, educação, saúde e assistência social no município de Serrolândia, visando estratégias mais satisfatórias ao considerar os diversos fatores que interferem na queixa.

Quadro 15: Desafios da Prática Profissional – Saúde e Assistência Social

Categorias emergentes	Relatos
------------------------------	----------------

<p>Efetividade das políticas públicas</p>	<p><i>Implantar uma prática mais eficaz visando igualdade de justiça social na educação, deparamos com alguns pais e professores que tem resistência a política e os desafios das questão social de cada aluno. (Participante 13)</i></p> <p><i>Romper as práticas conservadoras do assistencialismo para viabilizar direitos e não favor/merecimento; provocar no mandatário a consciência que é necessário ampliar a participação social para efetivar direitos preconizados no SUS. (Participante 11)</i></p>
<p>Modelo biomédico</p>	<p><i>O maior desafio... é fazer com que o público entenda que meu trabalho... é diferente do atendimento clínico (Participante 14)</i></p>
<p>Quantidade insuficiente de profissionais</p>	<p><i>Outra questão é em relação à quantidade insuficiente de profissionais. Então a gente acaba não conseguindo atender a população como gostaria, outra questão é que o trabalho acaba ficando pelo meio do caminho, a gente tenta atender os usuários da sede e dos povoados, mas a demanda é muito grande, e a gente precisa focar nas prioridades, por isso acaba não conseguindo atender todas as pessoas como gostaria e isso nos angustia, mesmo compreendendo que essa dificuldade é porque são muitas demandas e poucos profissionais. (Participante 15)</i></p>
<p>Criar novas articulações diante da pandemia</p>	<p><i>As aulas foram suspensas e daí por diante iniciamos as queixas de algumas situações referentes ao medo do futuro, alunos e pais preocupados como será o ano letivo, se terá retorno ou será um ano a menos na grade curricular. Temos enfrentado o desafio de criar articulações inovadoras em busca de contribuir com o enfrentamento e a superação diante de um momento único nunca visto por nós enquanto profissionais e seres humanos. (Participante 12)</i></p>

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

É interessante destacar que a falta de profissionais foi destacada por diversos colaboradores da pesquisa em momentos distintos da entrevista, indicando que os profissionais da rede sentem necessidade de mais profissionais para auxiliarem para lidar com as demandas.

De acordo com Bardin (2016) foi realizada a análise de conteúdo, desse modo, foi realizada a leitura e aprofundamento detalhadamente do material, e posteriormente as inferências e interpretações. Essa última etapa possibilitou a identificação das categorias

apresentadas e a contextualização das mesmas com os conceitos teóricos, visando aprofundar a discussão.

O processo de análise possibilitou a visualização do perfil dos colaboradores da pesquisa, a compreensão da atuação e trajetória profissional na rede (educação, saúde e assistência social), considerando os desafios vivenciados na prática profissional em diferentes perspectivas e possibilitando também identificar os significados atribuídos pelos profissionais em relação as queixas escolares e ao diálogo intersetorial.

Percebe-se que durante a sistematização dos dados, diversas subcategorias ficaram em evidência, então para fundamentar essa discussão elegemos como categorias teóricas e de análise: Queixa escolar, Inclusão educacional e Intersetorialidade.

Quadro 16: Categorias teóricas

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	EMBASAMENTO TEÓRICO
Queixa escolar	Indisciplina/problemas de comportamento; dificuldade de aprendizagem; problemas familiares	MOYSÉS e COLLARES 2013
Inclusão educacional	Rótulos, estigmas, preconceitos; Integração, Inclusão	CANDAU, 2012; PIMENTEL, 2008; MATTOS, 2017
Intersetorialidade	Modelo biomédico; medicalização	LUENGO, 2010; GRACILIANO et al., 2005

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Moysés e Collares (2013) apresentam uma reflexão sobre a distinção entre normal e patológico, ressaltando que o conceito de normalidade favorece a padronização e classificação dos indivíduos. Desse modo, Duboc (2012) analisa que o sistema educacional não contempla todos os alunos da mesma forma, pois não atenta para as especificidades dos estudantes, além de utilizar práticas que estimulam a comparação e competitividade. Considerando a necessidade de garantir de fato a inclusão educacional, Pimentel (2013) verifica a necessidade de adaptações curriculares, propondo um currículo adaptado e funcional. Nessa perspectiva, Floriani e Fernandes (2015) destacam a necessidade da teoria e prática caminharem na mesma direção. De acordo com a proposta inclusiva, Matos e

Mendes (2014), indicam a importância da formação continuada dos professores, além da contribuição de outras áreas do conhecimento para auxiliar nesse processo, sinalizando a atuação da psicologia escolar na compreensão do processo educativo para lidar com demandas referentes ao convívio e à aprendizagem na diversidade.

Visando a compreensão da queixa escolar, Dazzani et al., (2014) sinalizam que estas são produzidas em uma rede de relações, sendo necessário considerar questões históricas e socioculturais na qual o indivíduo está inserido. De acordo com Neves e Marinho-Araujo (2006) a queixa escolar não é um fenômeno individual, demonstrando a necessidade de considerar o contexto e a diversidade de variáveis envolvidas e inter-relacionadas na produção dessa dificuldade, as quais podem ser físicas, biológicas e sociais. Desse modo, Zibetti, Souza e Queiroz (2010), verificam que as práticas escolares continuam inspiradas em modelos estigmatizantes que culpabilizam o aluno pelo seu insucesso. Caldas (2005) também atenta para o olhar patologizador dos profissionais das instituições de ensino. Segundo Checchia (2015), tanto os profissionais da Saúde como da Educação têm a concepção do fracasso escolar, a nível individual. Nesse sentido, Patto (1999) destaca-se por apresentar uma perspectiva crítica que evidencia aspectos sociais, políticos e institucionais do sistema educacional, rompendo com o modelo de atribuição de culpa ao aluno, no qual o mesmo é responsabilizado pelo fracasso escolar.

Considerando os diversos fatores envolvidos na produção da queixa escolar, Camilo (2014) verifica a relevância da Intersetorialidade, ressaltando articulação e planejamentos estratégicos de profissionais distintos para colaborar com atendimento integral à queixa escolar, possibilitando uma corresponsabilidade dos profissionais em relação as demandas apresentadas pelos alunos. Correia (2016) também aponta a importância da política intersetorial Educação-Saúde, considerando a incidência dessas demandas nos serviços públicos, porém destaca a valorização do modelo médico que favorece o processo de medicalização para lidar com tais demandas. Dessa forma, Brambilla (2017) discute sobre a construção histórica que valoriza o saber médico, o que segundo Luengo (2010) contribui para manutenção da medicalização da aprendizagem. Nessa perspectiva, destaca-se o Programa Saúde na Escola (PSE), enquanto uma política intersetorial, o qual possibilita, segundo Graciliano et al., (2015), a participação da comunidade e desenvolvimento de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde.

5 INTERVENÇÃO

Esse capítulo apresenta o produto desenvolvido no decorrer da pesquisa, detalhando as intervenções e as adaptações realizadas em decorrência da pandemia. A intervenção consistiu em oferecer acompanhamento para os professores e gestores do ensino fundamental I da rede de educação do município de Serrolândia-BA, além dos profissionais da equipe multiprofissional que atuam na rede municipal tanto na área da saúde como da assistência social para: questionar a lógica clínica e terapêutica que fundamenta a construção da queixa escolar e encaminhamentos tomados/esperados; facilitar a compreensão dos fatores que interferem na produção da queixa escolar; dialogar sobre estratégias que favoreçam maior inclusão e aceitação das diversidades no contexto escolar.

Desse modo, evidencia a contribuição social, pois amplia a visão dos indivíduos acerca da queixa escolar, proporcionando reflexões a respeito da diversidade, dos desafios vivenciados nesse contexto e da importância de uma intervenção adequada para dialogar sobre inclusão educacional, compreendendo a dimensão da atuação de equipes multidisciplinares e outros profissionais, a partir do paradigma proposto pela Intersetorialidade.

Nesta perspectiva, o produto resultante dessa investigação consistiu na construção de oficinas formativas com os professores e alunos do ensino fundamental I para abordar a temática inclusão educacional, dialogando sobre estratégias inclusivas para lidar com as demandas referentes a queixa escolar.

Além disso, considerando os desafios enfrentados em campo, algumas adaptações foram realizadas, inclusive para mediações digitais. Dessa forma, as oficinas formativas aconteceram *online*, via *Instagram*, *Youtube* e *Google Meet*, organizadas pelo Grupo de Estudos em Educação Inclusiva e Especial (GEEDICE), as quais abordaram diversas temáticas relacionadas a educação inclusiva. Essas programações foram amplamente divulgadas nas redes sociais, com a perspectiva de facilitar o diálogo e a troca de experiências de profissionais de vários municípios.

Nós pesquisadores somos desafiados a nos reinventar, buscando criatividade em meio a realidade vivenciada, pensando sempre estratégias para lidar com o possível. Desse modo, entrei em contato com a secretária de educação para apresentar a proposta de intervenções sobre Inclusão Educacional nas escolas com os alunos e com os professores responsáveis pelos mesmos. Também entrei em contato com cada escola do município separadamente, apresentando a proposta de realizar as intervenções separadas por turma, com

a finalidade de adequar a linguagem de acordo com a faixa etária de cada turma, facilitando a compreensão e a participação dos alunos e professores.

Então, a proposta foi aprovada e sugestões também foram consideradas, por exemplo, uma escola solicitou uma intervenção sobre inclusão com as famílias, outra escola solicitou uma intervenção na Atividade Complementar (AC) com os professores, indicando um aumento de alunos com deficiências matriculados e a secretária de educação ressaltou a importância da participação dos professores nesses momentos, enquanto outra escola também concordou com a relevância da intervenção, mas sinalizou outra demanda mais emergente para ser trabalhada. Desse modo, as sugestões foram acatadas e foi dado início a organização do calendário de intervenções, dando início com as escolas da sede, visando a otimização do tempo, já que nas demais escolas da zona rural e povoados precisa solicitar o transporte.

A estrutura da intervenção utilizou dinâmica com balões, imagens disparadoras, filme, música e questionamentos para estimular a participação das turmas. A seguir será descrita detalhadamente as estratégias utilizadas. A intervenção foi realizada pela pesquisadora e psicóloga Juliana Mota Lima com o auxílio de sua colega de trabalho e assistente social, Poliana Moreira, as quais desenvolvem um trabalho em parceria no município, de modo que ao apresentar a proposta do diálogo sobre inclusão, a mesma ressaltou a importância de trabalhar essa temática, se engajando no planejamento das discussões de acordo com a proposta da pesquisa, trabalhando implicadas no processo de transformação social. As imagens a seguir demonstram como foi trabalhado com os alunos e respectivos professores a temática inclusão educacional.

De acordo com as primeiras imagens disparadoras, 1 e 2 respectivamente, as profissionais se apresentavam para a turma, recordando de quando estiveram com as mesmas no ano anterior para falar sobre *Bullying*. Em seguida questionavam se já tinham ouvido falar sobre Inclusão, se sabiam o que significava ou já tinha visto em algum lugar. A maioria dos alunos sinalizou que nunca ouviu a palavra inclusão ou que não sabiam explicar o significado. Após esse questionamento a dinâmica com os balões foi realizada para tornar a compreensão mais lúdica. Alguns eram chamados a frente e balões coloridas eram apresentadas para que os mesmos enchessem. Então, os alunos eram questionados como chamavam aquilo, de modo que emergiram as seguintes respostas: “bexiga”, “balão”, “bola”. A diversidade de nomes era enfatizada e todos eram aceitos da mesma forma. Depois era questionado se todos os balões/bolas/bexigas eram iguais e as respostas se dividiram: alguns respondiam que sim, pois todos serviam para enfeitar aniversário e brincar, outros respondiam que não porque o

formato, o tamanho e a cor eram diferentes. Vale ressaltar que algumas bexigas com a mesma tonalidade de cor foram entregues e ainda assim eles conseguiram perceber diferenças, pois mudava o tamanho e formato. A partir de então foi feita uma associação com a turma, ressaltando que embora todos sejam seres humanos e tenham direitos iguais, a diversidade de características e histórias de vida enriquecia a turma e promovia o crescimento da mesma.

Imagem 1



Imagem 2



Posteriormente foi apresentado o vídeo *Cuerdas*, de modo que os alunos foram estimulados a prestar atenção nas imagens, considerando que o filme estava em espanhol e que não foi encontrado o mesmo dublado em português. Essa foi uma preocupação ao selecionar o vídeo, mas o objetivo do mesmo foi atingido de forma satisfatória, pois os alunos prestaram bastante atenção, sinalizando que acharam interessante, além de realizaram reflexões profundas sobre o mesmo, demonstrando a sensibilidade infantil. *Cuerdas* é um curta metragem baseado em fatos reais que descreve a história de uma aluna chamada Maria que vivenciou de forma criativa a inclusão com um colega com paralisia cerebral que chegou na sua escola. Após exibir o vídeo foi levantado o questionamento exibido na imagem:

Imagem 3



Após o questionamento algumas respostas chamaram a atenção: *“Que Maria foi a única que quis fazer amizade com ele”, “Quando ele chegou na sala, os outros colegas viraram as costas”, “O que aconteceu com o menino?” “O mais importante é porque mesmo tendo morrido, ele viveu naquela escola os melhores dias de vida dele”, “Inclusão é uma mão lava a outra”*.

Dando seguimento na intervenção, foram utilizadas imagens disparadoras para facilitar a associação do assunto discutido com o contexto educacional vivenciado pelos alunos. Então foram apresentadas as imagens 4, 5 e 6 com os respectivos questionamentos: *A escola é caracterizada pela diversidade ou todos são iguais? Seus amigos são exatamente iguais a você?; Todas as pessoas podem ensinar e aprender com as outras?* Destaca-se que

os alunos foram estimulados a fazer tanto a análise das imagens como olhar para os lados e perceber a diversidade da turma.

Imagem 4

A escola é caracterizada pela diversidade ou todos são iguais?

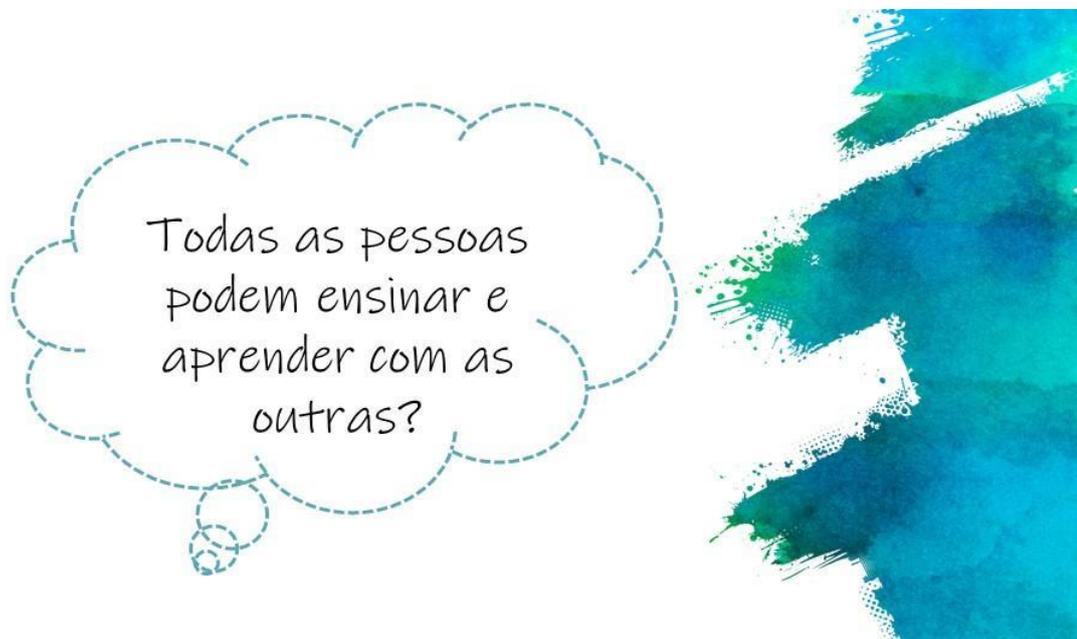


Imagem 5

Seus amigos são exatamente iguais a você?



Imagem 6



Após apresentar essas imagens, foram utilizadas imagens da Turma da Mônica, com o intuito de apresentar personagens bastante conhecidos e estimular que os alunos identificassem as características dos mesmos. Vale destacar que todas as turmas participaram bastante, demonstrando conhecimento sobre as características dos personagens. Após apresentar a imagem 7 com os personagens mais conhecidos da turma: os alunos descreveram a Magali como: “comilona”, “gulosa”, “gosta de melancia”; o Cascão como “não gosta de tomar banho”, “sujo”, “até as bochechas são sujas”; a Mônica como: “estressada”, “faz bullying batendo o Cebolinha”, “tem os dentes grandes”, o Cebolinha como: “troca o R pelo L”, “só tem cinco fios de cabelo”, “Faz bullying com a Mônica chamando de dentuça, gorducha” e o Bidu como: “cachorro divertido”, “cachorro esperto”. Através dessa imagem foi possível enfatizar que a diversidade da turma, tanto nas características físicas como na personalidade, ressaltando a importância de cada personagem para o grupo.

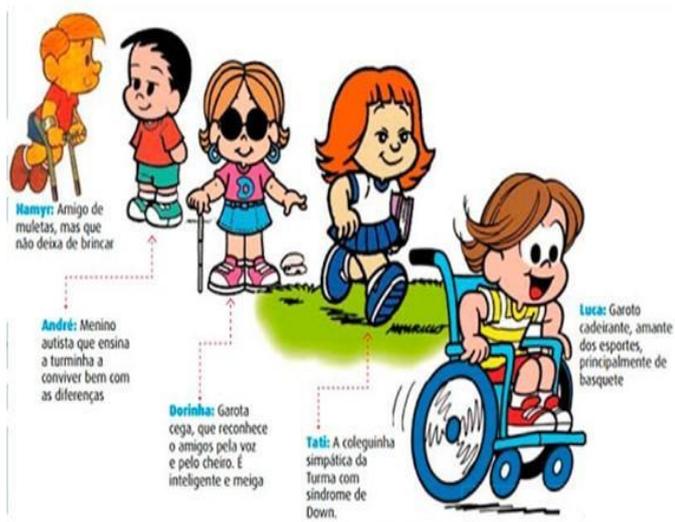
Imagem 7

Vocês conhecem as características
desses personagens?



Em seguida foi apresentada a imagem 8 com os novos personagens da Turma da Mônica, ressaltando a mesma perspectiva inclusiva que estamos trabalhando na escola. Vale mencionar que alguns alunos já conheciam alguns desses personagens, mas outros ainda não. Sendo que ao apresentá-los surgiu questionamentos como: “O que é autismo?”, “O que é Síndrome de Down?”. Também é interessante destacar a identificação e socialização de alguns alunos sobre experiências familiares: “Eu tenho uma irmã autista”, “Minha irmã tem má formação nas mãos, ela é deficiente, porque faltam alguns dedos, mas ela consegue fazer tudo”.

Imagem 8



Posteriormente foram apresentadas as imagens 9 e 10 com o objetivo de trabalhar questões referentes ao reconhecimento de emoções, estimulando a identificação das mesmas, considerando que nem todos os dias estamos felizes e também respeitando as emoções dos colegas para que estes sintam emoções positivas na escola, o que pode acontecer através da inclusão.

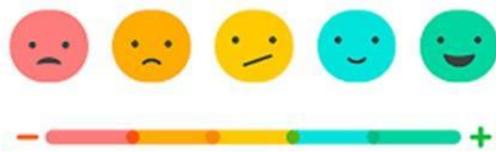
Imagem 9

É importante respeitar as emoções dos colegas?



Imagem 10

Como você acha que os alunos que não tem amigos se sentem?



Ao falar sobre emoções, os alunos foram estimulados a reconhecer emoções e estabelecer relacionamentos de empatia através do respeito aos colegas e sua diversidade. Então através da imagem 11 foi solicitado que identificassem as emoções dos alunos cadeirantes. Após identificação das emoções foi solicitado que pensassem nas situações que poderiam ter contribuído para a menina se sentir triste e o menino feliz. E emergiram as seguintes respostas: *“A menina está triste porque está sozinha”*. *“A menina não tem amigos”*, *“Todo mundo está no recreio e ela não consegue abrir a porta para sair”*, *“o menino está feliz porque tem amigos”*. Então foi feita uma associação da imagem com o curta metragem apresentado no início, demonstrando que realmente a inclusão faz diferença nas nossas emoções.

Imagem 11

Fazer amizade pode transformar a escola em um ambiente melhor?



Em seguida com a imagem 12 os alunos foram estimulados a se implicar com o seu lócus, fazendo a diferença na sua turma e na sua escola.

Imagem 12

Podemos fazer da escola um lugar melhor?



Para finalizar a intervenção foi apresentada a imagem 13, novamente com a Turma da Monica, trazendo uma reflexão relacionada a inclusão. Vale ressaltar que também foi exibida o vídeo com a música “A diferença é o que nos une” do Mundo Bitá. E posteriormente

foi realizado o *feedback*, agradecendo a participação de cada turma, enfatizando que aprendemos bastante com a colaboração das mesmas.

Imagem 13



Letra da Música

“A diferença é o que nos une” do Mundo Bitá

Para ver melhor amigo use o coração
Enxergar o que é belo sem usar a visão
Pare pra escutar que no silêncio há uma canção
Deixa bater no peito o tambor da vibração

Quem disse que não podemos?
Nunca duvide de nós!
Somos especiais
Quase super-heróis

Nosso corpo fala preste muita atenção
Não precisa palavra pra comunicação
Tantas são as formas de cruzar a imensidão
Demonstrando pro mundo nossa superação

Quem disse que não podemos?
Nunca duvide de nós!
Somos especiais
Quase super-heróis

Quem disse que não podemos?
Nunca duvide de nós!
Somos especiais
Quase super-heróis

Um pouco de carinho e de bondade (De bondade)
Pra ver que a diferença é o que nos une de verdade (De verdade)
E mesmo sendo assim ou sendo assado
O amor se multiplica e se espalha por todo lado

As intervenções sobre Inclusão Educacional aconteceram nas seguintes escolas: no dia 03/03/2020 na Escola Municipal Professora Deniolmar Alves Silva Lima, com as turmas do matutino: Pré A, 2º ano A, 3º ano A e do vespertino Pré B, 1º ano B, 4º ano C e 5º ano C. No dia 04/03/2020 as intervenções aconteceram na mesma escola para contemplar as demais turmas do turno matutino: 5º ano A, 5º ano B, 4º ano B, 1º ano A, 4º ano A e do turno vespertino: 2º ano B, 2º ano C, 3º ano C e 3º ano B.

Na semana seguinte as intervenções aconteceram na Escola Municipal João Bispo Vieira no dia 10/03/2020 com as turmas do turno vespertino: 3º ano, 1º ano e 2º ano. Enquanto no dia 11/03/2020 com as turmas do matutino: 4º ano, 5º ano e Pré.

Vale ressaltar que essa proposta de intervenção dialoga com o seguinte objetivo específico: Propor a construção de oficinas formativas para abordar concepções inclusivas para lidar com as demandas referentes a queixa escolar. O foco das oficinas eram os professores do ensino fundamental I, porém para realizar os encontros seria necessário agendar no turno noturno, pois nos demais estariam trabalhando, sendo este um desafio, por conta dos compromissos pessoais, sendo sinalizado por uma escola como mais viável para discussão dessa temática o momento da AC, inclusive isso ficou combinado para acontecer posteriormente.

Com o intuito de levar essa temática para o ambiente escolar com os professores, foi pensado como estratégia viável ampliar a proposta para os alunos, pois dessa forma seria possível estabelecer esse diálogo com os alunos no horário em que estivessem na escola, e conseqüentemente alcançar os professores no turno de trabalho. Nesse sentido, se os professores gostassem da intervenção, seria mais fácil atraí-los para oficinas formativas posteriormente. Após a realização das intervenções, os professores elogiaram bastante a forma que as oficinas foram planejadas, possibilitando a discussão de uma temática complexa, de forma leve e compreensível para todas as faixas etárias e também ressaltaram a importância de continuar discutindo sobre inclusão educacional em outros momentos, pois ainda é um desafio que vivenciam nesse contexto.

Fiquei bastante satisfeita com o resultado das intervenções, mas vale destacar também o cansaço tanto para produzir e principalmente para apresentar o material várias vezes no mesmo dia. Por outro lado, ficou evidente a potencialidade desses encontros, pois

revelaram a singularidade e diversidade dos alunos. Embora estivéssemos tratando da mesma temática, o engajamento, a participação, os questionamentos eram diferentes, o que enriqueceu a nossa experiência.

Comecei as intervenções sobre Inclusão Educacional, estava motivada para dar continuidade conforme agendada nas demais escolas da rede municipal, porém por conta da pandemia do Corona vírus (COVID-19), todas as atividades foram suspensas por tempo indeterminado. Esse foi um momento inimaginável que impactou diretamente todo o mundo.

Ficou perceptível que precisaríamos aprender a lidar com essa nova realidade, sobretudo pela duração e dimensão da pandemia, e a internet se apresentou como ferramenta essencial para nos auxiliar. Nesse sentido, o GEEDICE (Grupo de Estudos em Educação Inclusiva e Especial) apresentou a proposta de realização de encontros formativos via *Instagram, Youtube e Google Meet*. Foi um movimento muito potente, de troca de experiências, o qual evidenciou o diálogo intersetorial.

Foi realizada uma *live* no Instagram @geedice_uneb no dia 25/05/2020 no período das 18:00h às 19:00h com a convidada Josenita Francisca dos Santos, assistente social, mediada pela psicóloga, Juliana Mota Lima, com a perspectiva de estabelecer um diálogo intersetorial abordando a temática: Família, TEA e saúde mental em períodos de pandemia.

O grupo de estudos GEEDICE, da UNEB Campus IV, Jacobina-BA está vinculado ao grupo de pesquisa DIFEBA (Diversidade, Formação, Educação Básica e Discursos), de modo que nesse período de isolamento social, o grupo apresentou uma proposta formativa de discussão multiprofissional sobre temáticas relacionadas a inclusão, visando a troca de experiências tanto de profissionais como de famílias de alunos com deficiências e transtornos do neurodesenvolvimento.

A convidada Josenita começou se apresentando, ressaltando seu lugar de fala enquanto assistente social e demonstrando a relevância da proposta do GEEDICE com as *lives*, agradecendo tanto o convite da mediadora da *live*, Juliana Mota, como da orientadora da pesquisa no MPED e coordenadora do GEEDICE, Juliana Salvadori. Josenita é assistente social de formação, trabalha como coordenadora de um CRAS no município de Capim Grosso-BA e também trabalha no município de Quixabeira-BA. Desse modo, ressalta que esse período de isolamento social promove diversas reflexões e que precisamos passar por isso psicologicamente e fisicamente bem, indicando que o *Instagram* veio para auxiliar nesse sentido.

Então complementei sinalizando a importância de quem puder realmente ficar em casa e de tentarmos ressignificar esse momento. A gente sabe que é um momento

complicado, que direta ou indiretamente afetou a vida de todas as pessoas e isso impacta diretamente na nossa saúde mental. Nesse sentido, percebe-se que o *Instagram* vem se apresentando como uma ferramenta de aproximação, pois essas *lives* auxiliam para que a nós estejamos conectados, além de possibilitar trocas de conhecimento profissional significativas.

O intuito de convidar uma assistente social, foi realizar um diálogo intersetorial entre assistência social, psicologia e os demais profissionais que participaram da *live* contribuindo com os comentários. Vale ressaltar que esse é o objetivo do GEEDICE, que se caracteriza enquanto um grupo diverso, multiprofissional e intersetorial, o qual dialoga tanto com a proposta do MPED e também com a realidade do nosso campo profissional, onde lidamos diretamente com a diversidade, percebendo a potencialidade que o outro tem para nos auxiliar para resolver as demandas que emergem. Foi apresentada durante a *live* a pesquisa sobre Diálogo intersetorial educação, saúde e assistência social sobre a queixa escolar na rede municipal de Serrolândia-Ba. Inclusive na *live* ficou evidente o diálogo intersetorial e intermunicipal e a necessidade de fortalecê-lo.

Josenita destaca que tanto na psicologia como no serviço social, trabalhamos com equipes multidisciplinares, com o intuito de entender a família, considerando a sua totalidade, olhando para o indivíduo não de forma isolada, mas em seu contexto, contando com profissionais que agregam o serviço.

Ela sinaliza enquanto desafio, levar para as famílias o conhecimento dos serviços que estão disponíveis e que estas desconhecem, a exemplo do CRAS. Então, ressalta a relevância da união entre educação e assistência social para difundir esses trabalhos com mais ênfase, para que as famílias percebam estes espaços como lugar de garantia de direitos. Josenita também chama atenção para as famílias de pessoas com deficiências que frequentemente se sentem sobrecarregadas e se percebem sozinhas para lidar com os desafios diários, incluindo a discriminação.

A partir dessa discussão, foi questionado pela professora Juliana Salvadori como mudar a situação, e Josenita responde de acordo com a política de assistência social, que acredita que ainda temos um longo caminho a percorrer, porque considerando as instâncias federal, estadual e municipal, percebe-se que os recursos destinados para política da assistência social são muito poucos. As equipes de trabalho são mínimas para dar conta das demandas apresentadas. Nesse sentido, ressalta a necessidade de termos planos e projetos para fazer a inclusão dessas famílias nos programas, sendo necessário o apoio dos gestores para custear. A gente precisa sair das nossas instituições e começar a fazer um diálogo mais

próximo da população, o que é difícil, porque as equipes são pequenas. Precisamos trabalhar na perspectiva de buscar a família e falar sobre seus direitos, e quais direitos estão sendo violados, esse é o caminho para buscar efetivamente fazer inclusão. Desse modo, destaca a necessidade de cada profissional perceber que precisa fortalecer uma rede e que essa rede precisa começar em cada um de nós. Além de sinalizar a importância desse diálogo para atender melhor o aluno, considerando os desafios do contexto educacional.

Continuei complementando que esse desafio da pouca quantidade de profissionais é uma realidade nacional. Nós contamos com poucos profissionais. A inclusão acaba sendo muito desafiadora, porque nem todos os profissionais trabalham nessa perspectiva, estão com essa sensibilidade, esse olhar e motivação para lutar, porque é uma luta constante. A gente fala em inclusão, mas na prática percebemos tantas exclusões, o que fica ainda mais evidenciado nesse momento de pandemia, destacando dessa forma a relevância da rede de educação, saúde e assistência social bem articulada para que os resultados sejam mais evidentes. Todos falando e buscando a inclusão será mais viável para que essa pauta chegue nas famílias, para que estas se sintam acolhidas e percebam que não estão sozinhas, que as dificuldades são reais, mas que elas têm com quem contar para lidar com essas demandas.

Josenita fala sobre sua preocupação com as crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) durante a pandemia, com essas mudanças na rotina, o que influencia nas mudanças de comportamentos das mesmas. E chama atenção para as mudanças na modalidade de atendimentos durante a pandemia, em que os serviços foram adaptados conforme as orientações da OMS, os atendimentos são agendados, as visitas domiciliares só acontecem em casos extremos, os grupos de atendimentos foram suspensos para evitar aglomeração. Desse modo, enfatiza a relevância da tecnologia para permitir o diálogo da família e do aluno com a escola.

Percebe-se que a demanda já era grande para a quantidade de profissionais, mesmo antes da pandemia. E nesse momento, verifica-se que a carga horária dos profissionais reduziu. O foco é trabalhar com medidas de prevenção e combate ao COVID. Os alunos não podem frequentar as escolas nem os serviços do CRAS por conta da aglomeração. Então precisam ficar em casa, em um momento em que praticamente todo mundo está com a saúde mental comprometida, porque quem já tinha problemas emocionais a tendência é intensificar os sintomas, além de que pessoas que anteriormente não apresentavam problemas emocionais estão apresentando sintomas durante essa pandemia. Muitas pessoas estão sentindo medo, ansiedade, insônia, de modo que essa temática foi pensada para que as pessoas se sintam

contempladas e consigam perceber que a vulnerabilidade faz parte do ser humano, portanto podemos nos respeitar com menos cobranças.

Uma possibilidade pensada enquanto CRAS nesse momento são os encontros *online* e Josenita relata que enquanto coordenadora tem dificuldade para articular encontro com as mães, mesmo antes da pandemia, o que pode estar relacionado ao quanto as mesmas são atarefadas, e que estas mães não querem ser cobradas, mas querem apoio. Dessa forma, sugeriu que estas mães pudessem participar das *lives* para falar e desabafar sobre suas angústias.

Então foi compartilhada a experiência do município de Serrolândia, com os grupos terapêuticos mensais com as mães do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Essa ideia surgiu à medida que eu estava fazendo as visitas domiciliares e percebi a necessidade que as famílias demonstravam de um apoio. Porém, como não tinha possibilidade de fazer tantas visitas para cada uma destas, comecei marcando grupos mensais com o objetivo de criar e fortalecer uma rede de apoio entre os participantes. A cada encontro eram levantados assuntos referentes a saúde mental, sempre com um tema disparador para que as famílias pudessem falar e se sentir acolhidas.

A pandemia é um momento que potencializa as desigualdades e também as dificuldades de cada setor. Pensar em estratégias na modalidade *online* é uma forma de nos aproximar das famílias, porém nem todas as famílias têm acesso à internet e aos aplicativos como *Instagram*, *Youtube* e *Facebook*. Então, a gente está passando por um momento de aprendizagem, diante de uma situação nova a gente precisa aprender. Algumas alternativas são mais efetivas que outras, mas a gente precisa se disponibilizar, olhar o desafio e perceber que precisamos fazer a nossa parte, colaborando para que a rede funcione.

A psicologia nos ajuda muito nesse sentido de ressignificar uma situação triste que causa angústia, medo, ansiedade, pois podemos tentar inserir atividades prazerosas na nossa rotina, tentar filtrar a quantidade de informações que temos acesso, tentar viver da melhor maneira possível com as pessoas que estão ao nosso redor, criando memórias afetivas, passando tempo de qualidade com as pessoas que estão a nossa volta e ao mesmo tempo respeitando nossos momentos de privacidade, porque também são necessários para gente se reconectar. Quanto melhor estivermos emocionalmente, melhor também estaremos para cuidar do outro.

É importante e válido também a gente olhar para nossas fontes de proteção e tentar ser gratos pelas mínimas coisas que antes passavam despercebidas, porque pareciam tão naturais e começar a atribuir significado para as mesmas. Estamos lutando pela

sobrevivência, viver uma pandemia nos faz refletir sobre o que realmente faz sentido, a gente percebe que para lidar com essa situação é essencial cuidar da saúde mental.

Verifica-se a relevância dessas programações online desenvolvidas, considerando a diversidade de temáticas abordadas, de profissionais envolvidos na elaboração do material e divulgação, o que ficou evidente na fala dos participantes e pessoas que acompanharam as programações.

O quadro 24 apresenta as datas, as temáticas, os meios digitais utilizados e os pesquisadores responsáveis por mediar e abordar os encontros formativos abertos à comunidade realizados pelo GEEDICE:

Quadro 17: Encontros formativos GEEDICE

Data	Temática	Meio digital	Participantes
07/05/2020	Brincar, comunicar e fortalecer vínculos: distanciamento social e TEA	Instagram	Ma. Elciana Roque (Terapeuta ocupacional - GEEDICE) Naiane Rocha (Discente UNEB - GEEDICE)
13/05/2020	TEA e distanciamento social: Atividades físicas para crianças, jovens e adultos	Instagram	Prof. Dr. Jorge Lopes Cavalcante (UNEB) Ma. Inglis Araújo (Fisioterapeuta – GEEDICE)
14/05/2020	Distúrbio de desenvolvimento da coordenação motora em PCD/TEA	Google Meet	Prof. Dr. Jorge Lopes Cavalcante (UNEB) Ma. Inglis Araújo (Fisioterapeuta - GEEDICE)
20/05/2020	Formação de professores e desafios na pandemia	Instagram	Prof. Ma. Ivone Silva de Jesus (Doutoranda em Educação UFBA) Prof. Ma. Crizeide Miranda Freire (GEEDICE)
21/05/2020	Família, TEA e saúde mental em períodos de pandemia	Instagram	Josenita Francisca dos Santos (Assistente social) Juliana Mota Lima (Psicóloga – GEEDICE)
27/05/2020	Mitos e discursos sobre surdez e libras	Instagram	Me. Daniel Neves (GEEDICE) Maynara Costa de Campos (Professora -GEEDICE)
29/05/2020	AEE online: desafios e (im)possibilidades	Google Meet	Sinara Cristina Vilas Boas (Coordenadora e prof. AEE) Gabriela Sousa (Interprete) Debatedoras: Prof. Dr. Juliana Salvadori (GEEDICE) Prof. Ma. Crizeide Miranda (GEEDICE) Mediação: Ma. Lucineide O. Silva (GEEDICE) Naiane Rocha (Discente UNEB - GEEDICE)

04/06/2020	Inclu-ir: ecoar potencialidades dos diferentes, é possível ser melhor pós pandemia?	Instagram	Prof. Ma. Maria Cezarela (UNEB) Larissa Mota (Professora - GEEDICE)
05/06/2020	Inclusão e os desafios para as práticas inclusivas na escola	Google Meet	Prof. Dr. Jusceli Cardoso (UNEB) Larissa Mota (Professora - GEEDICE)
08/06/2020	Literatura surda: diálogos reflexivos	Youtube	Me. Daniel Neves (GEEDICE) Maynara Costa (Professora - GEEDICE) Me. Wermerson Meira Mediação: Prof. Dr. Juliana Salvadori (GEEDICE) Interpretes: Agda Medrado Cortez Davi Lima
09/06/2020	Literatura surda: diálogos reflexivos	Google Meet	Me. Daniel Neves (GEEDICE) Maynara Costa (Professora - GEEDICE) Me. Wermerson Meira
09/06/2020	TEA e intervenções com Comunicação Alternativa e Ampliada	Instagram	Lucas Dias (Fonoaudiólogo) Ma. Elciana Roque (Terapeuta ocupacional – GEEDICE)
10/06/2020	TEA e intervenções com Comunicação Alternativa e Ampliada	Google Meet	Lucas Dias (Fonoaudiólogo) Conceição Cedraz (Neuropsicóloga)
22/06/2020	Pilates e atividades físicas adaptadas para pessoas com deficiência	Instagram	Ma. Inglis Araújo (Fisioterapeuta – GEEDICE) Ma. Elciana Roque (Terapeuta ocupacional – GEEDICE)
24/06/2020	Tecnologia assistiva e seus recursos para aprendizagem durante a pandemia	Youtube	Prof. Dr. Teófilo Galvão Filho (UFRB) Mediação: Prof. Dr. Juliana Salvadori (GEEDICE) Ma. Inglis Araújo (Fisioterapeuta – GEEDICE) Sinara Cristina V. Boas (Coordenadora e prof. AEE)
19/09/2020	Diálogos formativos e interventivos: diretrizes da/para educação inclusiva: quando chega(rá) às escolas	Youtube	Prof. Ma. Maria Cezarela (UNEB) Prof. Ma. Crizeide Freire (GEEDICE) Larissa Mota (Professora - GEEDICE)

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

As temáticas abordadas nas oficinas formativas foram selecionadas pelos pesquisadores do GEEDICE, os quais são engajados e implicados com a inclusão educacional e contemplam a queixa escolar ao considerar os alunos que não se enquadram no padrão de normatividade valorizado no contexto educacional.

Vale destacar a potencialidade da tecnologia para realização das oficinas formativas realizadas *online* via *Instagram*, *Youtube* e *Google Meet*, as quais possibilitaram ampla divulgação nas redes sociais para que os profissionais de diversas áreas e municípios pudessem participar. Nesse sentido, considerando a potência desses encontros formativos, verifica-se a possibilidade de dar continuidade as oficinas formativas durante o acompanhamento do campo através das mídias digitais, com o intuito de abordar mais especificamente questões relacionadas a queixa escolar, inclusão educacional e intersetorialidade.

6 CONSIDERAÇÕES

Ao refletir sobre o ambiente escolar, percebe-se o quanto o mesmo é caracterizado pela diversidade; porém, embora heterogêneo, é possível identificar estratégias de ensino pautadas pela homogeneidade nesse contexto, de modo que nem todos os alunos conseguem se adaptar e apresentar o sucesso desejado, o que indica que a escola, como sistema, não tem reconhecido as especificidades do seu público e, conseqüentemente, dificulta a perspectiva inclusiva que tem pautado as políticas educacionais nos anos 2000.

Percebe-se a necessidade de refletir sobre o fazer pedagógico visando uma análise ampla que envolva aspectos socioculturais e contemple os alunos sem culpabilizá-los ou atribuindo rótulos referentes a patologização para explicar o fracasso escolar. Retomando a problemática da pesquisa, propomos nessa investigação o questionamento acerca de como as queixas escolares se apresentam na rede municipal (educação, saúde e assistência social) de Serrolândia e quais tem sido os encaminhamentos dados?

A motivação para compreensão e aprofundamento teórico sobre a queixa escolar provém das observações e questionamentos que envolvem minha trajetória pessoal, acadêmica e profissional mediante dos desafios vivenciados na prática enquanto psicóloga educacional e lidando com encaminhamentos constantes de queixas escolares.

Nesse sentido, o objetivo geral da pesquisa consistiu em investigar como a queixa escolar tem sido constituída e encaminhada na rede municipal (educação, saúde e assistência social) de Serrolândia-BA.

Destaca-se que devido as intercorrências causadas pela pandemia da COVID-19 foi necessário redirecionar a metodologia da pesquisa, não sendo possível realizar a pesquisa-ação durante esse período de distanciamento social. Desse modo, essa pesquisa qualitativa embasada no método estudo de caso e análise de conteúdo, possibilitou a compreensão da queixa escolar sobre diferentes perspectivas, através dos significados atribuídos pelos profissionais da área da educação, saúde e assistência social. Verifica-se que essa investigação contextualizada sobre a queixa escolar, também favoreceu o entendimento da percepção dos profissionais do município sobre o diálogo intersetorial para lidar com essas demandas.

Os resultados dessa pesquisa apontam que ao serem questionados sobre a queixa escolar, indicando os desafios que indicam a necessidade de auxílio de outros profissionais, os colaboradores da educação sinalizaram: indisciplina/problemas de comportamento, dificuldade de aprendizagem e problemas familiares. E ao falar sobre os desafios para lidar

com a queixa escolar os profissionais da saúde e assistência social apontam a quantidade insuficiente de profissionais e o modelo biomédico.

Essa pesquisa revelou a complexidade da temática e do processo de coleta de dados, evidenciando a necessidade de ser flexível para lidar com as adversidades apresentadas pelo campo. Nesse sentido, a pandemia da COVID-19 impactou significativamente tanto a pesquisadora como os colaboradores da pesquisa, considerando a proporção avassaladora do vírus e dos novos hábitos de segurança que precisaram ser inseridos na rotina conforme orientações da OMS, em que uma das maiores recomendações foi referente ao distanciamento social.

Dessa forma, considerando os obstáculos dessa situação, a flexibilidade foi essencial no decorrer do processo. Levando em conta que essa pesquisa propôs a exploração da queixa escolar, dispositivos foram utilizados com a finalidade de apresentar uma compreensão detalhada sobre essa temática na rede municipal (educação, saúde e assistência social) de Serrolândia.

Visando compreender os significados atribuídos a queixa escolar de forma contextualizada, foram utilizados os seguintes dispositivos: entrevista semiestruturada e diário de campo. Vale ressaltar a relevância das informações obtidas através dos mesmos e as adaptações necessárias no decorrer do processo. Desse modo, as entrevistas foram realizadas na modalidade *online*.

As entrevistas semiestruturadas foram adaptadas para a modalidade *online* visando a segurança dos colaboradores. A escolha do aplicativo *WhatsApp* foi realizada ao considerar a familiaridade das pessoas com esse aplicativo e também pela facilidade para compartilhar mensagens de texto, chamadas de vídeo e ligação gratuitamente. Então, foi estabelecido contato via *WhatsApp* com o público alvo, apresentando a proposta da pesquisa e fazendo o convite para participar da mesma, sinalizando que se a pessoa demonstrasse interesse, seria enviado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) detalhando a proposta da pesquisa, e seria combinado a realização da entrevista, de acordo com a preferência do participante.

O diário de campo foi um dispositivo construído no decorrer da pesquisa, possibilitando a compreensão detalhada do lugar de fala da pesquisadora, através de uma reflexão aprofundada sobre o interesse e inquietações sobre essa temática desde a infância, e seguindo pela fase da adolescência e vida adulta. Desse modo, os relatos de situações do ensino fundamental I, pré-vestibular, graduação, pós-graduação, experiência e desafios

profissionais e na escrita dessa pesquisa revelaram uma vasta compreensão e amadurecimento sobre a queixa escolar.

Vale ressaltar que as oficinas formativas se apresentaram enquanto produto desta pesquisa, as quais foram desenvolvidas com os profissionais da escola e os alunos separados por turma para facilitar a comunicação de acordo com a faixa etária, dialogando sobre inclusão educacional. Posteriormente, em decorrência da pandemia as oficinas aconteceram *online*, via *Instagram, Youtube, Google Meet*, sendo organizadas pelo GEEDICE e revelando a potência das tecnologias para realizar esse diálogo intersetorial discutindo temáticas referentes a educação inclusiva e especial, atentando para as diversidades.

Essa pesquisa destaca-se pela proposta de aprofundamento de conhecimento sobre essa temática na região Nordeste, em uma cidade do interior da Bahia, trazendo para discussão questões para serem refletidas e modificadas no cotidiano escolar. Nesse sentido, são colocados em pauta a valorização do modelo biomédico, os rótulos atribuídos aos alunos, a medicalização da educação, o que contribui para a cultura do fracasso escolar. Desse modo, verifica-se o potencial do fortalecimento da rede intersetorial (educação, saúde e assistência social) do município de Serrolândia para lidar com essas demandas de queixas escolares.

Visando a contextualização desse processo, é válido mencionar os percalços enfrentados em campo, como: a demora para aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP); a pandemia - escolas fechadas, rede intersetorial (educação, saúde e assistência social) funcionando em horário reduzido com restrição de profissionais; e o distanciamento social (o que impossibilitou a realização das entrevistas pessoalmente).

A coleta de dados em campo revelou-se enquanto momento bastante desafiador, considerando a necessidade do distanciamento social em virtude da pandemia, além das experiências vivenciadas em relação a complexidade da suspensão de atividades, isolamento, perdas, além da necessidade de retomar e reorganizar as estratégias. Nesse sentido, esse momento difícil exigiu a necessidade de me reinventar e reinventar a pesquisa, de modo que a tecnologia foi primordial, revelando as seguintes potencialidades do campo: o uso das mídias digitais para realização das oficinas formativas, através do GEEDICE (Grupo de Estudos em Educação Inclusiva e Especial); a adesão dos participantes para a entrevista semiestruturada, utilizando as tecnologias; e a escrita do diário de campo, a qual foi essencial para ressignificar o percurso da pesquisa e nossa implicação e transformação durante o processo.

Além disso, considerando que a maioria das pesquisas encontradas são realizadas na região Sudeste, a realização de uma pesquisa no Nordeste, demonstra a significância de

acrescentar dados sobre o tema proposto nessa região, ressaltando a especificidade do lócus, além de contribuir para qualidade do ensino do município, facilitando a compreensão dos fatores que interferem na produção da queixa escolar e favorecendo maior inclusão e aceitação das diversidades nesse contexto.

Verifica-se a contribuição dessa pesquisa tanto para área da Educação como da Psicologia, possibilitando uma compreensão ampliada sobre o indivíduo e o processo de escolarização. Nesse sentido, é relevante considerar as diversas áreas de atuação do psicólogo e a importância desse profissional nos diversos setores, porém essa pesquisa pode contribuir para dissociar a compreensão do psicólogo escolar do psicólogo clínico, facilitando o entendimento das especificidades do mesmo em cada setor que atua, através do diálogo com a equipe intersetorial. Nessa perspectiva, percebe-se o indivíduo em sua dimensão biopsicossocial, o qual é influenciado por diversos fatores, os quais não devem ser vistos de forma fragmentada ou valorizando apenas um aspecto em detrimento dos demais. Pensar a queixa escolar em uma visão crítica, possibilita a compreensão das emoções vivenciadas pelos alunos no contexto escolar que não são contemplados pelo modelo de currículo padronizado que não atenta para a diversidade das turmas. Também permite uma escuta sensível por parte dos professores e gestores que lidam diariamente com os desafios da prática educacional, além de facilitar o diálogo entre a equipe intersetorial e a escola, considerando a relevância de cada profissional nesse processo, e conseqüentemente favorecendo o processo de inclusão educacional nesse contexto.

Dentre as contribuições da pesquisa verifica-se a ampliação do conceito de diversidade e da heterogeneidade constitutiva da escola. Desse modo, foi possível visualizar que embora o ambiente educacional ao longo da história esteja pautado em concepções hegemônicas de normatividade, esse é um espaço diverso, e as singularidades não podem ser negligenciadas.

Também é importante destacar a compreensão do fenômeno que atesta a necessidade de compreender o conceito de inclusão educacional, não voltado apenas às pessoas com deficiência, e compreendê-la como dimensão da inclusão social, evidenciando desse modo, a necessidade do fortalecimento da rede intersetorial e de políticas públicas fundadas nas realidades locais, a partir da escuta dos profissionais e do olhar para suas práticas. Dessa forma, enfatizamos a importância do diálogo intersetorial visando uma educação que contemple todos, atentando para suas especificidades, considerando que esses direitos vem sendo tão ameaçados atualmente.

Além disso, o processo de construção dessa pesquisa me possibilitou diversos questionamentos durante todo o processo, me fazendo repensar o meu trabalho e amadurecendo de forma significativa a compreensão sobre a queixa escolar em uma concepção crítica. A possibilidade de estabelecer um diálogo intersetorial com profissionais da educação, saúde e assistência social, permitiu a compreensão da queixa escolar, a partir dos significados atribuídos pelos mesmos, indicando a potência dos profissionais, sobretudo com melhor articulação da rede. Também destaco a experiência de me colocar em diversos momentos enquanto uma aluna com queixas escolares, o que ampliou completamente a minha percepção sobre a complexidade da mesma.

REFERÊNCIAS

ALVES, Denise Soares da Silva; AGUILAR, Luis Enrique. A política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva em Jundiá: uma análise do processo de implementação. *Rev. Bras. Ed. Esp.*, Marília, v.24, n.3, p.373-388, Jul-Set., 2018.

AMARAL, Lígia Assumpção. Sobre crocodilos e avestruzes: falando de diferenças físicas, preconceitos e sua superação. *Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas*, v. 5, p. 11-30, 1998.

ANDRADE, Jéssica Magalhães. *Queixa escolar e o público infante juvenil: práticas contemporâneas de psicologia nos serviços de saúde*. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Psicologia). – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2018.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. *Estudo de Caso em Pesquisa e avaliação educacional*. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 12, n. 2, p. 469-475, 2008.

BARDIN, Lawrence. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições, 2016.

BERGAMI, Nancy Benedita Berruezo. *A promoção da saúde e a (des) construção da queixa escolar*. 2014. Tese. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2014.

BRAGA PANI, Sabrina Gasparetti. *De medicações a mediações: avaliação-intervenção psicológica de queixas escolares em casos de diagnóstico de TDAH*. 2017. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

BRAMBILLA, Daiane Kutzepa. *Programa Saúde na Escola: Perspectiva da (des) medicalização*. 2017. Dissertação de Mestrado. UNOCHAPECÓ, Chapecó, 2017.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Organização de Alexandre de Moraes. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

BRASIL. Ministério da Saúde. Caderno de Atenção Básica: *Saúde na Escola*. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

CALDAS, Roseli Fernandes Lins. Fracasso escolar: reflexões sobre uma história antiga, mas atual. *Revista Psicologia-Teoria e Prática*, v. 7, n. 1, 2005.

CAMILO, Lujani Aparecida. *O conceito de TDAH: concepções e práticas de profissionais da saúde e educação*. Dissertação de Mestrado. 2014. Faculdade de Medicina, Universidade Estadual Paulista, Botucatu, 2014.

CAMPOS, Gastão Wagner; BARROS, Regina Benevides de; CASTRO, Adriana Miranda de. Avaliação de política nacional de promoção da saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 9, p. 745-749, 2004.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Direito à educação, diversidade e educação em direitos humanos. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 33, n. 120, p. 715-726, jul-set. 2012.

CHECCHIA, Ana Karina Amorim. *Contribuições da psicologia escolar para formação de professores: um estudo sobre a disciplina psicologia da educação nas licenciaturas*. Tese de Doutorado. 2015. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

COLLARES, Cecília Azevedo Lima; MOYSÉS, Maria Aparecida Affonso. A transformação do espaço pedagógico em espaço clínico: a patologização da educação. *Série ideias*, v. 23, p. 25-31, 1994.

CORREIA, Marcius Vinicius Gonçalves. *Diálogo intersetorial educação-saúde no atendimento público municipal à demanda de queixa escolar: um estudo de caso no município de São Paulo*. Tese de Doutorado. 2016. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

CRESWELL, John W. *Projeto de pesquisa métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DA SILVA, Renata De Lourdes Miguel; RODRIGUES, Marisa Cosenza. Atendimento à queixa escolar: experiência do projeto Seape no Centro de Psicologia Aplicada da UFJF. *Psicologia em Revista*, v. 20, n. 3, p. 479-493, 2014.

DAZZANI, Maria Virgínia Machado; CUNHA, Eliseu de Oliveira; LUTTIGARDS, Polyana Monteiro; ZUCOLOTO, Patrícia Carla Silva do Vale; SANTOS, Gilberto Lima. Queixa escolar: uma revisão crítica da produção científica nacional. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 18, n. 3, 421-428. 2014.

DUBOC, Maria José Oliveira. Políticas de inclusão de alunos com deficiência e avaliação de desempenho, pontos e contrapontos. *O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares*. Salvador: EDUFBA, p. 479-488, 2012.

FAGLIARI, Solange Santana dos Santos. *A educação especial na perspectiva da educação inclusiva: ajustes e tensões entre a política federal e a municipal*. Dissertação. 2012. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

FAVARIN, Rafael da Nova. *Queixa escolar: de que (quem) se trata? Uma proposta de intervenção do psicólogo escolar com coordenadores pedagógicos*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências da Vida, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia, Campinas, 2018.

FLORIANI, Fátima Heraki; FERNANDES, Sueli de Fátima. *Flexibilização e Adaptação Curricular: desafios dos sistemas de ensino para equilibrar o comum e o individual em contextos inclusivos*. 2015.

FREITAS, Joelma da Silva; JUNIOR, Cesar Rota. O eletroencefalograma como instrumento de avaliação de queixas escolares: medicalizando a educação escolar. *Revista entreideias: educação, cultura e sociedade*, v. 3, n. 1, 2014.

GATTI, Bernardete Angelina. A construção da pesquisa em educação no Brasil. *Liber Livro Editora*, 2007.

GHEDIN, Evandro; FRANCO, Maria Amélia Santoro. *Questões de método na construção da pesquisa em educação*. Cortez, 2011.

GRACIANO, Andréa Monteiro de Castro, et al. Promoção da Saúde na Escola: história e perspectivas. *Journal of Health & Biological Sciences*, v. 3, n. 1, p. 34-38, 2015.

IVENICKI, Ana; CANEN, Alberto Gabbay. Metodologia da Pesquisa: rompendo fronteiras curriculares. *Rio de Janeiro: Ciência Moderna*, v. 1, 2016.

LAPA, Andrea; GIRARDELLO, Gilka. Gestão na rede na primavera secundarista. In: PORTO, Cristiane; OLIVEIRA, Kaio Eduardo; CHAGAS, Alexandre. *Whatsapp e educação: entre mensagens, imagens e sons*. Salvador: EDUFBA, 2017.

LESSA, Patrícia Vaz de. *O processo de escolarização e a constituição das funções psicológicas superiores: subsídios para uma proposta de avaliação psicológica*. Tese de Doutorado. 2014. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

LOBO, Fernanda Senna. *Quem cuida, quem ensina, quem aprende: campo e interações entre atenção primária e escola na queixa escolar*. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva). 2016. Universidade Federal de São Paulo – Campus São Paulo, Escola Paulista de Medicina. Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. São Paulo, 2016.

LOPES, Luiz Fernando. *Medicalização de crianças com queixa escolar e o núcleo de apoio à saúde da família (NASF): uma análise crítica*. 2013. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2013.

LUENGO, Fabiola Colombani. *A vigilância punitiva: a postura dos educadores no processo de patologização e medicalização da infância*. Unesp, 2010.

MARQUES, Joseane Bispo Oliveira. As “quebras” e “tiras” de licuri no sertão da Bahia. In: VASCONCELOS, Cláudia Pereira; RIOS, Jane Adriana Vasconcelos Pacheco et al. *Por trás da serra: histórias, narrativas e saberes de uma cidade no interior da Bahia*. Salvador: EDUFBA, 2014.

MATOS, Selma Norberto; MENDES, Enicéia Gonçalves. A proposta de inclusão escolar no contexto nacional de implementação das políticas educacionais. *Práxis Educacional (online)*, Vitória da Conquista, BA, v. 10, n. 16, p. 33-59, 2014.

MATTOS, Nicoleta Mendes de. A política de educação especial na perspectiva da inclusão: ambiguidades conceituais e suas consequências para a efetivação de uma escola inclusiva. *Psicologia, Diversidade e Saúde*, v. 6, p. 37-43, 2017.

MATTOS, Nicoleta Mendes de; BENEVIDES, Sílvia Lopes. “Em tempos de inclusão, onde eles estão?” A realidade social dos indivíduos com deficiência no município de Valença–Ba. *Revista Eletrônica de Ciências da Educação*, Campo Largo, v. 8, n. 2, nov. 2009.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, v. 11, n. 33, p. 387-405, 2006.

MENDES, Geovana Mendonça Lunardi; PLETSH, Marcia Denise; SILVA, Fabiany Tavares. Atendimento Educacional Especializado: por entre políticas, práticas e currículo – um espaço-tempo de inclusão?. *Revista Contrapontos*, v. 11, n. 3, p. 255-265, 2011.

MOYSÉS, Maria Aparecida Affonso.; COLLARES, Cecília A. L. Medicalização: o obscurantismo reinventado. *Novas capturas, antigos diagnósticos na era dos transtornos*. Campinas: Mercado de Letras, p. 41-64, 2013.

NEVES, Marisa Maria Brito da Justa; MARINHO-ARAÚJO, Claisy Maria. A questão das dificuldades de aprendizagem e o atendimento psicológico às queixas escolares. *Aletheia*, n. 24, p. 161-170, 2006.

OLIVEIRA, Gerfson Moreira. *Invenções de cuidados: perspectivas clínicas e processos de trabalho em saúde mental e redução de danos*. 2020. Tese de Doutorado. Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública, Programa de Pós-Graduação em Medicina e Saúde Humana. Salvador, Bahia, 2020.

PATTO, Maria Helena Souza. *A produção do fracasso escolar: história de submissão e rebeldia*. 3.ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

PATTO, Maria Helena Souza. *Psicologia e ideologia: (uma introdução crítica à psicologia escolar)*. TA Queiroz, 1984.

PIMENTEL, Susana Couto. Adaptações curriculares para estudantes com deficiência intelectual na escola regular: proposta para inclusão ou para segregação?. *Cadernos de Educação*, n. 45, p. 44-50, 2013.

PIMENTEL, Susana Couto. A subjetivação do (d) eficiente no interior da escola: uma identidade a ser (des) construída. *Educação em Revista*, Marília, v.9, n.2, p.113-124, jul.-dez. 2008.

PIMENTEL, Susana Couto. Formação de professores para a inclusão: saberes necessários e percursos formativos. *O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares*. Salvador: EDUFBA, p. 139-155, 2012.

PIMENTEL, Susana Couto; NASCIMENTO, Lucinéia Jesus. Estudantes com deficiência na escola regular: estigmas e estereótipos construídos numa proposta de “inclusão”. *SITIENIBUS*, Feira de Santana, n. 45, p. 11-25, jul/dez. 2011.

PORTO, Cristiane; OLIVEIRA, Kaio Eduardo; CHAGAS, Alexandre. Educação mediada pelo Whatsapp: ensinar e aprender por mensagens instantâneas. In: PORTO, Cristiane; OLIVEIRA, Kaio Eduardo; CHAGAS, Alexandre. *Whatsapp e educação: entre mensagens, imagens e sons*. Salvador: EDUFBA, 2017.

REIS, Diomedes Pereira dos. Serrote de ontem Serrolândia de hoje / Diomedes Pereira dos Reis. – 3. Ed. Atualizada. – Salvador: Press Color, 2010.

RIBEIRO, Maria Izabel Souza. A medicalização da educação na contramão das diretrizes curriculares nacionais da educação básica. *Revista entreideias: educação, cultura e sociedade*, v. 3, n. 1, 2014.

ROCHA, Décio. DEUSDARÁ, Bruno. Análise de conteúdo e análise do discurso: aproximações e afastamentos na (re) construção de uma trajetória. *Alea: estudos neolatinos*. Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 305-322, jul./dez. 2005.

SAMPAIO, R. F; MANCINI, M. C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. *Rev. bras. fisioter.*, São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83-89, jan./fev. 2007.

SANTOS, Antonio José Pimentel. *Discursos da escola e constituição da subjetividade de estudantes com TDAH*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da UFBA) – Universidade Federal da Bahia, 2015.

SANTOS, Caio Cesar Portella. *Medicalização da Educação: sentidos de professoras e de uma psicóloga que atua na área educacional*. Dissertação (Programa de Mestrado em Educação). 2015. Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2015.

SANTOS, Ivaneide Silva dos. Os (des)caminhos para o desenvolvimento local sustentável: contribuições e entraves da indústria de bolsas em Serrolândia. In: VASCONCELOS, Cláudia Pereira; RIOS, Jane Adriana Vasconcelos Pacheco et al. *Por trás da serra: histórias, narrativas e saberes de uma cidade no interior da Bahia*. Salvador: EDUFBA, 2014.

SANTOS, Waldir Carlos Santana dos; BARTALOTTI, Celina Camargo. Diferenças, deficiências e diversidade - um olhar sobre a deficiência mental. *Mundo saúde (Impr.)*, v. 26, n. 3, p. 382-388, 2002.

SAPIA, Iuna Pereira. *Medicalização na educação: a neurologia na construção dos diagnósticos de distúrbios de aprendizagem*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Psicologia). Fundação Universidade Federal de Rondônia. Porto Velho, 2013.

SILVA, Francisca Bonfim de Matos Rodrigues. *A criatividade do pedagogo diante das queixas escolares*. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

SOUZA, Beatriz de Paula. Orientação à queixa escolar: considerando a dimensão social. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 26, n. 2, p. 312-319, jun. 2006.

SOUZA, Marilene Proença Rebello de. Psicologia Escolar e Educacional em busca de novas perspectivas. *Psicologia escolar e educacional*, v. 13, n. 1, p. 179-182, 2009.

SOUZA, Simone Vieira de. *O estudante (in) visível na queixa escolar visível: um estudo sobre a constituição do sujeito na trajetória escolar*. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

TERRA-CANDIDO, Bruna Mares. *Não-aprender-na-escola: a busca pelo diagnóstico nos (des) encontros entre saúde e educação*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano). 2015. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

YIN, Robert. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZIBETTI, Marli Lúcia Tonatto; SOUZA, Flora Lima Farias de; QUEIROZ, Kelly Jessie Marques. Quando a escola recorre à psicologia: mecanismos de produção, encaminhamento e atendimento à queixa na alfabetização. *Estud. pesqui. psicol.*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 490-506, ago. 2010.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS PARA OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Número de identificação do participante: _____
FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA
Nome:
Idade:
Sexo:
Nível de escolaridade:
ATUAÇÃO E TRAJETÓRIA PROFISSIONAL NA REDE E NA ESCOLA
Tempo de serviço na área de educação:
Quais são os desafios que você vivencia na sua prática profissional?
DIÁLOGO COM EQUIPE MULTIPROFISSIONAL
Que tipo de dificuldade indicam necessidade de auxílio de outros profissionais?
Quais expectativas quanto ao acompanhamento de outros profissionais?
Quais profissionais deveriam ser implicados no processo de acompanhamento?
Como você considera a articulação da rede para lidar com as demandas referentes a queixa escolar?

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS PARA A EQUIPE MULTIPROFISSIONAL (SAÚDE)

Número de identificação do participante: _____
FORMAÇÃO
Nome:
Idade:
Sexo:
Nível de escolaridade:
ATUAÇÃO PROFISSIONAL
Tempo de serviço na área da saúde:
Quais são os desafios que você vivencia na sua prática profissional?
DIÁLOGO INTERSETORIAL
Que tipos de queixas escolares estão presentes nos encaminhamentos?
Como você considera a articulação da rede para lidar com as demandas referentes a queixa escolar?
Quais são os desafios que você vivencia na sua prática profissional para lidar com essas demandas?

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS PARA A EQUIPE MULTIPROFISSIONAL (ASSISTENCIA SOCIAL)

Número de identificação do participante: _____
FORMAÇÃO
Nome:
Idade:
Sexo:
Nível de escolaridade:
ATUAÇÃO PROFISSIONAL
Tempo de serviço na área da assistência social:
Quais são os desafios que você vivencia na sua prática profissional?
DIÁLOGO INTERSETORIAL
Que tipos de queixas escolares estão presentes nos encaminhamentos?
Como você considera a articulação da rede para lidar com as demandas referentes a queixa escolar?
Quais são os desafios que você vivencia na sua prática profissional para lidar com essas demandas?

APÊNDICE D – OFICINAS FORMATIVAS

Público alvo:
Data:
Local:
Objetivo das oficinas formativas:
<p>- PROPOSTA: Realizar oficinas formativas, visando um espaço de construção coletiva e troca de experiências para abordar estratégias inclusivas para lidar com as demandas referentes a queixa escolar.</p> <ul style="list-style-type: none">➤ Profissionais da área de educação➤ Profissionais da área de saúde➤ Profissionais da área de assistência social <p>- ENCONTRO: Agendar antecipadamente as datas de acordo com a disponibilidade dos participantes.</p> <ul style="list-style-type: none">➤ Apresentar o objetivo geral da pesquisa: Investigar como a queixa escolar tem sido constituída e expressa na rede municipal de Serrolândia-BA;➤ Dialogar sobre estratégias inclusivas em relação as demandas de queixa escolar;➤ Solicitar que o grupo comente os relatos enfatizando os aspectos que mais chamaram a atenção, contextualizando com a realidade da sua prática profissional.

APENDICE E - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
ESTA PESQUISA SEGUIRÁ OS CRITÉRIOS DA ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS
CONFORME RESOLUÇÃO 510/2016 DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE.

I - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome do Participante: _____

Documento de Identidade nº: _____

Sexo: F() M()

Data de Nascimento: ____/____/____

Endereço: _____

Complemento: _____

Bairro: _____

Cidade: _____

CEP: _____

Telefone: () _____

II - DADOS SOBRE A PESQUISA CIENTÍFICA:

TÍTULO DO PROTOCOLO DE PESQUISA: Diálogo intersetorial educação, saúde e assistência social sobre a queixa escolar na rede municipal de Serrolândia-BA

PESQUISADORES RESPONSÁVEIS: Juliana Mota Lima (Mestranda); Juliana Cristina Salvadori (Orientadora).

III - EXPLICAÇÕES DO PESQUISADOR AO PARTICIPANTE SOBRE A PESQUISA:

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa: **Diálogo intersetorial educação, saúde e assistência social sobre a queixa escolar na rede municipal de Serrolândia-BA**, de responsabilidade da pesquisadora Juliana Mota Lima, sob a orientação de Juliana Cristina Salvadori, docente da Universidade do Estado da Bahia, que tem como

objetivo: **Investigar como a queixa escolar tem sido constituída e encaminhada na rede municipal de Serrolândia-BA.**

A motivação para realização dessa pesquisa sobre a queixa escolar provém das observações e questionamentos que envolvem minha trajetória pessoal, acadêmica e profissional mediante dos desafios vivenciados na prática enquanto psicóloga, considerando os encaminhamentos constantes de queixas escolares.

Ademais, a realização desta pesquisa trará ou poderá trazer **benefícios**, tais como: os resultados deste estudo serão divulgados em âmbito acadêmico e científico, através de publicação em meios científicos (revista, livro, entre outros) e/ou apresentação em evento, mantendo sempre sigilo e anonimato dos participantes; o estudo trará assim contribuições para os envolvidos direta ou indiretamente na pesquisa e para a comunidade na qual está inserido através de discussões relativas a queixa escolar visando a promoção de práticas inclusivas para lidar com essas demandas.

Caso você aceite, participará da construção dos dados da pesquisa, informamos que sua colaboração ocorrerá a partir de entrevistas e oficinas formativas para emitir sua ideia e discutir acerca do objetivo supracitado. Essas atividades poderão ser gravadas tendo para isso que firmar termos de autorização específicos para uso de voz.

Informamos-lhes também que a sua participação não é obrigatória, e sim voluntária, podendo inclusive desistir e retirar seu consentimento em qualquer momento durante o trajeto da pesquisa. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com sua instituição.

Salientamos que durante a pesquisa podemos enfrentar alguns riscos referentes à sua participação estando estes relacionados a possibilidade de constrangimento ao responder a entrevista e cansaço ao responder às perguntas, no entanto, pensando em evitar uma situação desconfortável que venha lhe causar alguma insatisfação, em comum acordo criaremos pseudônimo para resguardar a sua identidade civil.

Acreditamos que vossa participação nesta pesquisa nos trará muitos benefícios e mútuos, tanto para os proponentes da pesquisa quanto para você e a Instituição da qual faz parte, uma vez que facilitará a identificação das queixas escolares na rede municipal de Serrolândia-BA, e facilitará o diálogo entre a equipe intersetorial do município e a escola para lidar com a queixa, considerando a relevância de cada profissional nesse processo, e consequentemente favorecendo o processo de inclusão educacional nesse contexto.

Garantimos confidencialidade, uma vez que as informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre a vossa participação. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação. Como já explicitado anteriormente, os resultados serão divulgados em apresentações ou publicações com fins científicos ou educativos, mas sem a identificação do informante.

Em relação ao Custo e pagamento, lhes asseguramos que participar dessa pesquisa não implicará nenhum ônus financeiro. Por outro lado, informamos que como voluntário, também não receberá qualquer valor em dinheiro como compensação pela participação.

Quaisquer dúvidas que apresentar serão esclarecidas pela pesquisadora e caso queira poderá entrar em contato também com o Comitê de ética da Universidade do Estado da Bahia. Você receberá uma cópia deste termo onde consta o contato dos pesquisadores, que poderão tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento. Como garantias terá acesso, a qualquer tempo, às informações sobre procedimentos, riscos e benefícios relacionados à pesquisa, inclusive para dirimir eventuais dúvidas segue o endereço e telefone para contatos do(s) pesquisador(es) e do Comitê de Ética.

IV. INFORMAÇÕES DE NOMES, ENDEREÇOS E TELEFONES DOS RESPONSÁVEIS PELO ACOMPANHAMENTO DA PESQUISA, PARA CONTATO EM CASO DE DÚVIDAS

PESQUISADOR RESPONSÁVEL: Juliana Mota Lima

Endereço Residencial: Rua da Saudade, N°18, Bairro Sol Nascente, Serrolândia - BA

Telefone: (74) 981271051 **E-mail:** julianamotalima@gmail.com

ORIENTADOR RESPONSÁVEL: Juliana Cristina Salvadori

Telefone: (74) 999158283 **E-mail:** jsalvadoriuneb@gmail.com

Endereço: Universidade do Estado da Bahia – Campus da Estação. Avenida J.J. Seabra, nº 158, Estação, **Jacobina** – BA **Telefone:** (74) 3621 3337

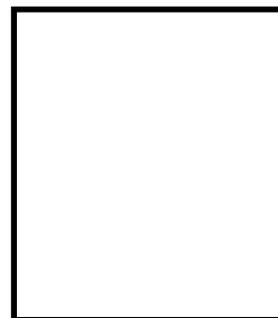
Comitê de Ética em Pesquisa- CEP/UNEB Rua Silveira Martins, 2555, Prédio da Reitoria, 1º andar-Cabula, Salvador- BA. CEP: 41.150-000. Tel.: 71 3117-2399 e-mail: cepuneb@uneb.br

Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP- End: SRTV 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar – Asa Norte CEP: 70719-040, Brasília-DF.

V. CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO

Após ter sido devidamente esclarecido pela pesquisadora sobre os objetivos benéficos da pesquisa e riscos de minha participação na pesquisa **Diálogo intersetorial educação, saúde e assistência social na rede municipal de Serrolândia-BA** e ter entendido o que me foi explicado, concordo em participar sob livre e espontânea vontade, como voluntário consinto que os resultados obtidos sejam apresentados e publicados em eventos e artigos científicos desde que a minha identificação não seja realizada e assinarei este documento em duas vias sendo uma destinada ao pesquisador e outra a via a mim.

Serrolândia, _____ de _____ de _____.



Assinatura do Participante

Juliana Mota Lima
(Orientanda)

Juliana Cristina Salavadori
(Orientadora)